

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

CLARA HANKE ERCOLES

SEREIAS DO ASFALTO E SUAS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

CLARA HANKE ERCOLES

**MARINGÁ
2020**

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

SEREIAS DO ASFALTO E SUAS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

CLARA HANKE ERCOLES

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

SEREIAS DO ASFALTO E SUAS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

Dissertação apresentada por CLARA HANKE ERCOLES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a. Dra.: ELIANE ROSE MAIO

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

E65s Ercoles, Clara Hanke
Sereias do asfalto e suas trajetórias educacionais / Clara Hanke Ercoles. -- Maringá, PR, 2020.
141 f.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Rose Maio.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Travestis - Educação. 2. Mulheres transexuais - Educação. 3. Travestis e transexuais - Atuação profissional - Prostituição. 4. Cartografia. I. Maio, Eliane Rose, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 306.778

CLARA HANKE ERCOLES

SEREIAS DO ASFALTO E SUAS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Eliane Rose Maio (Orientadora) – UEM

Prof^a. Dra. Adriana Sales – UNESP - Assis

Prof. Dr. Rodrigo Pedro Casteleira – UEM

Maringá, 03 de Junho de 2020.

Dedico este trabalho às travestis, mulheres transexuais, homens transexuais, não-binários, gênero fluído, negras, negros, brancas, brancos, indígenas, ciganas, ciganos, lésbicas, bissexuais, pansexuais, gays, heterossexuais, pessoas do axé, pessoas do amém, pessoas que crê no além, pessoas que não crê em ninguém, mas que estejam dispostes/as/os a aprender um pouco mais. Mas principalmente às pessoas cis, não como presente, mas para lembrarmos que devemos estudar a fim de que possamos desconstruir essa sociedade cisnormativa que estamos 'naturalizadas/as/os'.

UM BEIJÃO PARA O MEU BONDE, UM BEIJO PRAS TRAVESTIS¹

Um beijo para Exu, por abrir a rua e possibilitar esta pesquisa, *Laroyê!*
Obrigada!

Um beijo para minha orientadora e fada sem defeitos Prof^a. Dra. Eliane Rose
Maio, obrigada!

Um beijo para minha banca poderosa e linda: Prof^a. Dra. Adriana Sales, Prof.
Dr. Rodrigo Pedro Casteleira e Prof^a Dra. Crishna Mirella de Andrade Correa,
obrigada!

Um beijo para as entrevistadas que toparam participar dessa nossa bagunça
toda publicada aqui, obrigada!

Um beijo para a parte da família que me apoia, em especial meu pai José
Carlos, meu filho Felipe, meu amor Mara, minhas filhas de coração Gabi, Julia, Ana
e meu filho de coração Juninho, obrigada!

Um beijo para minha mãe Elizabeth que já partiu, obrigada!

Um beijo para mãe lemanjá, mesmo eu não levando muito jeito para religião,
Odoyá! Obrigada!

Um beijo para a Lua, que me ajudou caraleamente, obrigada!

Um beijo para a CAPES que me permitiu um ano de bolsa para eu sobreviver
com resquícios de saúde mental, obrigada! (mas meu sincero foda-se para a política
de corte de bolsas!).

Um beijo para todo mundo do programa de pós-graduação em Educação da
UEM, obrigada!

Um beijo para a Secretaria de Educação de Maringá que me liberou a licença
para afastar-me para estudo nesse um ano de bolsa, obrigada! Meu sonho é ver
você querendo retorno, me usando para as formações continuadas sobre minha
pesquisa.

Um beijo para Laiana, Giovani e Wesley, por ser companhia nessa etapa,
obrigada! Um beijo para Aristiane, por me apoiar nesse processo, obrigada!

Um beijo para Suelen, Gustavo, Maddox, pelos encontros de estudo no
Laboratório do I 12 e conselhos para essa dissertação, obrigada!

¹ Referência à música “Um Beijo” da artista travesti Mc Xuxu (2016).

Um beijo para o grupo de pesquisa Nudisex – UEM, obrigada!

Um beijo para quem tomou café comigo na Master durante esse processo, obrigada!

Um beijo para todas as pessoas que transgridem à norma, obrigada! Foda-se também a ABNT!

“Um beijão para o meu bonde, um beijo pras travestis” (MC XUXU, 2016).

BlasFêmea/ Mulher

(Linn da Quebrada)

De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução

Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário
Não tem Deus
Nem pátria amada
Nem marido
Nem patrão
O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
Ela é tão singular
Só se contenta com plurais
Ela não quer pau
Ela quer paz

Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho
Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho
Mulher

Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher

Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada uma
E uma mulher é sempre uma mulher
Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada uma
E uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher
E outra mulher (e outra mulher)
E outra mulher (e outra mulher)
E outra mulher (e outra mulher)
E outra mulher (e outra mulher)

É sempre uma mulher?
É sempre uma mulher?
É sempre uma mulher?
É sempre uma mulher?

Ela tem cara de mulher
Ela tem corpo de mulher
Ela tem jeito

Tem bunda
Tem peito
E o pau de mulher!

Afinal

Ela é feita pra sangrar
Pra entrar é só cuspir
E se pagar ela dá para qualquer um
Mas só se pagar, hein! Que ela dá, viu, para qualquer um

Então eu, eu

**Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de
Viver brilhar e arrasar
Viver brilhar e arrasar
Viver brilhar e arrasar
Viver brilhar e arrasar**

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial
Navalha na boca
Calcinha de fio dental

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial
Navalha na boca
Calcinha de fio dental

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial
Navalha, navalha, valha
Navalha, navalha, valha
Navalha, navalha, valha
Navalha, navalha, valha
Navalha na boca
E calcinha de fio dental

Eu tô correndo de homem
Homem que consome, só come e some
Homem que consome, só come, fodeu e some

ERCOLES, Clara Hanke. **SEREIAS DO ASFALTO E SUAS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS**. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2020.

RESUMO

As sereias do asfalto cantam em alguma esquina da cidade a procura de um programa sexual em troca de seu salário. São travestis e mulheres transexuais que lutam para existir em uma sociedade binária, cissexista, machista, elitista, branca, racista, heteronormativa etc. As instituições sociais, como a escola, não dão conta de suas estilísticas de existência e por essa razão, as marginalizam. Essas garotas buscam estratégias de sobrevivência e autonomia na prostituição. Não satisfeita de empurrá-las para a marginalidade, a sociedade ainda abomina suas subjetividades e formas de existir, então, expulsa-as de qualquer lugar que elas possam desejar ocupar, como a escola e a academia. Essas instituições sociais não são capazes de lidar com elas, mas a aprendizagem acontece a partir da existência e desdobra-se em resistência. Assim, o que elas têm para nos contar sobre suas trajetórias escolares e de resistências? Tais dúvidas suscitaram-me durante reuniões do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), grupo que faço parte na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Através da cartografia, esta pesquisa propõe significar a história de duas mulheres transexuais por meio das suas narrativas. Entrevistei acerca de suas vivências escolares, familiares e estratégias de (r)existir. Através dos relatos, saltou-me a percepção delas sobre seus corpos, a relação delas com o espaço escolar e acadêmico, a diferença geracional, a questão da privação de liberdade no sistema prisional. Por fim, a educação ocorre ao longo de seus processos de resistência.

Palavras-chave: Educação; Aprendizagem; Mulheres transexuais; Prostituição; Resistência; Cartografia.

ERCOLES, Clara Hanke. **MERMAIDS OF THE STREET AND THEIR EDUCATIONAL TRAJECTORIES**. 141 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dr. Eliane Rose Maio. Maringá, 2020.

ABSTRACT

The mermaids of the street sing in some corner of the city looking for a sexual program in exchange for their salary. They are transvestites and transsexual women who struggle to exist in a binary, cissexist, sexist, elitist, white, racist, heteronormative society, etc. Social institutions, like the school, do not deal for their stylistics of existence and for this reason, marginalize them. These girls seek strategies for survival and autonomy in prostitution. Not satisfied with pushing them towards marginality, society still abhors their subjectivities and ways of existing, so it expels them from any place they may want to occupy, such as school and academy. These social institutions are not able to cope with them, but learning happens from their existence and unfolds in resistance. So, what do they have to tell us about their school and resistance trajectories? Such doubts raised me during meetings of the Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), a group that I belong to at the State University of Maringá (UEM). By cartography, this research proposes to constitute the history of two transsexual women through their narratives. I interviewed about their school perception, family and strategies to (r)exist. Through the reports, their perception of their bodies, their relationship with the school and academic space, the generational difference, the issue of deprivation of liberty in the prison system jumped on me. Finally, education occurs throughout its resistance processes.

Key words: Education; Learning; Transsexual women; Prostitution; Resistance; Cartography.

LISTA DE SIGLAS

- ABGLT** – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
- ANTRA** – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- ATRAS** – Associação das Travestis de Salvador
- AVC** – Acidente Vascular Cerebral
- BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CID** – Classificação Internacional de Doenças
- CNT** – Coletivo Nacional de Transexuais
- DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- GDE** – Gênero e Diversidade na Escola
- GEPECOS** – Grupo de Estudos das Pedagogias do Corpo e da Sexualidade
- IBTE** – Instituto Brasileiro Trans de Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- ICM** – Igreja Cristã Metropolitana
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases
- LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- MEC** – Ministério da Educação
- NUDISEX** – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
- OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SIATE** – Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TGEU** – Transgender Europe
- UAB** – Universidade Aberta do Brasil
- UBT** – União Brasileira de Transexuais
- UEM** – Universidade Estadual de Maringá
- UFPR** – Universidade Federal do Paraná

Unespar – Universidade Estadual do Paraná

Unidas – Associação das Travestis na Luta pela Cidadania

SUMÁRIO

1. DEIXA EU BAGUNÇAR VOCÊ.....	17
2. BASEADO EM CARNE VIVA E FATOS REAIS, É O SANGUE DOS MEUS QUE ESCORRE PELAS MARGINAIS	35
2.1. Te vejo como um ser humano enquanto você me vê como nada	39
2.2. No bueiro abaixo correm os ratos, entre fios elétricos pululam veados, escondendo suas trombas	40
2.3. Me sinto um peixe fora do aquário, dá pra ver	43
2.4. Serei a do asfalto, Rainha do luar	50
2.5. Trajetórias epistêmicas	51
3. TÃO ESPERTA ESSA BICHONA, MAS SABE QUE PRA TER SUCESSO NÃO BASTA APENAS ESTUDAR	55
3.1. O grande otário que falou que o mundo é binário	60
3.2. Feito rio que erode do espaço às margens: trajetória	64
3.3. Então atiro verdades na cara de brancos normativos que nos calam	68
3.4. Resistência é isso: sobreviver	73
3.5. Nossa luta tu calou (ou tentou)	77
3.6. Um novo tempo há de vencer pra que a gente possa florescer	81
4. VOU TE CONTAR A LENDA DA BICHA ESQUISITA, NÃO SEI SE VOCÊ ACREDITA	85
4.1. Mina de peito e pau representa no astral	85
4.2. Levante a cabeça, aconteça o que aconteça, continue a navegar	88
5. RESISTE, IRMÃ, ENTÃO VAI À LUTA, MESMO QUE TE CHAMEM DE ETERNA PROSTITUTA	97
6. CONSIDERAÇÕES (FINAIS): BATO PALMA PARA AS TRAVESTIS QUE LUTAM PARA EXISTIR E A CADA DIA CONQUISTA O SEU DIREITO DE VIVER E BRILHAR	124

REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	136
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	138
ANEXO I – PARECER DO COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.....	139

1. DEIXA EU BAGUNÇAR VOCÊ²

Eu tinha não muito mais que sete anos quando eu vi a primeira travesti. No carro, estávamos meu pai, minha mãe, talvez meu irmão (não me lembro bem) voltando de algum lugar à noite. Passávamos pela Avenida Brasil, na cidade de Maringá-PR, (porque toda cidade tem que ter uma avenida com esse nome) e, na esquina com a Rua Octávio Periotto, eu vi uma mulher (ou homem?), com roupas curtas de mulher e cabelos (verdadeiros ou perucas? Não sei). Fui orientada a não ficar olhando. Mas por que não? Então minha mãe disse que era ‘um’ travesti. Mas ainda não compreendia, então, perguntei o que era travesti. Não me lembro de como me responderam. E, sinceridade, estaria bem longe de alguma fundamentação teórica digna para este momento. Mas uma coisa eu me lembro: a palavra travesti, naquele dia, foi entendida a mim como um homem que se veste de mulher para se prostituir e ter dinheiro. O significado de travesti, para mim, foi puta. Mas homem. E que precisa se vestir de mulher.

A autora dessa dissertação sonhava ser escritora de livros. Sim, desde pequena fui apegada às narrações e poéticas através da minha mãe, que me incentivava muito a ir à biblioteca (mesma biblioteca que parte desta dissertação foi escrita) e a gostar de ler. Gostava de pesquisar. Admirava professoras inteligentes. Então, eu tinha certeza que queria a vida acadêmica mesmo não tendo noção do que seria isso, ou de como seguir uma carreira na academia, até porque na minha família não havia ninguém que tivesse esse perfil ou que assim fosse e pudesse ser referência para mim.

Com o fim da educação básica, em 2004, escolhi a graduação de Letras porque amava a literatura! Passava horas do dia e da noite discutindo textos e poemas com minha amiga Viviane (até decidimos juntas sobre cursar Letras Português/Inglês). Outro motivo, talvez não tão emocionante, seria porque eu tinha que escolher um curso que tivesse na Universidade Estadual de Maringá (UEM), pois minha família foi bem incisiva que não me ajudaria com gastos fora da cidade ou com faculdade particular. Maringá não me oferecia qualquer curso relacionado à arte, na época, então não pude ser artista.

² Referência à música “Zero” da artista travesti Liniker (2016).

Aos 18 anos a vida acadêmica era o meu maior sonho! Queria ter filhos e filhas também. Mas meu foco era ser pós-doutora dois dias depois de pegar meu diploma da graduação. Aliás, entrei no curso logo que saí do Ensino Médio. Não me imaginava um dia sequer fora dos estudos. Quando minha vida acadêmica ia iniciar, então envolver-me em projetos etc., eu descobri que estava grávida, eu descobri o que significava desigualdade de gênero nesta sociedade, de maneira gritante, a partir desse momento. Meu mundo caiu, meus sonhos caíram, minhas expectativas foram destruídas como um copo de cristal ao chão. Todas diziam que eu não iria terminar minha faculdade, que seria como a maioria das mulheres e desistiria. Minha mãe e meu pai que me incentivaram e me fizeram concluir para que eu pudesse calar muita gente. E de fato, calei. Estão caladas até hoje.

Mas nem tudo são flores. Eu perdi o engajamento que tanto sonhara com a vida acadêmica. Aos 20 anos tive meu filho. Agreguei o ser mãe a minha vida que existia. Não era fácil ser mãe, trabalhar, estudar e investir na carreira acadêmica com 20 anos. Foi então que abri mão da última, que era meu maior sonho. Eu não desisti da faculdade. Mas não sejamos inocentes, todas sabemos que querer seguir vida acadêmica sem publicações, participações em eventos, projetos etc não existe.

Formei-me final de 2008. Ao tempo esperado, sem atrasos, foram cinco anos de curso. Um dia, então, prometi a mim mesma que recomeçaria a lutar por aquele sonho. E agora estou aqui. Onde sempre quis estar.

Quero focar nos anos de 2015 e 2016. Eles que me pontearam para que esta pesquisa pudesse acontecer da forma como aconteceu. Narrarei sobre quatro cenários: abrigo Casa de Missão Amor Gratuito, a especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX) e bar Atari, todos em Maringá, com exceção da especialização em GDE, ofertada pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e promovida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mas por ser semipresencial, o polo era em Itambé-PR.

Em 2015, conheci um abrigo em Maringá que acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade em uma casa chamada Casa de Missão Amor Gratuito, projeto da Igreja Cristã Metropolitana (ICM), coordenado pela pastora transexual Paula. Aproximei, inicialmente, por questão de fé. Comecei a frequentar a igreja na época e fiquei muito próxima do pessoal da casa, então, frequentava constantemente. Lá conheci muitas pessoas que foram especiais para mim e parte do público que lá

habitava era travesti e mulher transexual. Com a aproximação, participação da rotina e conversas no fim da tarde com as meninas que eu tinha mais proximidade, comecei a inquietar-me sobre a hostilidade que pessoas trans³ vivem no mundo de forma tão gratuita.

Conversávamos sobre as dores, sobre as expectativas, sobre saudade, sobre cabelo, sobre músicas. Aquelas tardes no quintal da Casa de Missão foram, sim, um experimento de humanização da pesquisa de campo, que eu ainda nem imaginava que já havia iniciado lá, mas não tenho dúvidas que foi além, porque estava ali para além de pesquisadora, mas como amiga, como auxiliar delas.

Sinto saudade dessas tardes. Sinto saudade das conversas que tínhamos. Mas a inquietação que mora em mim ainda pulsa e pergunto-me: por que a sociedade é tão hostil com a população trans? Por quantas horas as pessoas que se dizem contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) conversaram com elas, elas e eles nos seus quintais? Quantas vezes fritaram quibes vegetarianos e jantaram juntas, juntas e juntos?

Ao mesmo tempo em que essas visitas lá aconteciam, eu estava cursando uma especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Pude sistematizar meu conhecimento sobre questões LGBT, da militância negra, de pessoas com deficiência, indígenas e tantas outras mais. Foi um momento de retomar o prazer em estudar.

Afastei-me da casa de Missão e da ICM por problemas pessoais que estavam deprimindo-me e que não exporei aqui. A pesquisa do trabalho de conclusão de curso da especialização em GDE, que foi sobre uma travesti que concluiu o ensino superior, começou a gritar alto neste momento, dizendo: escreva sobre elas! Denuncie! Exponha! Enalteça! Então decidi que meu artigo seria sobre travestis e mulheres transexuais.

No final de 2015, comecei a frequentar o grupo de pesquisa da UEM chamado Núcleo de Estudo e Pesquisa em Diversidade Sexual (Nudisex), grupo que estou inserida até hoje e que amo, e lá conheci uma amiga pisciana maravilhosa chamada Naomi. Ela foi chave para pensar travestilidade no contexto acadêmico e militante. Iniciamos algumas reuniões com pessoas trans militantes de Maringá e

³ O termo “trans” será utilizado ao longo deste trabalho com referência às pessoas travestis, mulheres transexuais, homens transexuais, não-binários, gênero fluído e demais identidades dessa categoria, não com a finalidade de apagar identidades, mas a fim de marcar que se trata de uma discussão ampla.

região. Aprendi que não é fácil reunião militante, mas com certeza foi um avanço para a cidade. Na mesma semana do Dia da Visibilidade Trans, 29 de janeiro de 2016, concluí minha pesquisa da especialização. Também tivemos nossa primeira reunião aberta de Maringá da militância trans um dia antes, 28 de janeiro de 2016.

Eu tenho como experiência, que os melhores problemas de pesquisa podem suscitar em dois momentos: após uma aula/ discussão acadêmica ou em uma mesa de bar. E a escolha das colaboradoras da pesquisa desta dissertação nasceu em uma mesa de bar. Especificamente, no Atari, bar LGBT de Maringá, onde gosto muito de frequentar. Apesar de ser um bar LGBT, seu público é de um recorte específico de privilégio, por não ser acessível espacial (pois se localiza no centro da cidade) e financeiramente. Antes de decidir sobre a minha pesquisa de especialização em GDE, em 2015, estava conversando com a Fran, que estava no mestrado em Ciências Sociais na UEM, pesquisando cuidadoras/es de carro, conhecidas/os como 'flanelinhas'. E contando para ela sobre a minha pesquisa e sobre meu incômodo com grande parte das travestis e mulheres transexuais estarem na prostituição, ela me indagou: e por que você não pesquisa travestis que estão na prostituição? A princípio fiquei espantada sobre pesquisar e entrevistar travestis e mulheres transexuais na prostituição porque não fazia parte do meu ciclo de amizades e assustava-me a ideia de ir para a rua (periferia) à noite.

Mas fui, ainda em 2015. Melissa, amiga do Abrigo, foi comigo. Inclusive apresentou-me a uma amiga que fazia programas sexuais. Pensei em ter esse objetivo já na minha pesquisa de especialização, porém o tempo era muito curto, aproximadamente quatro meses para terminar, e eu sabia que essa pesquisa seria muito delicada para ser concluída em tão curto período. Mas fui conhecendo o campo, fui conhecendo pessoas e esse novo espaço.

Aprendi que em Maringá há duas avenidas que as travestis e mulheres transexuais fazem programas à noite. Uma delas, que não citarei aqui, não me foi recomendada porque lá há uma cafetina travesti e o contexto é hostil, embora as meninas de lá repitam um jargão de que 'todo mundo diz que ela é mafiosa, mas ela é um amor'. Visitei esta avenida um dia que tinham três em uma esquina. Uma conversou comigo e foi bem aberta, já as outras duas não quiseram contato. Então percebi que elas são mais fechadas de fato.

A outra avenida de programa é a Colombo, ou Rodovia Federal BR-376, que tem um trecho dentro da cidade de Maringá. Decidi que iria conversar com aquelas

que lá fazem programa, por serem mais independentes na sua profissão em relação às meninas da outra avenida. Não que todas que estejam lá não tenham cafetão ou cafetina, mas a chance delas serem independentes são maiores. Essa experiência depois serviu de base para a minha metodologia no projeto que enviei para o processo de Mestrado em Educação. Aprendi muitas coisas que usei nesta pesquisa e que descreverei melhor na metodologia adiante.

Também foi um momento de ler e estudar o quanto fosse possível. Nem sempre era. Minha amiga Lua e eu fizemos um grupo de estudo para discussão de textos, trocas de artigos e livros para que crescêssemos com nossas dissertações. Acredito que minhas leituras e estudos deram um grande salto a partir disso. Aproveito este momento para bater palma para essa travesti que foi a primeira a concluir o mestrado em Educação na UEM, no dia 22 de março de 2019, orientada pela mesma Orientadora que eu.

Esta dissertação intitulada *Sereias do asfalto e suas trajetórias educacionais* recebeu esse nome inspirado na música *Serei A*, de Linn da Quebrada, artista travesti negra que problematiza e fortalece as pessoas da margem, as 'bichas, loucas, pretas e faveladas'. Os títulos e os subtítulos das seções e o corpo deste texto também são inspirados em outras artistas trans e negras, como Liniker, As Bahias e a Cozinha Mineira, Mc Xuxu e Rosa Luz. Há notas de rodapé indicando a autoria e a música pela qual o título inspira-se. Há uma potência nas vozes dessas artistas trans e negras tão forte quanto uma referência teórica. Se não for para academia, será para a comunidade. Concordo quando a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p. 18) afirma que "precisamos questionar o olhar-posicionamento que coloca a Ciência como único lugar de fala possível, ou como o melhor. Há outros sujeitos de fala, igualmente dignos, mesmo que dominem códigos diferentes, e que tenham propósitos diversos".

Já peço licença avisando que não fiz adaptação gramatical desses excertos porque, como uma boa graduada em Letras, reconheço que a língua é viva e de variedades múltiplas. E mesmo nesta pesquisa que insiste em normatizar nossas linguagens, quero salvar ao menos a arte negra e travesti.

Você perceberá, também, que ao longo do texto, saltará os termos 'travestis', ora 'mulheres transexuais'. Para esta pesquisa, há duas mulheres transexuais e nenhuma travesti. A distinção, segundo Amanda Palha (2017, s/p), é política e histórica.

Bom, o ponto é: enquanto as travesti continuaram sendo só as travesti mesmo, as travesti que viraram transexuais pra ciência deixaram de ser substantivo pra virar adjetivo: são mulheres transexuais. Na real, oficialmente eram chamadas de transexuais masculinos (nasceu com pipi), em oposição aos transexuais femininos (nasceu com ppk) — mas o reconhecimento do trânsito “de um sexo para o outro” contido nesse termo legitimou que essas mulheres transexuais passassem a se reconhecer, declarar e reivindicar mulheres. Esse é um primeiro elemento distintivo importante: mulheres transexuais se reconhecem mulheres e os esforços de luta são também no sentido de se legitimarem mulheres, tanto através das alterações que julgam necessárias em seus corpos quanto através do reconhecimento da sociedade e do Estado. As travestis continuam as travestis.

[...]

E pra arrematar: pra efeito de militância e luta por políticas públicas, o Estado ainda considera como distinção que mulheres transexuais desejam a transgenitalização (“mudar de sexo”) e que travestis não. É uma distinção limitada, mas historicamente importante e que não devia ser desconsiderada (inclusive porque encontra algum acordo na história dessas categorias). Mas na prática, a coisa tá long (sic) de ser bem assim (PALHA, 2017, s/p).

Ainda a respeito da linguagem, que é uma categoria política e de estima para mim, comprovo com a graduação em Letras. A norma gramatical do gênero masculino como padrão para contemplar todas as pessoas, independente de homens ou mulheres ou não-binárias é uma forma de poder. Para Djamilia Ribeiro (2017), a linguagem dominante marginaliza àquelas que foram excluídas do sistema educacional. Segundo a feminista Chimamanda Ngozi Adichie (2017, p 35) “a linguagem é o repositório de nossos preconceitos, de nossas crenças, de nossos pressupostos”. Por isso, optei pelo uso no feminino. Confesso que inicialmente este trabalho estava na linguagem binária, sempre se referindo no feminino e masculino. Entretanto, eu critico tanto o binarismo de gênero aqui, que não acredito que este trabalho mereça essa linguagem. Em alguns pontos coloco as linguagens neutra (para marcar politicamente pessoas não-binárias), feminina e masculina juntas, pois achei importante tal demarcação, principalmente quando me refiro às pessoas trans. Um homem transexual provavelmente já passou por tantas violências de negação ao pronome adequado no masculino, que não vejo necessidade de inteirar essa angústia. Então, para os homens transexuais mantenho meu respeito, aos cis, apenas deixo meu sarcasmo e meu direito de ‘universalizar’ o tratamento no feminino que tive a minha vida toda negado. Popularmente, dizemos que a primeira manifestação feminista que uma menina pode vivenciar é a revolta com a ideia de

que pode haver noventa e nove mulheres em um espaço, mas se houver um homem, o pronome será 'eles'. E de fato foi a minha primeira inquietação feminista. Então, homens cis, aqui vocês serão 'elas' porque há uma mulher presente.

Confesso que inicialmente tive receio de trabalhar com esse tema porque trata-se de um lugar que não pertença. Em diversos eventos acadêmicos que participei, ao longo de 2018 e 2019, onde Megg Rayara Gomes de Oliveira fez falas, sempre pontuou que pesquisadoras cis não dão conta da subjetividade das existências trans. Ressaltando que ela é a primeira travesti negra doutora do Brasil (e queremos mais!), defendendo em 2017, na Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a tese intitulada *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. E de fato não darei conta de tais subjetividades e não é meu objetivo aqui, mas quero refletir acerca do lugar de fala.

Entendo o lugar de fala de acordo com Djamila Ribeiro (2017) que parte da realidade de que pessoas negras, e aqui insiro travestis, mulheres e homens transexuais, não conseguem acessar certos espaços de poder, como a academia, resultando em não ter produções desses grupos e na hierarquização dos saberes. O lugar de fala refuta essa hierarquização e entende que os saberes de pessoas que foram historicamente marginalizadas não são vivências, mas discussões estruturais, muitas vezes são pessoas subalternizadas, ignoradas e não têm direito a voz.

A "necessidade de autodefinição é uma estratégia importante de enfrentamento a essa visão colonial" (RIBEIRO, 2017, p. 75). Sobre colonial, para a autora, concorda com Hill Collins e Grada Kilomba sobre ser o que parte do branco e masculino, aqui acrescento heterossexual e cisgênero. A autodefinição é uma estratégia de romper com o discurso dominante, então, quando uma mulher negra ou/e travesti/mulher transexual fala de si epistemicamente, é uma forma de acesso a lugares de poder. Ressalto, aqui, que grupos subalternizados não são obrigados a falar somente de si, o fato de estar ocupando tal local já é por si um enfrentamento. Como disse Guilherme Almeida, na mesa redonda *Visibilidade LGBT, feminista e queer: outras pedagogias, novos olhares*, do nosso evento, organizado pelo NUDISEX (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual), o V SIES (Simpósio Internacional de Educação Sexual), na UEM, em 2017, algo do tipo que pessoas trans não precisam necessariamente investigar apenas pessoas trans, mas poderiam querer investigar as lhamas no deserto. Então, devemos cuidar para não

romantizar a resistência e pensar que o interesse de pesquisa dos grupos subalternizados resume-se apenas a elus, elas e eles.

Concordo quando Djamila Ribeiro (2017) afirma que o termo “lugar de fala” tem sido entendido de maneira equivocada. Quando entendemos que grupos subalternizados não ocupam ou ocupam ainda em quantidade não muito expressiva espaços de privilégio, é possível questionarmos a hierarquia de fala. Todas temos lugares de fala, então não faz sentido questionar se fulana tem ou não lugar de fala, mas se ela faz disso espaço para quem está subalternizada.

O fundamental é que os indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termo de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Assim, do lugar que ocupo, quero poder contribuir para subverter a invisibilidade e o sistema. A pesquisadora Adriana Sales (2018) faz um mapeamento, em sua tese *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*, das pesquisas brasileiras publicadas e mapeia quatro períodos dos locais das falas sobre travestis, que são: 1- falavam sobre as travestis; 2- falavam para elas; 3- falar com elas e 4- as travestis falarem por si, como é o caso dela. Eu uso desta oportunidade para escrever sobre a demanda delas com suas vozes nos referenciais teóricos, artísticos e subjetivos (por meio das entrevistas). E, assim como ela, nego-me a usar as produções que reforçam padrões higienistas.

Trouxe para a academia essa discussão porque tive contato com dados que me incomodaram e fizeram-me refletir sobre a urgência de falar no Brasil sobre isso. E, conforme a pesquisadora viviane v.⁴ (2015, p. 42), devemos potencializar nossas leituras de forma empática e solidária com quem está em recortes de situações piores que a nossa, socialmente falando, “hierarquizar sofrimentos, sem que isso signifique deixar de olhá-los criticamente, e de maneira interseccional a outros posicionamentos normativos”. Reconheço estar em um patamar de privilégios que mulheres transexuais putas, que sofrem de muitas violências das quais nunca vivenciei, mas que as estatísticas permitiram-me conhecer, através de suas denúncias, como veremos a seguir.

⁴ Nome da pesquisadora é grafado em letras minúsculas propositalmente, conforme escolha da mesma.

A organização europeia trans *Transgender Europe* (TGEU, 2016), com dados do projeto de monitoramento de assassinato de pessoas trans *Trans Murder Monitoring Project* (TMM), divulgou 2.016 homicídios de pessoas trans, entre o período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015 (ao longo de oito anos), das quais mais de 1.500 deles ocorreram na América do Sul e Central. E 65% das pessoas trans assassinadas eram trabalhadoras sexuais. Essa mesma pesquisa levantou 802 pessoas trans assassinadas no Brasil, conferindo a ele o país que mais assassina pessoa trans, em seguida vem o México, com quase um quarto a menos de assassinatos, 229. No entanto, a organização TGEU (2016) menciona que a existência de movimentos trans fortes monitoram e registram esses assassinatos, como o Brasil. Então, ainda devemos nos preocupar em países que os índices são baixos ou inexistentes porque podem não estar sendo reportados de forma que compreendamos a realidade.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) denuncia por meio de mapas de assassinatos de travestis e transexuais, no Brasil, anualmente desde 2017, sendo 179 (ANTRA, 2017); 163 em 2018 (ANTRA, 2018a) e 127 (ANTRA, 2019a). Com esses dados percebemos quão transfóbico nosso país é, resultando em tantas mortes por motivos de ódio. Se não consegue lidar com suas existências, eliminam. Graças aos dados coletados pela ANTRA e pelo IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação), podemos ter acesso a esses números, que divulgam a sua trajetória e metodologia de suas pesquisas no Dossiê: ASSASSINATOS e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018, da ANTRA (2019, p. 10):

Em 2017, a ANTRA iniciou um trabalho de mapeamento destes assassinatos e o transformou em um relatório contendo as informações sobre o perfil das vítimas como o gênero, raça e a classe social em que se encontravam a maior parte das pessoas que foram assassinadas. Revelando ainda um estado omissivo, criminosos soltos ou não identificados, o que leva o país estar no topo da lista dos assassinatos de Travestis e Transexuais. Em 2018, fechou-se uma parceria com o Instituto Trans de Educação (IBTE), que já fazia este trabalho há pelo menos quatro anos, a fim de agregar ainda mais a visibilidade dos dados e fortalecer este importante trabalho.

Coloco essa citação do material aqui para convidar você que me lê a acessar as páginas da ANTRA e do IBTE e conhecer pessoalmente os materiais e estatísticas, caso ainda não conheça. São pesquisas realizadas voluntariamente por

Instituições da Sociedade Civil, e dá-nos acesso a dados sobre uma violência específica que não interessou ao Governo nem aos grandes investidores (ANTRA, 2019b).

Conforme a pesquisadora Luma Nogueira de Andrade (2014), primeira travesti doutora do Brasil, há uma 'máquina de guerra' para que se elimine de diferentes espaços a presença da travesti e da mulher transexual, ou o 'monstro', PEDAGOGIA DOS MONSTROS fazendo-as que se adequem ao modelo, ou matando-as, seja por morte declarada ou suicídio.

A travesti sendo identificada como anormal, passa a ser indesejada, uma ameaça à ordem, à moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e/ou psicológica. Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural). A pressão é tão grande que muitas acabam, forçadamente, entrando neste jogo, outras se matam e algumas resistem na luta como Bela mesmo que sua vida esteja em jogo, afinal não existe vida quando não se deixa existir (ANDRADE, 2014, p. 10-11).

Travestis e mulheres transexuais são também objetificadas e lidas para fins sexuais. Segundo o blog do site de pornografia *RedTube* (2016), o Brasil é o país que mais procura sobre pornografia trans no campo de busca deste. E para além, 90% delas, no Brasil, estão em profissões sexuais (ANTRA, 2018b; 2019). Por meio de tantos números e dados, percebemos quão hostil é o contexto que pessoas trans estão inseridas, contexto de marginalidade, violência, morte e de poucas opções profissionais.

Pensando em sua formação acadêmica para capacitação profissional, pergunto: qual é o espaço que travestis e mulheres transexuais podem sentir-se mais à vontade para expressar-se: as ruas ou a universidade? Considerando o dado que 0,02% das pessoas trans estão estudando nas universidades (ANTRA, 2018b). Ou seja, nem 1% da população trans está no Ensino Superior. Pesquisei em 2017 sobre as travestis e mulheres transexuais que cursavam ou que tivessem concluído o Ensino Superior. Essa pesquisa resultou em um capítulo no livro *Gênero e sexualidade: Interfaces Educativas*, publicado em 2018. Meu texto intitulado *Existir, afirmar e reafirmar a identidade trans no meio acadêmico: um desafio triplo!* objetivou compreender a identidade de travestis e mulheres transexuais na universidade, entendendo como um ambiente cisnormativo. Enviei algumas

perguntas como roteiro para três amigas (com nomes fictícios de Sophia (escolha minha), Dandara e Alice (escolha delas) que estudaram ou estudavam naquele momento da pesquisa em Maringá para que elas relatassem por escrito (escolhido por duas) ou oralmente (escolhido por uma) acerca das suas trajetórias, identidades e ocupação universitária.

Eu, Clara Hanke Ercoles (2018), denuncio usando os relatos de minhas amigas, que não há uma quantidade suficiente de pessoas trans na universidade em questão, o que resulta em falta de representatividade e socialização entre elas e também precisam validar-se constantemente como pesquisadoras para as colegas cis. Uma delas aponta que não se sente representante real de uma travesti porque ela possui privilégios que distancia da realidade de uma travesti periférica que necessita da prostituição para sustento. Todos os relatos denunciaram a falta de formação específica das colegas que ficam especulando suas vidas e existências no seu cotidiano, até porque a academia não propõe uma formação satisfatória que elucidie sobre as questões de gênero e sexualidade. O espaço da universidade é visto como intimidador por sentirem-se inseguras ao transitar pelo *campus*, além das estigmatizações e dificuldades na relação com docentes retrógradas. Dandara relata que ela não é uma aluna, mas é uma ‘aluna travesti’ e esse marcador é suficiente, não podendo ser mediana ou qualquer outra característica que pessoas cis possam ter, o que demanda um desafio triplo dentro da academia.

Adriana Sales (2018) narra, em sua tese, as dificuldades enfrentadas na academia, que ia para além de sua identidade, como a financeira. Em uma pós-graduação em Paris ela tem contato com a prostituição, não sabendo se foi por necessidade ou deslumbramento. Ela conta que, ao assumir o concurso estadual para dar aula de Língua Portuguesa e Literatura em sua cidade, foi designada a dar aula em uma escola em que ela mesma foi vítima de situações transfóbicas em um longo período de sua educação básica e, assim, empenhou-se nos ativismos trans. Inclusive, menciona que se intitula ‘professora travesti e puta, branca, com trabalho formal’ e não abre mão do marcador ‘puta’.

Para viviane v. (2015) até mesmo a academia quando se propõe a ser antinormativa, como os eventos relacionados a gênero e sexualidade, por exemplo, resulta rendendo-se a ser normativa, então, escolheu não ocupar esse espaço a não ser quando for a ela útil para fim de projetos descolonizatórios. Por descolonização, podemos entender “portanto, tempo de algo como a “reeducação” ou a reinvenção

dos sistemas de ensino, com vistas à diversidade simbólica entrevista na dissolução das grandes explicações monoculturalistas do mundo” (SODRÉ, 2012, s/p).

Trago essas pesquisas para este texto porque acredito que precisam ser pontuados outros lugares, para além da margem, para entendermos que as existências de travestis e de mulheres transexuais são múltiplas. Afinal, defendo que travestis e mulheres transexuais devem ocupar o lugar que quiser, seja a rua, ou a universidade, ou a escola, ou o supermercado, ou qualquer lugar. E também defendo que a pesquisa produzidas por pessoas trans sobre a demanda trans são urgentes, logo, vejo como urgente a transocupação universitária para haver mais produções.

Djamila Ribeiro (2017) explica-nos sobre o pensamento do feminismo negro de Patricia Hill Collins sobre o uso criativo do lugar de marginalidade da mulher negra, que é quando a mulher negra ocupa o lugar dentro do feminismo enquanto sujeita política, sendo considerada a “forasteira de dentro”. Poderíamos arriscar a pensar que qualquer espaço que uma travesti ou mulher transexual ocupe, também faz dela a forasteira que rompe com as perspectivas da sociedade.

Façamos uma reflexão com as seguintes perguntas: quantas produções acadêmicas você conhece que evoca o termo cis em suas pesquisas sobre si? O corpo cis? A sexualidade da pessoa cis? Entre outros tantos temas com o adjetivo ‘cis’ acompanhando. Eu conheço pouquíssimas. Isso porque, conforme Amara Moira Rodovalho (2017) discute, o cis é o padrão dado como natural que não precisa sequer de uma marcação para se falar sobre. Agora retomo a pergunta com o termo ‘trans’. Quantas produções é possível encontrar esse adjetivo em diferentes temas? Assim, as produções cis fazem a marcação do que deve ser considerado o desvio, deve receber um adjetivo para demarcar a diferença.

Perante tantas desigualdades escancaradas nos dados que expus ainda se faz necessário demarcar o termo trans nos nossos estudos. Até reflito, às vezes, se nossas produções acadêmicas sobre cis e trans alcançarão a existência e ocupação no mesmo interesse epistemológico, ainda que pontuados como expressões diferentes. Quando abriremos livros de Biologia ou Ciências da Educação Básica que contemplará um corpo cis e trans? Já que hoje temos apenas a representação do cis e, geralmente, branco, magro, o mais hegemônico possível e ainda longe de

retratar um corpo intersexual⁵, por exemplo. São questões que têm me inquietado enquanto pesquisadora e professora de Língua Inglesa na Educação Básica.

Sobre hegemônico ou hegemonia, que aparecerá muito por aqui, entendo como base um sistema cujo sujeito padrão masculino, branco, heterossexual, cisgênero etc quer manter o poder sobre a sociedade. “Os desdobramentos desse sistema político não-nomeado constituem-se na hegemonia branca em sociedades fundadas pelo colonialismo e imperialismo branco ocidental” (CARNEIRO, 2005, p. 49). Ou, em termos mais adequados, de acordo com Rodrigo Pedro Casteleira (2018, p. 9 grifo do autor). ou Pecéia, “**hegemonia**: termo caralha de chato que poderia ser traduzido como estrutura formativa para agradar gente ocidental branca que não aceita nada contrário a ela”.

Uma vez, conversando com algum amigo gay, não me recordo quem, falávamos sobre o quanto nossa comunidade LGBT fica restrita às amizades que ocupam espaços específicos, como a universidade, os bares, o grupo ativista. Nós temos, sim, amigas travestis e mulheres trans. E como é que nós não temos em nosso ciclo de amizade a travesti que está na avenida se prostituindo? Por que não a temos, também, nos grupos ativistas que fazemos parte? Por que quem ocupa esses lugares são, geralmente, as travestis que ocupam espaço de privilégio, como a travesti branca e acadêmica? Até que ele disse algo do tipo: “eu realmente não sei qual é a necessidade de uma travesti que está na rua, porque elas não estão aqui e também nós não estamos lá”. Inquietações que eu perpassava e dava-me mais energia para querer realmente aproximar-me desses lugares ‘afastados’ e entender tal dinâmica.

Dessa forma, entreguei-me nas leituras de produções trans acadêmica. Para esta discussão trago nomes que aqui estão organizados de acordo com as referências: Guilherme Almeida (2012), Luma Nogueira de Andrade (2012, 2014), materiais produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE (2018), Maria Léo Fontes Borges Araruna (2018), Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2015, 2017), Lua Lamberti de Abreu (2019), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017, 2018), Paul Preciado (2015, 2018a, 2018b), Amara Moira Rodvalho (2016,

⁵ “Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários” (JESUS, 2012, p. 26).

2017), João W. Nery (2017), Adriana Sales (2018), Andreia Cantelli (2019), Sayonara N. B. Nogueira (2018, 2019), Amanda Palha(2017), a organização Transgender Europe – TGEU (2016) e viviane v. (2015).

Entendo como primordial discutir com óculos acadêmicos que partam de teóricas e teóricos trans. Primeiramente, para conhecermos e/ou discutirmos a partir das suas produções acadêmicas, que têm sido atacadas e deslegitimadas enquanto pesquisas por grupos conservadores.

Segundo, porque esta pesquisa tem como participantes mulheres transexuais, assim, é importante que suas subjetividades devam ser analisadas por meio de leituras produzidas por outras pessoas trans, cuja complexidade de suas existências partam de vivências similares as das entrevistadas.

Terceiro motivo para que nossas pesquisas partam de produções trans, a fim de que vozes trans ecoem e sejam cada vez mais conhecidas, não apenas como margem, mas sim citadas e analisadas nas produções acadêmicas nessa sociedade cisnormativa. Sobre sociedade cisnormativa, elucidado como uma sociedade que entende a cisgeneridade como forma ‘legítima’ e ‘natural’ de existência, uma norma de vida.

Quarto, porque acredito que essas pessoas, e para além das citadas neste trabalho, devem ocupar discussões sobre transexualidade. Já testemunhei um evento acadêmico sobre educação sexual que discutiu sobre educação trans em uma mesa-redonda, sem ao menos uma pessoa trans compondo essa mesa. Assim, como Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) alerta-nos que se desejamos romper com as posturas que reafirmam normas de branquidade e de cisgeneridade é preciso colocarmos em evidência travestis e mulheres trans negras. A partir desses dois recortes apontados pela pesquisadora, reconheço que não possa ser possível discutir transexualidade sem a ótica e produção de pessoas trans. Não se trata de apenas evidenciar, mas de romper.

Mas o que seriam os termos “branquidade” e “cisgeneridade” que tanto vejo como necessário romper? Camila Moreira de Jesus (2012) cita Ruth Frankenberg que pontua a branquidade como é uma normativa que lhe promove vantagem estrutural, privilegiada, cuja visão parte dela para a ordem da sociedade, é um produto da história e uma categoria relacional. Quero atentar, também, para o termo branquitude, que “na busca por uma definição genérica, podemos entender a branquitude da seguinte forma: a branquitude refere-se à identidade racial branca, a

branquitude se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global” (CARDOSO, p. 610, 2010). Os termos branquidade e branquitude são parecidos, entretanto, possuem diferenças. Enquanto o primeiro diz respeito a aproximação da população negra à branca (um embranquecimento negro), o segundo é sobre a população branca reconhecer a sua condição de privilégios e os negar por meio de práticas antirracistas. (JESUS, 2012).

Assim, sobre branquidade podemos entender que são as pessoas brancas como a supremacia e a condição ideal, restando às pessoas negras uma política estrutural que as forçam ao embranquecimento para se integrar socialmente. Enquanto a branquitude o foco está na mudança da pessoa branca, que reconhece seus privilégios em uma sociedade estruturalmente racista e busca a mudança combatendo essa sociedade. Apesar da distinção, ambos tratam sobre o privilégio branco na sociedade, e esse é o foco que quero dar para este momento. Então, quando eu tratar a identidade branca como supremacia, hegemonia ou característica de um sujeito universal, tenhamos em mente o que nós como pessoas brancas temos enquanto objetivo com nossos privilégios: adotarmos uma postura de branquidade e abusarmos de nosso poder para que negras e negros adequem-se a nós ou uma postura de branquitude, lutando contra o racismo.

Retomando o termo cisgeneridade, Amara Moira Rodovalho (2017) define que o prefixo ‘trans’ significa aquilo-que-cruza, ou seja, demarca um gênero que não corresponde ao padrão, criado por cisgêneros. Ela também discute que o prefixo ‘cis’ só surgiu depois de setenta anos após o prefixo ‘trans’ e expressa ‘aquilo-que-deixa-de-cruzar’. A pesquisadora problematiza porque apenas pessoas trans precisam ser explicadas por desejarem cruzar a linha e não as cis, por deixarem de cruzar, ignorando o porquê não o fazem. Não é meu objetivo aqui definir o que é transexualidade ou cisgeneridade, apenas significar a estilística de existência e entendê-la na nossa sociedade e educação.

Por estilística de existência, William Siqueira Peres (2015) explica que, mesmo as travestis sofrendo diversas dificuldades sociais, como desemprego, fome, precariedade etc, também são atravessadas pela ousadia de resistir, desafiando seus próprios limites.

Sobre a organização deste trabalho, na seção seguinte 2. *Baseado em carne viva e fatos reais, é o sangue dos meus que escorre pelas marginais*, discuto sobre o processo dessa pesquisa, a metodologia, o contexto das cidades que envolvem esta

pesquisa: Maringá e Paranavaí, as trajetórias no campo de pesquisa, sobre as duas participantes e a busca por outras pesquisas acerca do meu tema.

Na seção 3. *Tão esperta essa bichona, mas sabe que pra ter sucesso não basta apenas estudar*, abordo sobre a escola enquanto espaço de formação para exercício das normas de gênero e sexualidade, sobre expulsão e currículo escolar, formação de professoras, resistências, história do movimento T e o que temos como possível para educação de pessoas trans, pedagogias e desafios que escapam da formação para a norma

Na seção 4. *VOU TE CONTAR A LENDA DA BICHA ESQUISITA, NÃO SEI SE VOCÊ ACREDITA*, narro as histórias das participantes desta pesquisa, relatando suas trajetórias e estratégias de sobrevivência.

Por fim, na seção 5. *RESISTE, IRMÃ, ENTÃO VAI À LUTA, MESMO QUE TE CHAMEM DE ETERNA PROSTITUTA*, analiso as entrevistas, tendo como foco a construção de seus corpos, a prostituição, a educação formal, a diferença geracional e a privação de liberdade no sistema prisional.

Nasci, cresci, reproduzi e pari em Maringá. Morei quase minha vida toda aqui, com exceção de um ano que vivi em Carambeí-PR, em 2000. Desde a primeira vez que vi uma travesti/mulher transexual na rua, que narrei no início dessa seção, e todas que vi ao longo dessa minha vida antes de estudar sobre, eu sempre as vi como inimigas da sociedade. Aquelas que faziam o homem de bem trair suas esposas, aquelas que queriam ganhar dinheiro fácil, sem ter que estudar, aquelas que ‘sujavam’ nossa sociedade. Tenho tristeza por ter tido tais preconceitos dentro de mim por anos, mas infelizmente não sou a única. Há muitas pessoas carregadas de preconceito e LGBTfobias⁶ na nossa sociedade. Aliás, higienismo e poder são o que rege nossa sociedade, como discutiremos a diante.

Com 26 anos, em 2012, eu ganhei minha ‘carteirinha LGBT’ (termo usado com ironia, obviamente). A partir de então, comecei a pesquisar pelas redes sociais sobre questões LGBT. Cada um dos meus preconceitos foi escancarado e destruído por meio de leituras e de transamazadas. Amadureci nessas discussões com ajuda da Patrícia Lessa, professora da Universidade Estadual de Maringá, que me ajudou com referenciais acadêmicos que me foram base dos meus estudos em gênero e

⁶ Termo que sintetiza as violências vivenciadas por pessoas LGBT, que são: lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia, abrangendo as especificidades das identidades de gênero e orientações sexuais diversas. (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

sexualidade, para a produção do meu artigo da especialização em GDE e para o meu projeto de mestrado.

Tomei interesse pelo estudo sobre gênero e sexualidade e tenho estudado desde então. E foi assim que entendi que para o mestrado eu queria discutir sobre a educação de travestis e mulheres transexuais na prostituição. Compreender a trajetória educacional delas, dentro e fora de instituições cisnormatizadora, que não só reproduz desigualdades de gênero, mas a produz, conforme a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2003).

Encerro minha breve trajetória que me levou a pesquisar o que pesquiso com um excerto de texto de um homem branco, cisgênero, classe média e heterossexual, ou seja, o padrão 'universal' da nossa sociedade, que é meu pai José Carlos Ercoles, que escreveu em sua rede social *Facebook* ao ter contato com meu capítulo que citei anteriormente, sobre travestis e mulheres transexuais na universidade:

Aí o tempo passa, os filhos crescem, vão a luta e derrepente sua filha vira escritora contribuindo com uma pesquisa no lançamento de um livro. Ainnnn.... Mas sobre travestis..... Sim, ELAS (e não eles); existem e se a grande maioria vive se prostituindo é porque são excluídas da sociedade e pior, na maioria das vezes do convívio com seus familiares. Quando ela começou a pesquisar sobre, me assustei mas com o pouco que eu vi do trabalho dela, entendi e fui desfazendo do meu preconceito, me orgulha ver minha filha fazendo o que pouquíssimas pessoas fazem ou ao menos ousam entender um pouco dessa causa. Quero ver as travestis na Colombo⁷ mas dentro da UEM estudando, tendo emprego e sendo aceita. **Parabéns** filha (*sic*).

Percebemos que é possível acreditar em mudanças de pensamentos preconceituosos por meio de nossas publicações acadêmicas. Então façamos. Há uma força na periferia que é capaz de modificar as limitações reflexivas do centro. Mas há uma força do centro que pode fortalecer a periferia. Então, da minha ocupação do lugar de mestrado na universidade pública, local cujo centro domina, tenho responsabilidade de significar a ansiedade dos guetos, da periferia.

Encerro pedindo a você leitora que permita que eu possa 'bagunçar' você, revirando suas ideias, conceitos, expectativas e desejos. O mestrado bagunça a gente, ouvir uma artista trans negra bagunça a gente, ouvir a travesti na periferia bagunça a gente, ouvir desabafos das amigas manas trans bagunça a gente.

⁷ Referência à Avenida Colombo, que, ao mesmo tempo tem parte de seu trecho como espaço de prostituição de travestis e mulheres trans, também é o endereço da Universidade Estadual de Maringá.

Tiremos as poeiras que estão em nós e chacoalhemos nossas certezas. Na próxima seção, conheceremos sobre as metodologias que circularam este trabalho.

2. BASEADO EM CARNE VIVA E FATOS REAIS, É O SANGUE DOS MEUS QUE ESCORRE PELAS MARGINAIS⁸

Escuto histórias desde antes de aprender a ler. De princesas, de animais, de fadas, de duendes, de sereias, de bruxas etc. Nada muito além do que se tem contado hoje em dia. E nunca escutei uma história na infância de uma travesti. Afinal, precisa-se manter o padrão social, “não se deve contar essas histórias para as crianças”. Estou farta de tantas normas, de tantos estereótipos compulsórios que precisam ser reiterados diariamente para que continue tudo como está. Por isso, neste trabalho e nesta vida daqui em diante, adoto o transfeminismo como metodologia de trabalho e de vida. Justifico a partir do pesquisador trans Paul Preciado (2015, p. 6) por meio de sua definição sobre transfeminismo, que

é o nome dessa revolução. Se você está cheio do seu gênero, cansado de binários (menino-menina, hetero-homo, branco-não branco, animal- humano, norte-sul), além do modelo ‘casal romântico’, perdendo as esperanças no capitalismo e vive verdadeiramente a utopia de se tornar outra pessoa, você é transfeminista. Transfeminismo não é pós-feminismo. Transfeminismo é o feminismo do século XXI *reloaded*.

O transfeminismo está em construção e não é aprendido apenas por leituras. Por isso, nesta dissertação tem um pouquinho para além da leitura, como excertos poéticos, títulos baseados em músicas e narrações para que salte da produção acadêmica, afim de que com esse pouco seja possível levar algo a mais da transpotência que temos no nosso país. É preciso que as palavras pulsem as veias de quem lê (JESUS, 2015).

O transfeminismo não ignora as demais pautas apenas pelo fato de ser trans. Pelo contrário, soma as demais discussões às suas reivindicações e rompe com a ideia única de feminismo. Djamila Ribeiro (2017) reflete sobre a problemática da universalização da categoria mulher no feminismo, cuja mulher hegemônica toma o lugar de outras identidades de mulheres, ignorando as intersecções. O foco do feminismo hegemônico no enfrentamento ao capitalismo patriarcal não é suficiente para todas as mulheres, como a opressão de caráter racial que mulheres negras enfrentavam. Para a autora, ainda, algumas identidades têm sido silenciadas

⁸ Referência à música “Bomba Pra Caralho” da artista travesti Linn da Quebrada (2017).

epistemicamente, enquanto outras são fortalecidas, afinal a academia funciona em uma sociedade de lógica colonial. Para romper com essa lógica, não basta apenas falar dessas demais identidades, mas anunciar o que se é feito para oprimi-las ou privilegiá-las.

Assim, quando a academia trata das identidades oprimidas e é criticada por se tratar de “política identitária”, passa a ser julgada como “separatistas” porque desarticula o movimento de esquerda. Entretanto, se assim pensarmos, cairíamos no erro da lógica de universalidade e que falam por todas (RIBEIRO, 2017). O feminismo precisa refletir sobre o racismo e combatê-lo. Pois, para a autora, o racismo hierarquiza. Por isso, ao falarmos de feminismos, é preciso que o feminismo negro e a interseccionalidade seja compreendida.

Quando bell hooks⁹ (2017) torna-se docente e tem contato com trabalhos acadêmicos de diferentes áreas, percebeu que, quando a academia tratava da experiência negra, abordava apenas da que pertencia aos homens. E quando falava da experiência das mulheres e discussões feministas, resumia-se às mulheres brancas. Por isso, o feminismo negro intersecciona as duas experiências, da negritude e das mulheres, como uma específica. Kimberlé Williams Crenshaw (2002, 177) define a interseccionalidade, sendo

uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Entendo, também, a interseccionalidade de opressão como categoria necessária para discutirmos a transgeneridade. Por exemplo, as particularidades de opressões sofridas por uma travesti negra, pobre e gorda são mais complexas que a da travesti branca, magra e classe média, assim como também é mais complexa que a da mulher cisgênera magra, branca e classe média. E precisam ser entendidas e pontuadas para que se compreenda as dificuldades das diferentes identidades.

Assim como Jaqueline Gomes de Jesus (2015), também acordo em compreender o transfeminismo para além do interesse da igualdade dos recortes

⁹ Pseudônimo da escritora Gloria Jean Watkins que assina em letras minúsculas como uma forma de homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó grafados em também em minúsculas.

identitários, mas como protesto contra hierarquias de opressão, tendo o feminismo negro como aporte teórico (JESUS, 2015).

Nesta dissertação, narro histórias de duas mulheres transexuais, a fim de estimular novas histórias para quem gosta de narrar e para estimular novas leituras de quem gosta de ler. Quantas histórias você leu com protagonismo de travesti ou de mulher transexual? Vale ficcional ou real. Para além das notícias sangrentas dos jornais.

Uso da metodologia cartográfica que me foi sugerida no momento da qualificação. Eu nem sei se eu que escolhi a Cartografia como método ou se ela me escolheu. Anteriormente, eu propus a metodologia da História Oral, mas não encaixou porque ela limitou este trabalho. Não quero apenas narrar as histórias dessas mulheres que aceitaram participar. Quero narrar todo o processo desta pesquisa, desde o aceite à rejeição de cada uma, as andanças pela cidade, meus dramas, enfim... acredito que todas as vivências são dados possíveis para análise, ou que todos os dados oferece-nos vivências e alimenta nosso lado de pesquisadora e de pessoa. E alimenta o lado das pessoas que nos circulam, quadriculam, triangulam...

Para compreendermos melhor, trago a pesquisadora Virgínia Kastrup (2015) que afirma que a Cartografia tem como objetivo a investigação do processo da pesquisa e não apenas a apresentação de um de objeto de pesquisa. Poderia apresentar os relatos das entrevistadas com uma bela análise. No entanto, como deixar escapar que, quando eu conheci Carol e que ela topou a entrevista, a noite estava um vento frio que abala até pessoas calorentas como eu, enquanto ela estava nua na esquina?

Este método não tem um conjunto de regras que devam ser seguidas, mas há pistas. É um salto do conhecido a o que pode vir. Conforme Rogério Machado Rosa (2017, p. 192 e 193), a “cartografia e a escrita cartográfica dizem de um estilo de escrever e de pesquisar itinerantes, em trânsito e sem endereços e endereçamentos fixos”. Dentro do território, no campo de pesquisa, mais do que vencer etapas de um método, o processo de aprendizado da cartógrafa dá-se sem pré-condições, mas provocada pela experiência.

O aprendiz-cartógrafo, inicialmente inseguro por não conhecer o campo que encontra (afinal, mais encontramos do que buscamos algo), vai descobrindo aos poucos que as regras prévias são valores

móveis que não existem de modo rígido e universal, como nada garantem. Vai sendo provocado e contagiado pelas experiências de habitação, abandonando as formas rígidas, as regras fixas e experimentando a abertura de uma atenção flutuante, numa espreita a avaliar e tomar decisões encarnadas na experiência concreta. Vai desenvolvendo uma mudança da atenção focada e reduzida para uma atenção desfocada que pode apreender os movimentos do território. O aprendiz-cartógrafo vai percebendo que não há outro caminho para o processo de habitação de um território senão aquele que se encontra encarnado nas situações. Mais do que um aprendizado de regras, o aprendizado da cartografia implica uma ambientação aos espaços do campo, onde realmente podemos treinar nossa paciência e atenção aos acontecimentos. Tais sensibilizações, quando vêm, pressupõem experiência e tempo, sendo cultivadas nos jogos e nas disputas que o processo da pesquisa oferece diariamente, esvaziando o aprendiz das armadilhas que os pré-julgamentos e verdades gerais acabam por nos levar. (ALVAREZ; PASSOS, 2015, p. 147 e 148).

Assim, mais do que seguir regras, devemos estar sensíveis e atentas em campo para um processo de aprendizagem para a pesquisa. Para isso, pensemos na atenção da pesquisadora. Da mesma forma que a atenção pode funcionar de diferentes formas, como flutuante, seletiva, desfocada, concentrada etc, o pensamento da pesquisadora pode sofrer flutuação. A atenção tem um ritmo de voo e pouso, e cabe à cartógrafa perceber onde fazer pouso da atenção. “O cultivo da atenção pelo aprendiz de cartógrafo é a busca reiterada de um tônus atencional, que evita dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada” (KASTRUP, 2015, p. 48).

Eu não apenas mapeei a história de vida das minhas entrevistadas, mas mergulhei atenciosamente em suas narrativas, deixando que as águas de suas histórias ora afogassem, ora lavassem, ora fossem remansos. O método cartográfico permite-nos pesquisar com entrega, afetos e devires. É permitir-se conhecer para além de ouvir histórias.

Cartografar é experimentar devires. Implica entrar de corpo inteiro nas experiências, implica forjar experiências e (re)inventar o corpo nelas, e com elas. Pesquisar é correr riscos. É caminhar na navalha. É suspender o juízo. É abrir o corpo, (di)ferindo-o. É dançar desenfreadamente com tudo que pode, inclusive, deixar de ser (ROSA, 2017, p. 195).

O campo foi sagrado. Assim como antes de entrar no terreiro devemos vestir uma saia por respeito às/aos orixás, inclusive estou usando uma agora e daqui escrevo, na dança cartográfica que Rosa (2017) orienta, coloco meu vestido

metafórico preto e vermelho para ocupar o espaço das “pombogiras”, as avenidas, e piso nesse solo.

Conheci a cartografia na saideira do meu mestrado enquanto teoria. Mas ela já morava em mim sem eu saber. Quero cada vez mais aprofundar-me nessa caminhada e ser aprendiz cartográfica, de seu passo a passo.

2.1. Te vejo como um ser humano enquanto você me vê como nada¹⁰

Esta pesquisa de número CAAE: 10313219.9.0000.0104 (ANEXO I) foi aprovada pelo comitê de ética e, como autora, atentei para os seguintes detalhes, especificados no TCLE (APÊNDICE I), sendo eles: expliquei qual é a pesquisa e como se daria a participação dela; dei a liberdade de modificar a história que foi divulgada neste trabalho, acrescentando ou omitindo o que desejar; detalhei sobre os riscos ou desconfortos sobre a pesquisa, que são mínimos, mas existem por tratar-se da intimidade, mas com o direito de não responder caso sinta-se desconfortável; informei que se vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante da participação, têm direito à indenização, por parte da pesquisadora e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa; instruí que poderiam recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa; expus que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade dela. Esse Termo foi assinado por mim e pela entrevistada em duas vias, uma para cada. Vale ressaltar que a assinatura respeita o nome delas.

Além desses itens especificados no TCLE, há pequenos cuidados que tomei desde o processo da abordagem na rua, como: ser rápida; ter a sensibilidade de pedir licença e desculpas em atrapalhar o horário de trabalho dela; mãos sempre à mostra, evitando bolsos e deixando evidente que objeto segurava, como a chave do carro, para evitar possíveis tensões e descer do carro, fazendo o contato olho no olho.

¹⁰ Referência à música “Desabafo” da artista travesti Mc. Xuxu (2014).

Você perceberá nas narrações das abordagens, na próxima subseção, que há a presença constante da minha amiga travesti Lua. É proposital. Sentia-me insegura de ir para a rua sozinha à noite e sentia que precisava de alguma pessoa para me acompanhar. Pensei em alguém que eu tinha mais proximidade e que fosse empática com as garotas que eu abordaria, já que quem viesse comigo estaria ao meu lado nesse momento. Então convidei Lua, que foi uma presença muito potente, porque, além de ser travesti, ajudava-me nas abordagens. Amo essa garota! Acabou acompanhando-me também na primeira entrevista porque criou vínculo junto comigo pela entrevistada Carol.

Nas entrevistas, alguns cuidados foram tomados. Em todas elas expliquei anteriormente sobre as informações do TCLE, sobre a pesquisa e como seria a entrevista. Deixei-as livres para escolherem o local, inclusive não abri mão do bar enquanto local de pesquisa em uma entrevista, apenas atentei-me a escolher um bar que fosse amigável ao público LGBT, sem muita gente e adequado para fazer uma gravação em áudio. Cuidei para não haver grande consumo de álcool que pudesse influenciar no fornecimento de dados para a entrevista, mas sabendo também que depois isso seria conferido pela entrevistada. E, por fim, conferi o texto com as pessoas posteriormente, deixando-a livre para acrescentar e tirar informações, conforme descrito no TCLE.

Acontece que, todos esses cuidados partiram de mim e das minhas suposições sobre como abordar adequadamente. Foram suficientes? Não posso afirmar que sim. Até porque, por parte da aprovação do Comitê de Ética não obtive qualquer resposta que acrescentasse ou questionasse o que eu propus. Até que ponto a academia cissexista, heteronormativa, elitista, branca, euro-estadunidense, machista importa-se com as travestis e as mulheres transexuais? Por ora não problematizarei, mas na seção 5. *Análise das entrevistas*, pretendo estender essas reflexões.

2.2. No bueiro abaixo correm os ratos, entre fios elétricos pululam veados, escondendo suas trombas¹¹

¹¹ Referência à música “Dama da Night” das artistas trans As Bahias e a Cozinha Mineira (2017).

Maringá é uma cidade considerada muito bonita, planejada e ‘livre’ de favelas. Seu planejamento não incluía os guetos. Mas eles surgem como ‘pragas’ para o higienismo, assim é a periferia para a cidade: como ratos para os bueiros.

Os ratos também já foram encantados pelo flautista de Hamelin, segundo a lenda oral popular “O flautista de Hamelin” (s/d). Ao ouvir o som da flauta, ficaram deslumbrados e seguiram o músico para longe da cidade, que desejava ficar livre dessas pestes, e morreram afogados no Rio Weser por estarem hipnotizados. Isso me lembrou do contexto político que vivemos, cujas pessoas votaram em ‘um presidente’ cegamente, motivadas pelo ódio e hipnotizadas pelas promessas de mudanças e agora estão vivenciando retrocessos sociais lastimáveis.

Outra metáfora que logo penso com ratos e bueiros são todos os desejos e impulsos dessa sociedade hipócrita que são escondidas e mantidas ralo abaixo para ostentar aparências, como o marido cidadão de bem e de bens, casado com sua mulher de bem e proprietário dela, decide ‘ratear’ pelas ruas da cidade e ter um programa com uma travesti. Ele rapidamente corre ao bueiro, lá faz o seu negócio, depois sai tranquilamente para viver seu matrimônio de sucesso e abençoado pelo deus cristão. Contudo, isso é somente uma metáfora, como eu disse. Não que necessariamente isso aconteça em Maringá ou em Paranavaí.

Poderíamos ficar por horas pensando em referências literárias e metáforas com os ratos, embora prefiro focar-me aos veados que escondem suas trombas, ou as amapôs¹² que escondem (ou não) a neca¹³. Então, nessa subseção, discuto sobre o contexto das cidades das duas entrevistadas: Maringá e Paranavaí, cidades da Carol e da Anne, respectivamente.

Segundo o panorama do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) a população de Maringá, em 2018, é estimada em 417.010 pessoas, já Paranavaí (IBGE, 2020) é estimada em 88.374 pessoas. O site detalha, ainda, que a média salarial de ‘trabalhadores formais’¹⁴ de Maringá é de 2,7 salários mínimos e em Paranavaí a média é de 2,2 salários mínimos.

¹² Gíria do pajubá (dialetto das travestis) que significa mulher.

¹³ Gíria do pajubá que significa pênis.

¹⁴ Demarco aqui no masculino e plural da mesma forma que o apresentado no site, abrindo exceção da demarcação feminina, conforme a minha escolha de linguagem, para não correr o risco de ser mal interpretada.

A respeito do contexto educacional maringense, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,4%, sendo as notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 7,1 dos anos iniciais do ensino fundamental e 4,4 dos anos finais. O município conta com 125 escolas públicas de ensino fundamental (1º ano ao 9º ano) e 51 escolas públicas de ensino médio (1º ao 3º ano), até 2018.

Em Paranaíba, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,7%, sendo o IDEB de 7,4 dos anos iniciais do ensino fundamental e 4,5 dos anos finais. O número de estabelecimentos de ensino fundamental é de 38 escolas e de ensino médio é de 16 escolas.

A pesquisadora Crishna Mirella de Andrade Correa (2017), em sua tese intitulada “*Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil*” aponta Maringá como uma cidade conservadora e religiosa. Além de higienista, ‘empurrando para debaixo do tapete’, toda marginalidade possível encontrada no seu centro, ao ponto de oferecer serviço de embarque 24 horas a essa população, na rodoviária. Ela problematiza, por exemplo, a existência das duas mulheres transexuais, participantes de sua pesquisa, dentro da universidade de uma cidade marginalizadora.

Na tese, Correa (2017) traz o contexto do uso do nome social dentro da Universidade Estadual de Maringá. Foi requerido em Novembro de 2011 por meio dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual (NUDISEX) e Grupo de Estudos das Pedagogias do Corpo e da Sexualidade (GEPECOS) o reconhecimento e implantação da ‘lei do nome social’. Inclusive, ela assume a coordenação da elaboração da resolução de nome social da UEM. A regulamentação através da Resolução N° 030/2013-CEP (UEM, 2013) aconteceu em 2014. Tal Resolução foi necessária como uma das estratégias de permanência de pessoas transgêneras na Universidade. Atualmente, militantes trans têm-se reunido para discutir sobre esse documento junto ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEM e desejam propor algumas mudanças que o faça alcançar funcionárias/os da instituição e vestibulandas/os, além de alterar alguns detalhes dessa Resolução que a comunidade entende como mais adequada. Foram feitas reuniões nos dias 22/05/2019, 05/06/2019 e 19/06/2019, tendo como temática: “Transexualidade e o apoio e permanência na Universidade”. Participei de algumas dessas reuniões e as que não me foi possível participar, recebi por e-mail as

informações. Aos poucos, o protagonismo trans toma conta da universidade e acho pulsante ver tal força partir delas e deles.

2.3. Me sinto um peixe fora do aquário, dá pra ver¹⁵

A autora desta dissertação é do signo de Peixes convicta, do final do mês de Fevereiro. O título deste tópico ilustra como essa pisciana que vos fala sentiu-se ao entrar em campo novamente durante esta pesquisa. Primeiro, por tratar-se de uma rodovia. Dirigir, olhar procurando as manas nas esquinas e ruas, interpretar se é uma boa situação para intervir e ao mesmo tempo achar uma vaga para estacionar o carro e parar (sabendo que o ritmo dessa avenida é frenético e movimentado). Calma, que isso é só o começo. Depois você desce do carro, aproxima-se da(s) mana(s) e tem que ser sociável (outro desafio para mim!). E elas apresentam-se esplêndidas! Sua pose, seu salto, os olhares altivos fizeram-me sentir um peixe fora do aquário. Afinal, o que uma garota baixinha, cis, branca, gorda e, por suposto, não procurando programa, estaria fazendo lá perto delas? Não me senti mal, apenas senti-me o ser que saltou da universidade para o local desconhecido. Talvez lá eu fosse *um corpo estranho*¹⁶. Mas voltemos ao início.

Com a minha amiga Lua fui pela primeira vez a campo no dia 03 de Abril de 2019, em uma quarta-feira, aproximadamente entre às 21h50m às 22h50m. Fomos com o meu carro e percorremos a Avenida Colombo por uns trinta minutos, ainda inseguras em como as abordaríamos. Percorremos esta avenida entre a Rua Bolívia até próximo à avenida Morangueira, rua/avenida que cruzam com a Colombo, para definirmos nosso recorte por meio de onde havia maior concentração. Percebemos que elas ficam concentradas entre a primeira rua citada até a avenida Pedro Taques, depois disso são regiões muito agitadas e acabam não atraindo muitas delas. Então, partimos e abordamos três, em três paradas diferentes, embora vimos algumas outras, porém uma demonstrou medo do carro em velocidade baixa e outra porque o carro da polícia estava aproximando-se, o que fez ela dispersar.

¹⁵ Referência à música “Sem nome, mas com endereço” da artista trans Liniker (2016).

¹⁶ Referência ao livro de Guacira Louro (2018).

Nossa abordagem inicial era apresentarmos, perguntar o nome, desculparmos por estar incomodando em seu horário de trabalho e bater um papo rapidíssimo, conforme demonstravam interesse, sobre a pesquisa e sobre quem éramos. A primeira (branca, estava sozinha no ponto) recusou a conversa e disse que não tinha interesse. Despedimo-nos e seguimos. A segunda, Carol, (negra, sozinha no ponto) foi receptiva, abordamos com um olá, nossos nomes, perguntando o nome dela, desculpando por estar atrapalhando seu horário de trabalho, explicando nosso objetivo sobre a pesquisa e perguntando se ela teria interesse em participar. Ela disse que sim, que quando morava em São Paulo participou de uma pesquisa de um pessoal de uma outra universidade. Pegamos o contato dela para nos comunicarmos pelo aplicativo *Whatsapp*. Trocamos ideia rápida e nos despedimos agradecendo. A terceira (negra, sozinha no ponto) também foi receptiva. Abordamo-la da mesma maneira que a anterior e ela aceitou. Não conseguimos número de contato porque ela havia sido recentemente roubada e estava sem celular e número. Mas se dispôs a marcarmos um horário e poderíamos voltar no mesmo lugar para combinarmos. Trocamos ideia rápida e nos despedimos agradecendo. Não conseguimos reencontrá-la posteriormente neste local nas idas seguintes à campo.

Como resultado da primeira abordagem, da qual duas delas toparam participar da pesquisa, deixou-me muito contente, ao mesmo tempo chocada, pois não esperava tamanha acolhida.

Abordei Carol no dia 5 de Abril de 2019 por meio de um áudio de *Whatsapp* agradecendo, lembrando quem eu era, falando sobre como seria a entrevista rapidamente, pedindo um horário que seria melhor para ela, porém que fosse na semana seguinte e ela respondeu aceitando, mas não deixou fixada uma data. No dia 03 de Maio (sexta-feira) entro em contato novamente propondo uma entrevista e sugerindo o próximo domingo (05/05) de manhã ou à tarde. Ela aceita e concorda com o dia e com a parte de ser a tarde. Proponho dois locais: uma cafeteria ou um parque. Ela diz que qualquer uma das opções está bem e pede que seja onde eu ache melhor. Proponho às 14 horas, no Parque Alfredo Werner Nyffeler, conhecido como Buracão, que é um espaço agradável, com diferentes espaços possíveis para a entrevista dentro dele e seguro. Ela concorda e agradeço.

Chega o domingo, dia 5 de Maio, dia da primeira tentativa de entrevista. Por volta do meio-dia mando mensagem confirmando se estava tudo certo para hoje. Ela

não responde, nem visualiza. Então tento telefonar duas vezes mas não fui atendida em nenhuma. Decido não ir. Às 17h51m do mesmo dia, ela me manda mensagem por áudio “amiga, desculpa, amiga. Acabei desligando meu celular, aí cheguei em casa e acabei acordando agora pouco, agora que fui ligar meu celular. E realmente eu esqueci, amiga. Mil desculpas.” E respondo que não teria problemas e se poderia ser amanhã. Ela diz que sim e marca para a parte da tarde e pede para que eu confirme se seria no mesmo local. Eu concordo e marcamos para as 14h.

Na segunda tentativa de entrevista, dia 6 de Maio de 2019 (segunda-feira), mando mensagem às 13h30m perguntando se hoje rolaria e ela responde às 13h51m que não iria conseguir. Já estava preocupada com tanta tentativa de fuga e, confesso, um pouco desanimada e mandei esta mensagem por escrito para que ela pudesse ficar à vontade quanto a participar ou não: “Quanto a isso tudo bem. Tô ainda tranquila quanto a prazo por enquanto. Mas tá tudo bem? Ainda está a vontade sobre dar entrevista? Se houver algum problema só dizer. Tá bom? Bjoo”. O aplicativo sinalizou que foi enviado, porém não foi visualizado nem respondido.

No dia 15 de Maio de 2019 (quarta-feira), entre às 23h19m à meia-noite, fomos pela segunda vez a campo Lua e eu a fim de abordar novas travestis e mulheres trans e encontrar Carol. Destaco que este dia estava frio e vento gelado para que possamos refletir sobre algo mais adiante. Abordamos três travestis que estavam juntas na esquina da avenida. Apresentamo-nos à primeira (branca) e perguntamos o nome dela, em seguida perguntamos: “Podemos falar com você rapidinho?” e ela “Sobre o que?”. Lua respondeu sobre o que se tratava e ela retrucou que não tinha interesse, foi bem fechada. Então agradecemos e fomos falar com a seguinte. A segunda: Bruna (branca), fizemos uma apresentação nossa e perguntamos o nome dela. “Podemos falar com você rapidinho sobre a pesquisa?”. Ela foi receptiva. Falamos que era sobre o período de escola, como foi para ela. E ela retruca, mexendo no cabelo e desviando o olhar, dizendo algo do tipo “pra mim foi terrível”, rindo. E falamos que esse seria o momento de ela falar e contar tudo. Então pegamos o contato com ela e seguimos para a próxima que, provavelmente, escutou parte da conversa. A terceira (negra) foi bem receptiva, Lua apresentou-se como a primeira travesti formada no mestrado em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e contamos como são as pesquisas lá e que queremos contar outras histórias. Usava apenas lingerie apesar de estar muito frio e vento, como já pontuei. Pegamos o contato dela e seguimos em direção ao ponto da Carol.

Durante o trajeto, Lua me contou sobre uma travesti que participou de alguma entrevista com ela e que falou de problemas que passava, sendo uma travesti que trabalha como prostituta na rua, para além do que imaginamos, como doenças relacionadas ao clima e poucas vestimentas. Discutimos sobre algumas subjetividades que nos escapa, mesmo para ela que também é travesti mas não está na prostituição. Assim, percebo que há subjetividades que, às vezes, não damos conta de discutir e compreender em uma totalidade, mesmo com referências teóricas de pessoas trans, mas que não enfrentam o cotidiano de uma rua para a prostituição. Em seguida, chegamos ao ponto da Carol. Ela iniciou desculpando-se e justificando-se. Mas respondemos que compreendíamos. Batemos papos aleatórios sobre nossas rotinas e horários. Por fim, combinamos a terceira tentativa para a próxima sexta-feira, dia 17 de Maio de 2019, às 21h. Lua sugeriu bebermos em um bar.

A dificuldade de aproximação com as travestis e mulheres trans enquanto participantes desta pesquisa fez tanto a mim quanto à Lua refletirmos sobre algumas formalidades acadêmicas que não caberiam para essa pesquisa. Primeiramente, o local da entrevista. Eu acreditava que uma praça ou parque seria mais adequado para conversar sem muitas pessoas por perto, pois em um parque ou praça, as pessoas estariam em trânsito, evitando constrangimentos às entrevistadas por estarem escutando suas histórias. E ainda acreditei que o melhor horário seria à tarde, até porque o horário de trabalho delas é à noite e provavelmente pela parte da manhã dormiriam. Mas essa forma de entrevista não funcionou.

Quando Lua propôs de fazermos em um bar, tomando uma cerveja e conversando, Carol aceitou e ainda propôs que fosse no horário que ela está na rua a trabalho. Achei um pouco arriscado por tratar-se de uma entrevista acadêmica, a fusão de bebida alcoólica e coletas de dados pessoais deixavam-me receosa. Mas então refleti: até quando insistiremos em fazer com que as participantes de pesquisa adequem-se aos nossos fazeres acadêmicos ao ponto de escapar uma entrevistada? Por que negar-me em entrevistar em um ambiente que elas se sentiriam mais confortáveis, ainda que eu não me sentisse adequada, academicamente falando, apenas para satisfazer dados para uma academia elitista que padroniza seus corpos e suas subjetividades?

No dia 17 de Maio de 2019 (sexta-feira) Lua e eu fizemos a terceira tentativa de entrevista com Carol, passamos perto das 21h30m pelo ponto dela e

confundimos com outra moça que estava lá no mesmo ponto. Demos oi, mas ao perceber que não era a Carol, saímos e não perguntamos sobre ela. Tinha também um homem junto conversando. Então decidimos ir ao bar apenas nós duas e por lá ficamos. Saímos e passamos novamente no ponto dela às 23h40m e ela estava lá. A mesma garota e o rapaz estavam lá ainda, conversando com ela. Justificou dizendo que atrasou, que ficou conversando com as meninas que vêm juntas de carona de Paiçandu, onde mora, e que tinham ido tomar vinho. Disse que perguntou da gente para os outros dois e eles disseram que tinham parado duas meninas ali, no caso, nós. Começamos a falar sobre fazermos a entrevista em um outro dia. Então marcamos para a terça-feira seguinte, já que segunda não era um bom dia para ela.

No dia 21 de Maio de 2019 (terça-feira) foi a quarta tentativa de entrevista com a Carol. Passei por volta das 22h30m no ponto e ele estava vazio. Então liguei para a Lua, que estava no Bar Atari com outras amigas. Fui para lá e ficamos. Na saída, passamos no ponto novamente na madrugada, aproximadamente à 00h20m do dia 22/05 e ela estava lá com o rapaz e a garota do outro dia. Ela nos disse que nesse horário que passei provavelmente ela estava atendendo. Depois o rapaz falou com tom divertido “dá logo essa entrevista para elas, Carol”. E marcamos para a noite desse mesmo dia.

No dia 22 de Maio de 2019 (quarta-feira), na quinta tentativa de entrevista, finalmente aconteceu. Às 22h50m passamos no ponto, ela estava com a garota e o rapaz dos outros dias. Ela quis retornar à quadra para espiar um carro que ela viu no caminho próximo ao seu ponto que tinha uma mulher atendendo a um cara. Nesse retorno, a garota e o rapaz já não estavam mais na esquina que é seu ponto, haviam sumido nesse curto espaço de tempo. Achei interessante essa dinâmica da rua. Fomos para o bar Ponto Certo Restaurante e Petiscaria, na Avenida Pedro Taques. Sabia que era um ambiente amigável para o público LGBT porque já tinha ido lá com meu amigo Daniel, que é homem transexual, e ainda as pessoas que atendiam eram do Vale¹⁷ e sentimos muito bem lá. Nesse dia da entrevista, o bar estava vazio, o que era adequado e agradável para a entrevista. Explicamos como seria a entrevista, demos duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ela assinar. Pedimos um “litrão” de cerveja para nós três e iniciamos a entrevista, gravando em áudio no celular. Ficamos lá por um pouco mais de uma hora, a

¹⁷ Gíria LGBT que se refere à comunidade LGBT, que significa Vale das homossexuais.

entrevista aconteceu de forma agradável. Por fim, deixamos Carol no ponto novamente e fomos embora.

Tentei contato com duas das meninas que me passaram o número. A primeira, mandei uma mensagem no *Whatsapp* que foi visualizada mas não respondida. E mandei mensagem no dia 04 de Junho de 2019 para a segunda, que aqui nomearei de Tiffany (em homenagem à atleta transexual brasileira, escolha minha), perguntando se poderia participar da entrevista, que o foco seria a escola etc. Ela respondeu no mesmo dia, dizendo que tinha colocado silicone no bumbum. Parabenizei e perguntei se poderíamos marcar algo para depois do repouso e ela topou. Então questionei até quando seria o repouso. Ela visualizou e não respondeu.

No dia 18 de Junho de 2019, retornei, perguntando à Tiffany se estava bem e se estava recuperando-se, ela respondeu por áudio que já estava melhor, retornando aos poucos as suas atividades. Respondi que daria tudo certo e logo estaria de novo às atividades por áudio. E ela retorna por escrito agradecendo e que logo marcaríamos um bate-papo. Disse que seria bem bacana se fosse possível e de poder ter ela nesse espaço da minha dissertação. Ela responde preocupada se precisaria gravar. Eu explico sobre todos os procedimentos da gravação, mas deixo aberta a possibilidade de não gravar, caso ela ainda não se sentisse à vontade. Ela expõe que seu único medo é que fosse divulgado, mas que se fosse da forma que descrevi, tudo bem, que não se importaria de gravar. Dou algumas informações a mais para que ela realmente se tranquilize e peço que ela dê uma data de quando poderia ser a entrevista, justificando que meus prazos estavam apertados. Ela fala que mais uns cinco ou seis dias. Mando mais um áudio me despedindo e falando que retorno depois e que tenha um bom repouso. Mas ela não o escuta.

Dia 28 de Junho de 2019, novamente pergunto se ela estava bem. Tiffany manda quatro áudios contando que piorou, que um lado do silicone inflamou e que terá que ficar de repouso por mais alguns dias. Mandou foto de quando estava no hospital, diz que é uma pena que ela não poderá participar, já que meus prazos estão apertados e desabafa que o silicone industrial é um perigo, que já tinha um pouquinho e acabou decidindo por mais e dando a complicação. Desejo melhoras, lamento o fato. Ela se desculpa por não poder participar novamente, falando que gostaria. Mando um áudio explicando que se ela puder mais para frente, quando estiver recuperada, consigo incluí-la aqui. Falo isso considerando que o meu primeiro prazo refere-se à banca de qualificação, mas poderia ter a entrevista dela

para depois desse período, para a defesa. Sobre a mensagem, ela visualiza, ouve, mas não a responde. Escrevendo o texto, agora, deste percurso, no dia 09 de Julho de 2019 mando mensagem novamente para ela, com o intuito de saber se estava melhor. Ela responde que ainda está no processo de recuperação, fazendo drenagem. E desejo melhoras.

No dia 18 de Junho de 2019, escrevo para minha amiga Anne, de Paranavaí, perguntando se ela topava dar entrevista para mim. Ela topou e conversamos sobre diversos assuntos nesse dia. Dia 21 de Junho de 2019 eu entro em contato por áudio novamente com ela para firmarmos o dia. Ela não ouve o áudio nem responde. No dia 28/06 mando uma mensagem perguntado se ela estava bem. Sem respostas novamente. Dia 30 de Junho de 2019, um domingo, mandei novamente mensagem desesperada por ela. Lembro que estava desesperada porque todas as travestis e mulheres trans que intencionava entrevistar, sumiam! Entrei em crise mesmo, fiz drama como boa pisciana. Paciência que minha namorada Aristiane e minha orientadora tiveram que ter neste dia. Anne responde-me no dia seguinte, 01 de Julho, dizendo que teve um fim de semana agitado, em atividades familiares e do seu Coletivo. Conversamos e marcamos para eu ir para a cidade dela na sexta-feira, dia 05 de Julho. Um dia antes, confirmo se está tudo certo para eu ir e ela confirma que sim. E no dia 05 de Julho de 2019 faço a entrevista com a Anne, segunda entrevistada deste trabalho.

No dia 16 de Julho de 2019 (terça-feira) vou a campo a fim de conhecer novas possíveis participantes e tentar aproximação para a pesquisa. Fomos Lua e eu, aproximadamente às 19h, para a avenida Colombo. Percorremos também as ruas próximas da avenida, onde é comum haver garotas procurando programa, por 30 minutos, contudo, não encontramos nenhuma profissional do sexo. Acredito que possa ser por duas razões: o dia estava razoavelmente frio, afinal, é período de inverno e, segundo, o horário que nos foi possível era muito cedo. Então, não conseguimos concluir nossos objetivos nesse dia.

No dia 20 de Julho de 2019 (sábado), levei o texto impresso com a história da Carol para que ela conferisse e opinasse antes de ser publicada nessa pesquisa. Fui acompanhada de Lua aproximadamente às 22h. A primeira vez que passamos no ponto de Carol, ela não estava no local. Estranhamos, porque afinal, estávamos indo em um dia de semana e horário de movimento interessante com relação aos clientes. Demos uma volta na quadra, e, nesse curto tempo, havia três meninas na

esquina, todas elas negras, sendo uma delas a Carol. A dinâmica da rua surpreendendo-me novamente. Ela foi muito receptiva com a gente e logo uma das outras garotas aproximou-se também. Ela veio questionando curiosamente quem era a garota (referindo-se à Lua), já que ela ainda não conhecia. Achei curioso quando Carol respondeu: “essa é estudada. Não é como a gente não”, dando a entender que a Lua não era uma travesti de programa, mas alguém de outra classe e não ocupava aquele espaço. Saltou-me o demarcador ‘estudada’. Lua ficou conversando com essa garota que estava ‘muito curiosa’ nela, enquanto eu conferi com a Carol a sua história, que está publicada na subseção 4.1. *Mina de peito e pau representa no astral*. Conferimos ali no ponto dela mesmo, a noite estava bem agitada, passaram dois carros com pessoas que pareciam ser amigas delas. Por fim, completamos algumas informações que ainda faltavam das quais eu requeri, Carol não quis fazer nenhuma modificação e disse que amou o texto, inclusive pediu-me uma cópia. Eu falei que assim que eu arrumasse levaria para ela. E assim nos despedimos e fomos embora.

No dia 21 de Julho de 2019 (domingo) à tarde, pedi por *Whatsapp* para que Anne conferisse o seu texto. Mande o texto por e-mail, com alguns trechos a completar por ela, como o caso dos seus nomes fictícios e algumas dúvidas em relação à sua história. Uma pena não ter dado para conferir pessoalmente devido à distância, porque nos faz captar muitas subjetividades, como narrei sobre o dia anterior, com a Carol, mas não foi possível.

2.4. Serei a do asfalto, Rainha do luar¹⁸

Focaremos, agora, nossas lentes nas participantes desta pesquisa. Aqui apresento cada uma delas que aceitaram participar. Ressalto que todos os nomes das entrevistadas são fictícios, não tendo relação com os nomes civis ou sociais delas. A escolha dos nomes foi feita por elas, conforme seus próprios critérios e subjetividades.

¹⁸ Referência à música “Serei a” da artista travesti Linn da Quebrada (2017).

Quando propus que escolhessem o nome fictício, tanto Carol quanto Anne disseram que poderiam usar os nomes delas e que para elas estava bem assim. Expliquei que não podia, que o Comitê de Ética não permitia e a reação das duas foi de indignação “não pode mesmo?”. Expliquei que não posso deixar no texto seus nomes para não ter problema de identificação e que era uma regra. Então elas criaram seus nomes.

Os critérios de escolha para participação foram: 1- reconhecer-se como travesti ou mulher transexual; 2- terem idade superior a 18 anos; 3- aceitassem participar da pesquisa; 4- que tivessem sido em algum momento da vida ou fosse no momento atual profissionais do sexo e 5- terem frequentado escolas.

Carol Melo tem 25 anos, é mulher transexual, negra e é de Barbosa Ferraz-PR. No momento reside em Maringá. Sua profissão é a prostituição. Ela tem o ensino básico completo, ou seja, concluiu até o fim do ensino médio.

Anne tem 50 anos, é mulher transexual, branca e é de Uruguaiana-RS. No momento reside em Paranavaí. Recorreu à prostituição na adolescência. É organizadora do Coletivo LGBTI+ Paranavaí. Ela tem o ensino fundamental I incompleto, concluído até a 3ª série, interrompendo os estudos na 4ª série da antiga seriação do ensino fundamental I (1ª a 4ª série).

2.5. Trajetórias epistêmicas

Para esta pesquisa, busquei outras produções que tivessem relação com o que estava pesquisando e para isso usei as ferramentas de pesquisa as plataformas *online*: 1- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); 2- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e 3- o Google acadêmico.

Os critérios aplicados foram: 1- Pesquisas entre os anos de 2008 – 2018; 2- Todos foram filtrados apenas pesquisas em português (Brasil) e 3- Em cada ferramenta de pesquisa, foi necessário um critério, em razão dos funcionamentos diferenciados de cada uma, sendo estes: BDTD- Palavras pesquisadas contidas no título, resumo ou palavras chaves dos materiais; CAPES- selecionando o tema da educação, pesquisas em português, entre os campos de conhecimento presentes

nas palavras pesquisadas e Google Acadêmico- as cinco primeiras páginas da plataforma, organizado por pesquisas mais relevantes.

Então, escolhi as palavras-chaves para a pesquisa. Foram selecionadas 3 palavras-chaves para cada 5 itens possíveis em relação ao tema “Expulsão escolar de mulheres trans ocupando a prostituição”. Foram organizadas da seguinte forma: 1- Prostitutas, escolaridade, evasão; 2- Travestis, estudos, exclusão; 3- Transexuais, escola, expulsão; 4- Transgêneros, ensino básico, desistência e 5- Mulheres, educação, abandono dos estudos.

Após ter os trabalhos salvos nos meus arquivos, filtrei por meio dos títulos, selecionando os que pudessem ter alguma relação possível com o tema da minha dissertação, que me filtrou o resultado em 8 trabalhos, entre eles 7 dissertações e 1 tese, que tivessem em comum tratar de pessoas trans/travestis e educação, sendo essas:

QUADRO 1: Pesquisas selecionadas.

CATEGORIA	TÍTULO	AUTORIA	PROGRAMA	UNIVERSIDADE	ANO
Dissertação	Notas' de uma vida: vivências trans* em instituições de ensino	Roberta Polak	Curso de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário	UNICENTRO	2016
Dissertação	Sobre corpos que 'não' podem aparecer: memórias de escola nas narrativas de pessoas travestis	Bruno do Prado Alexandre	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal de Mato Grosso	2017
Dissertação	Trajetórias de alunos e alunas transgêneros na Educação de	Luciano Marques da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2015

	Jovens e Adultos do município de Nova Iguaçu		Contemporâneos e Demandas Populares		
Dissertação	Morrer para nascer Travesti: performidades, escolaridades e a pedagogia da intolerância	Tássio Acosta	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal de São Carlos	2016
Dissertação	A experiência travesti na escola: entre nós e estratégias de resistências	Daniela Torres Barros	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Universidade Federal de Pernambuco	2014
Dissertação	Travestilidades e juventudes: conteúdos submersos no contexto escolar	Carina Dantas de Oliveira	Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar	Unesp-Araraquara	2014
Dissertação	Os 'monstros' e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis	Alessandr a Maria Bohm	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2009
Tese	Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa	Luma Nogueira de Andrade	Curso de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Ceará	2012

FONTE: Dados da pesquisa (2019).

Na etapa seguinte, li os resumos e percebi que nenhum dos 8 trabalhos tratavam diretamente sobre expulsão de travestis/mulheres trans que têm ou tiveram contato com a prostituição. Em relação ao objetivo, 4 das dissertações visavam discutir sobre a trajetória escolar, 1 sobre a permanência, 1 sobre transfobia e 1 sobre a convivência escolar. A tese objetivava a discussão sobre a resistência.

3. TÃO ESPERTA ESSA BICHONA, MAS SABE QUE PRA TER SUCESSO NÃO BASTA APENAS ESTUDAR¹⁹

A escola é uma instituição formadora inserida na sociedade cisheteronormativa. Ela não só reproduz como produz diferenças e desigualdades, inclusive de gênero, separando meninas de meninos e ditando o que deve ou não ser feito (LOURO, 2003). Mas as normas estabelecidas nessa instituição não contemplam todas as crianças e adolescentes, como a criança afeminada, a negra, a garota que expressa masculinidade etc. Então, como ocorre essa reiteração da norma de gênero na sociedade, além da escola?

Durante nossa vida, passamos (ou não) por diversas instituições sociais das quais algumas delas visam formar-nos e moldar-nos para o padrão cisgênero e heterossexual, como a família hegemônica, algumas instituições religiosas e outros espaços.

Louro (2003), Foucault (2009) e Bento (2012) discutem sobre a formação familiar a partir do casal procriador, dentro dos moldes hegemônicos. Discutiremos melhor sobre isso na subseção seguinte. Entretanto, pontuo desde já que qualquer arranjo familiar que destoe do molde é considerado anormal, não-natural e desviante.

Para Bento (2012) e Louro (2018) a declaração 'é menina/o' faz com que haja expectativas para com a vida de um ser-humano que, por vezes, ainda nem nasceu. A família compra um universo pueril cor de rosa ou azul, no quarto, nos brinquedos, nas roupas e enxovais e a sociedade que 'diz amém' à trindade sexo-gênero-sexualidade, afinal, um corpo com vulva, por exemplo, terá que reiterar a norma de gênero mulher e a sexualidade heterossexual relacionando-se com homens com pênis. Essa atribuição social, segundo Louro (2018), reitera um caráter que é imutável, ou seja, cada pessoa terá que expressar enquanto viver apenas um gênero conforme lhe foi designada, é também de caráter a-histórico porque não considera outros contextos, outros arranjos sociais e a história individual e é binário, assim sendo: homem x mulher, menino x menina, em conformidade com suas genitálias.

¹⁹ Referência à música "A Lenda" da artista travesti Linn da Quebrada (2017).

Para Bento (2012), a projeção da expectativa familiar em torno do gênero da criança tem três situações. A primeira, dá-se no nascimento, conforme abordei no parágrafo anterior, quando a família descobre o sexo do feto/bebê e planeja para que o novo corpo esteja pronto para performar a cisgeneridade e heterossexualidade logo que chegue ao mundo.

A segunda situação que Bento (2012) cita são os brinquedos, que a autora chama de 'próteses identitárias' pois precisam reforçar o sexo outrora anunciado. É por meio deles que a criança aprenderá a performar seu gênero imposto, expressando masculinidade ou feminilidade, já sofrendo censuras quando cruza esse universo binário.

E a terceira, que pode acontecer tanto na família quanto na escola, são os discursos como 'menino não chora!', 'comporte-se como uma menina!', 'isso é coisa de bicha!', entre outros. Isso limita a expressão de gênero da criança e faz com que reproduza um comportamento ditado pela norma de gênero, ou cisnormatividade.

É na escola que aprendemos desde cedo a performar nosso gênero designado e ter deslegitimadas as existências que não se adequam. Os discursos que expus no parágrafo anterior limitam a identidade e expressão das crianças e adolescentes e condiciona à reprodução de comportamentos criados pela sociedade adequados ao esperado de acordo com o gênero que corresponde ao de sua genitália. Qualquer desvio ou qualquer experimentação que cruze as fronteiras dos limites femininos e masculinos é censurado (BENTO, 2012).

Independentemente de ser trans ou cis, crianças querem explorar o mundo e se conhecer, não serem lidas como transgressoras às normas de gênero. No entanto, ao experimentarem performar a feminilidade e a masculinidade, são mal interpretadas quanto a sua sexualidade ou identidade de gênero, sendo exortadas. Esse comportamento por parte da escola, como também de muitas famílias, não só reduz a expressão de meninas e meninos ao 'feminino' ou 'masculino', mas objetiva controlar os corpos delas e deles, limitando, assim, nas construções de suas identidades.

Chimamanda Ngozi Adichie (2017, p. 26) escancara que as crianças seriam muito mais potentes se não fossem as amarras de gênero. "Se não empregarmos a camisa de força de gênero nas crianças pequenas, daremos a elas o espaço para alcançar todo o seu potencial". A feminista Simone de Beauvoir (1967) acredita que

homens e mulheres deveriam ter acesso ao feminino e masculino, para que alcançássemos indivíduos completos.

Chimamanda (2017) acrescenta que os estereótipos de gênero influenciam até mesmo os nossos desejos, necessidades e felicidades, pois podemos negá-los a nós mesmas apenas por cumpri-los, já que não os conseguimos desaprender. Ou seja, as normas de gênero e todos os signos que as envolvem são como castigos e impedimento para a felicidade e liberdade humana. A pessoa é obrigada a obedecer tais normas a fim de regular a sociedade em que se insere (BUTLER, 2016).

Sendo assim, deixemos livres as crianças (e por que não as adultas?) para expressar feminilidades e masculinidades para além do que as normas castigam-nos e aprisionam-nos.

A instituição religiosa da hegemonia brasileira é a cristã. Embora a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) prevê a liberdade de crença, de acordo com o Artigo 5º e o nosso país seja oficialmente um Estado laico, tal religião é influencia nas decisões políticas. A igreja cristã detém o poder por meio da disciplina, segundo Foucault (2001). Assim, tal instituição regula a sociedade adestrando os corpos e controlando o prazer, resultando assim, corpos dóceis para fim de interesses políticos de domínio social.

As categorias sexo e gênero são ainda complexas para que sejam compreendidas ademais da academia. A sociedade não compreendeu que genitália não define o gênero que cada pessoa identifica-se. Jaqueline Gomes de Jesus (2015) exemplifica os documentos e demais instrumentos burocráticos que ainda insistem em marcar com o sexo da pessoa, não o gênero. E ainda questiono, por que marcar? A consequência disso, segundo a autora, é de sofrimento e negação de direitos às pessoas trans diariamente.

Acontece que, para que identidades não normativas sejam aceitas em determinados espaços normativos, como a academia, por exemplo, a cisgeneridade exige passabilidade²⁰ desses corpos, conforme viviane v. (2015) apresenta. Ainda segundo ela, isso passa uma ilusão de que tal 'barganha' seria interessante para a autoafirmação e descolonização, o que entende como errôneo. Megg Rayara de Oliveira, em suas falas em eventos acadêmicos que estive em 2018 e 2019, pauta

²⁰ Termo da linguagem da população trans para adjetivar pessoas trans que são facilmente confundidas socialmente como pessoas cis, ou seja, "passam" por cisgêneras.

sua postura enquanto corpo não-passável como uma atitude política, porque ela quer ser vista e entendida como travesti.

No entanto, às vezes, a pessoa trans apenas quer sumir na multidão, e ter o “direito à indiferença” (ALMEIDA, 2012, p. 519). Segundo o pesquisador trans Guilherme Almeida (2012) tal atitude pode ser prejudicial para a militância e prejudicar a petição por direitos, mas não deixa de ser uma escolha legítima já que nossa sociedade é transfóbica e, ainda segundo o autor, desejar o apagamento social nesse contexto é, às vezes, um refúgio necessário.

Destaco essas instituições cristã, religiosa, escolar, mesmo havendo outras, porque elas influenciam na organização da nossa sociedade. Reflito que, se tais invasões das formações da nossa expressão e identidade de gênero já é tão invasiva e hostil, quanto mais para uma pessoa trans, que não corresponde ao que a sociedade lhes exige. E por mais que haja instituições que respeitem e acolham transgêneras/os, é preciso termos em mente que a sociedade é transfóbica e as instituições que a permeiam e a forma também são transfóbicas. Sobre transfobia, não confunda como uma mera violência, mas uma violência específica da população trans e que precisa ser entendida em suas especificidades.

Mais do que conceituar aqui a palavra ‘transfobia’, quero convidar você a refletir em algumas citações de pessoas trans. Início com Jaqueline Gomes de Jesus (2017, p.10) que confronta o posicionamento das pessoas cis que não consideram suas vozes e protagonismo, mas, ao contrário, violentam suas existências.

Mas quem ouve a pessoa trans? — Age-se como se não falássemos. Quem a lê? — Age-se como se não escrevêssemos... É contumaz que terceiros (geralmente cis) falem por nós, iniquamente, sem considerar nossos pontos-de-vista, nossa visão de mundo, nosso protagonismo em todas as suas expressões. Somos tão estigmatizadas. Silenciadas. Ridicularizadas. Violentadas. Invisibilizadas. O machismo e a transfobia nos perseguem, ferem e causam sofrimento.

João W. Nery (2017, p.67) conta uma situação escolar que me faz parecer tão cotidiana, contudo, ele expõe a significação de ódio que lhe foi atribuído apenas por não atender às normas de gênero.

Quando me xingaram de “paraíba” pela primeira vez na escola, eu já tinha 16 anos e não entendi. Alguém me explicou: é o mesmo que mulher-macho. A maldade do bullying ou da transfobia, que ainda não tinham esses nomes, expressava, na verdade, um discurso de

ódio pela ambiguidade da minha figura, que não atendia às normas binárias de gênero.

Nery (2017, p. 64) narra a história de Azimut, cujas violências transfóbicas fizeram com que este se afastasse do ambiente acadêmico em que estava engajado, sentindo-se culpado e derrotado.

Sentamos na varanda. Acendeu um cigarro com a mão trêmula e começou a contar sua história.

— Sou antropólogo, fui professor universitário... Mas sofri uma transfobia tão grande, tão grande, que não aguentei, João. A cada dia aumentava a pressão velada, na crítica ao meu trabalho, me cortando nas pesquisas do grupo, na fofoca com os alunos...

Sua voz ficou embargada, gaguejando. No entanto, ele conseguiu terminar a frase:

— Eu sabia que o problema era eu... e o objetivo... me destruir... e con-se-gui-ram...

Azimut sofre transfobia mesmo antes de entregar-se às vontades da transição corporal. A violência transfóbica acontece independente de assumirem ou não seus desejos de vivenciar a transexualidade e a travestilidade.

Mesmo quando se mutilam, se escondem, ficam recalcadas com seus desejos, necessidades e muitas vezes vivem num processo de gênero clandestino. E quando se dispõem a viver como desejam, pagam o preço alto, seja pela violência (muitas vezes física e mental), exclusão, discriminação e tortura: a transfobia (SALES, 2018, p.110)

A transfobia acontece também no espaço escolar. Adriana Sales (2018) reflete sobre as violências transfóbicas que passou na escola durante sua formação na Educação Básica, que faz resultar em processos de sofrimento.

Nas etapas do ensino fundamental e médio (entre os anos de 1984 até 1995), vivi, obviamente, com singularidades os sofrimentos, exclusões e rejeição aos trejeitos do feminino que sempre me atravessaram nos espaços da escola e no cotidiano. É o que, inicialmente, vou definir como transfobia, ou seja, posicionamento de recusa, seja por parte da escola, docentes, discentes ou pessoas da comunidade para com tais flutuações entre o universo feminino e masculino num mesmo corpo, logo resultando em processos de sofrimento (principalmente na escola). (SALES, 2018, p. 14 E 15)

Em sua tese, Luma de Nogueira de Andrade (2012) denuncia que todas as travestis que ela entrevistou sofreram transfobia na escola e que isso influenciou na formação delas e ao acesso ao mercado de trabalho.

Por meio de todas essas discussões, podemos compreender o que é a transfobia e que ela existe para além de uma conceituação acadêmica. No entanto, ela pode tomar dimensões extremamente violentas, como assassinatos com requinte de crueldade. Como sugere Sales (2018), é só atentarmos aos dados das mídias.

Mas caso todas essas reflexões produzidas por pessoas trans não sejam suficientes, encerro com a definição cis-acadêmica de Neil Franco (2018), que conceitua a transfobia como uma violência de recusa do contexto histórico, social e cultural da população trans e sobre a sua construção identitária. Então o próprio silenciamento e apagamento da escola sobre, já pode ser considerado transfobia.

Para que compreendamos essa instituição formal de educação que forma para atender a uma sociedade 'cisnormativa' e 'heteronormativa' e que demanda dela tal formação, analisaremos que sociedade essa.

3.1. O grande otário que falou que o mundo é binário²¹

não é pra mim esse negócio
de ser imutável
eu quero é transitar
entre meus descaminhos
me transformar
reconhecer meus instintos
tô me desconstruindo

eu sou um universo
se expandindo
(LEÃO; Ryane, 2019, p. 151)

Em alguns artigos publicados em anais de eventos que já participei, fiz muitas vezes trocadilhos com o prefixo 'trans', como por exemplo, o corpo trans como 'trans-gressor'. Entretanto, quanto mais aprofundo em trans-leituras e enxergo a imensurável culpa da sociedade em relação às pessoas trans, mais entendo esse uso como um erro. Tal metáfora coloca as travestis, mulheres e homens transexuais e demais expressões trans como culpades/as/os por seus corpos transgredirem. Se pensarmos em outra perspectiva, nos perguntaríamos: seriam pessoas trans que transgridem ou será que transgrediram o corpo, as expressões, as identidades, as

²¹ Referência à música "Pirigoza" da artista travesti Linn da Quebrada (2017).

subjetividades, a história das pessoas trans? Não é porque uma norma enraizada em nossa sociedade não aceita as pessoas trans que a ação de transgredir pertença a elas, elas e eles. Antes de serem 'afrontes', são existências que são interpretadas como afrontosas em uma sociedade cisnormativa. Então, retomo, são pessoas trans que transgridem a sociedade cis ou pessoas cis que transgrediram-nas? E quem foi que inventou essa forma de sociedade?

Como relatei na seção anterior, eu enxerguei, quando criança uma travesti na rua. Não me permitiram ao menos olhá-la e formar minha própria interpretação dela. Meu pai e minha mãe fizeram com que eu enxergasse como a sociedade queria que eu enxergasse. Não é nenhuma novidade que a instituição família, entre outras, não seja acolhedora para a percepção de quem são consideradas/os desvios da norma universal, ou seja: homem, branco, heterossexual, cisgênero, classe média-alta, saudável, cristão, magro etc. E tal padrão é um afronte às formas de existências de mulheres transexuais. Para compreender esse percurso, inicio por autoras e autores que discutem sobre essas normas, tais como Louro (2003), Foucault (2009), Bento (2012) e Jesus (2015).

Exporei duas normas dos recortes dos desdobramentos do padrão universal, que são a heteronormatividade e a cisnormatividade, que por vezes uso cisheteronormatividade, compreendendo uma fusão das duas por estarem associadas. Contudo, pontuo que há mais normas que formam nossa sociedade, como branca, magra, cristã, elitista etc.

A heteronormatividade garante a heterossexualidade como forma saudável e legítima. É representada pela família nuclear, cujo casal heterossexual e proles constituem como única forma dada como normal e natural de organização social. E tudo que foge é um desvio (LOURO, 2003). Ela dita quem será representada/o nas práticas políticas e discursivas como normal ou anormal, afirmando ou negando identidades. Para Foucault (2009, p. 9), "o casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de fala, reservando-se o princípio do segredo". Para Judith Butler (2019), a heterossexualidade compulsória é um regime de poder.

Pode suscitar, então, o porquê discutir sobre uma norma que se relacione à sexualidade, sendo que as expressões de mulheres transexuais têm a ver com gênero. Respondo que a heteronormatividade é hostil a elas e não as contemplam porque suas existências não são entendidas como heterossexuais quando elas se

declarem assim. Dessa forma, sofrem transfobia tanto pela norma de sexualidade quanto de gênero.

Quanto à norma de gênero, ou cisnormatividade, a pesquisadora Berenice Bento (2012) enuncia que se refere ao que esteja de acordo com o corpo-sexuado. Nossos corpos são moldados para atender ao sistema binário, dado também como natural, que correspondam às nossas genitálias: feminino, a vulva e masculino, o pênis.

Tais normas visam moldar nossos corpos entre femininos e masculinos, ou seja, enquadrá-los no sistema binário. Esperam que cada pessoa expresse seus gestos, ações, linguagem dentro de apenas de um desses padrões do sistema e de acordo com seu genital. Para isso, reprimem e censuram (LOURO, 2003). E mesmo a categoria sexo em si é limitante e incapaz de representar as múltiplas identidades de gênero e de contemplar suas construções ao longo da História humana.

Reconhece-se que o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da História da humanidade. E se torna crível que as pessoas, na sua diversidade, podem ser felizes como são, porque a fisiologia não as restringe, apenas as particulariza (JESUS, 2015, p. 23).

Butler (2019, p. 26) discute que gênero e sexo não tem relação, ou seja, não porque alguém possui vulva que pertence ao sexo feminino. Neste caso, por exemplo, poderia ser um homem transexual com uma vulva masculina, ou mesmo uma vulva de uma pessoa não-binária.

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, no qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.

Não correspondendo a essa norma, a sociedade cisnormativa vê os corpos e existências de pessoas trans como transgressão. A elas são negadas suas existências em várias esferas sociais, como a escola, que nega que aprendam sobre suas identidades, seus corpos e sua história. Ou ainda, ensinam-nas como o desvio, negando-as enquanto participantes da sociedade.

Para Bento (2012), a transexualidade abala as estruturas da cisheteronormatividade porque ela a desafia e pode transformá-la. Por isso, não são à toa as negações e expulsões da sociedade e, assim, demarcadas como 'anormalidades'. "As performidades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas" (BENTO, 2012, p. 45).

Bento (2012), ainda, nomina essa norma heterossexual como 'heteroterrorismo', cuja base ideológica está na cristalização do binarismo do gênero e a heterossexualidade como padrão. Assim, punem-se aquelas/es que as 'desviam' e sustentam afirmativamente às/aos que atendem.

O mundo infantil se constrói sobre punições e afirmações. Essa pedagogia dos gêneros hegemônicos tem como objetivo preparar os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos (BENTO, 2012, p. 39).

O objetivo dessa pedagogia dos gêneros hegemônicos é a preparação desses corpos às normas de sexualidade e de gênero. Desse modo, a escola é um dos dispositivos de controle, sendo um dos espaços de violência para a formação identitária da criança, que limita que elas vivam plenamente suas identidades e compreendam seus corpos. Bento (2012) ainda aponta que a escola é perversa no processo de socialização de crianças e adolescentes. O 'medo de contágio' reforça o pensamento higienista e expulsa os corpos que não se enquadram (ou nem queiram) a tal pensamento.

A biopolítica de Michel Foucault (1979) denuncia o pensamento higienista que visa disciplinar para o controle do corpo humano coletivamente. Assim, reduz-se a humanidade ao padrão e as domestica para a norma familiar para o progresso da sociedade. Qualquer existência que fuja a esse controle, o poder reprime e estigmatiza por meio da disciplina, educando esses corpos e tornando-os dóceis e submissos.

O higienismo, as biopolíticas e a estrutura de poder corrompem o pensamento de corpos trans como possibilidade de existência, pois não podendo ser disciplinados, são punidos. Assim, compreendemos porque nossa sociedade hostiliza e marginaliza travestis e mulheres transexuais.

E quando falo nessa pesquisa de travestis e mulheres transexuais quero que antes fique evidente que a população trans não se refere apenas às travestis, mulheres transexuais e homens transexuais. Seria como ‘binarizar’ as identidades que escapam. Mas exponho aqui demais identidades trans para além do binarismo com o objetivo de deslocar meu discurso para além da defesa das vidas de travestis e mulheres transexuais, mas para outras identidades invisíveis e, por vezes, desconhecidas. Identidades ‘entre’ as expressões binárias, se pensarmos horizontalmente, mas para além, para aquém, em cima, em baixo, diagonais e lugares múltiplos.

3.2. Feito rio que erode do espaço às margens: trajetória²²

Como expus na seção anterior, a expulsão social de travestis e mulheres transexuais acontece nas instituições de poder, como escola, igreja, Estado, família higienista etc. Assim, inicio esta seção de forma escancarada e sucinta que a travesti e a mulher transexual são expulsas da escola, sim. E nesse título que remete a trajetória de um rio, vamos cursar sua trajetória e entender esse percurso que as levam às margens.

A escola é uma instituição incapaz de lidar, tratar e formar a partir das diferenças e pluralidade (BENTO, 2012). Há educandas que ajudam suas famílias financeiramente trabalhando e, por ter que se dedicar mais ao sustento financeiro, desistem ou afastam-se dos estudos. Isso pode ser entendido por evasão escolar. Diferentemente que uma travesti ou uma mulher transexual, que pode abandonar a instituição escolar por não se encaixar em padrões de gênero e/ou sexualidade. Isso se trata de expulsão. Bento (2012) elucida que são naturezas de violências diferentes.

Adriana Sales (2018) afirma que são negadas as estilísticas de existências tanto na educação de níveis fundamentais até o ensino superior. O espaço escolar e universitário, para a escritora negra bell hooks (2017), é apontado como uma prisão, pois é um lugar que remete ao castigo e a reclusão, além de não parecer que

²² Referência à música “Apologia Às Virgens Mães” das artistas trans As Bahias e a Cozinha Mineira (2015).

oferece uma possibilidade positiva. Parecido é também na pós-graduação, considerada tediosa para ela por tratar-se de uma educação bancária (referência usada pela autora sobre a educação que deposita informações, pautada no patrono da educação do Brasil Paulo Freire). Sua aspiração pelo pensamento crítico era vista como uma ameaça às autoridades.

A comparação da escola à prisão já foi utilizada também por Foucault (2014) por serem influenciadas pelo mesmo exercício de poder: a disciplina. Tal poder tem como objetivo tornar corpos dóceis para que sejam dominados, como discuti na subseção anterior. E o corpo da travesti e da mulher transexual é o que a norma do poder repulsa, ou ainda, expulsa.

Luma de Andrade (2012, p. 249) denuncia que a expulsão escolar não dá o direito às travestis e mulheres transexuais de defesa e entende essa ação como camuflagem da transfobia.

Mesmo com as resistências, algumas são punidas, inclusive com a pena de expulsão e sem direito a defesa. Muitas vezes, a punição não é necessariamente por um erro cometido, mas é uma forma de tentar camuflar a transfobia, pois quando o mesmo ato é cometido por alguém alheio ao universo trans o procedimento de punição é diferente.

O Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) preocupa-se com a trajetória educacional das pessoas trans sabendo que a escola é o não-lugar delas/es, conforme discutirei mais adiante, e, por isso, produziram dados para o material intitulado *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*, de Andreia L. Cantelli, Fernanda R. Pereira, Julia J. de Oliveira, Nicholas L. Tozo e Sayonara N. B. Nogueira (2019).

Nesse material, Andreia Lais Cantelli e Sayonara N. B. Nogueira (2019) expõem o resultado da pesquisa de monitoramento que trouxe dados sobre o contexto educacional de pessoas trans no Brasil. Destaco, aqui, alguns itens que acredito ser pertinente para a discussão. Um deles é os motivos que levaram o abandono escolar. Andreia Lais Cantelli e Sayonara N. B. Nogueira (2019, p. 37, grifos em negrito das autoras) apontam a primeira razão para “a **TRANSFOBIA**, seguida pela **DEPRESSÃO**, em 3º lugar situação **FINANCEIRA**, posteriormente temos o fato de não conseguir associar o **TRABALHO** a escola e a **EXCLUSÃO FAMILIAR**”. Sigo defendendo, por meio desses dados, que a travesti e a mulher

transexual é expulsa, já que transfobia, depressão e exclusão familiar são razões que podem suscitar da subjetividade das identidades trans.

Entre os obstáculos encontrados no cotidiano escolar foram apontados o preconceito em primeiro lugar (38%), seguido de assédio moral (18%), agressão verbal (16%), dificuldade de aprendizagem (15%), nome social (10%) e agressão física (3%). Problemas que, com exceção da dificuldade de aprendizagem, são violências transfóbicas (CANTELLI; NOGUEIRA, 2019). Ou seja, a população trans tem sofrido cotidianamente dentro do espaço educacional.

Outro dado que me saltou foi sobre quais eram os obstáculos para elas e eles na educação básica e na universidade. 37% apontaram as/os colegas, 27% professoras/es, 20% gestoras/es e 16% equipe pedagógica. As dificuldades para pessoas trans nos espaços educacionais formais são causadas principalmente por quem passa mais tempo ao lado delas e deles, que são as/os colegas, seguidas das pessoas que seriam as mediações escolares mais próximas, as professoras, que deveriam as/os protegerem, mediar conflitos e ensinar sobre a diversidade, no entanto, são representações hostis. E assim concluem que

ao final deste trabalho percebemos então que a transfobia escolar diz respeito à agressividade e violência contra pessoas trans no ambiente escolar e que tornando uma conjuntura que preocupa e acarreta sérias implicações para a vida de travestis, mulher e homens trans e pessoas não-binárias, que vai desde o desenvolvimento de transtornos de aprendizagem até a exclusão escolar. É de suma importância investir na formação continuada de profissionais da educação acerca deste tema, para que possa promover de fato uma escola inclusiva e a cidadania em todo contexto escolar (CANTELLI; NOGUEIRA, 2019, p. 44).

Enquanto a educação recusar-se em contemplar em seus currículos escolares e formar professoras sobre travestilidades e transexualidades (temas da seguinte subseção), haverá violência, haverá transfobia.

Pressuponho aqui que você leitora já tenha entendido que a identidade travesti não é bem-vinda na sociedade e, conseqüentemente, nos currículos escolares, como veremos na subseção a seguir. Assim, marginalizar ou até mesmo exterminar sua existência é algo naturalizado socialmente, como aponta Jesus (2015). Não só é hostil para a população trans, como também à negra. Imagina, então, para a população trans negra? E a travesti ou mulher transexual na prostituição?

Sobre prostituição de travestis e mulheres transexuais entendo que ainda tem sido a estratégia mais utilizada por grande parte delas porque o contexto do mercado de trabalho formal ainda é hostil e transfóbico, não contratando profissionais trans e/ou não respeitando suas existências, o que pode gerar sentimento de inadequação de/a/o profissional trans. Segundo a ANTRA (2019, p. 33),

apenas 4% da população Trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira de acordo com os dados levantados pela ANTRA. De igual modo, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos. Mantém-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda.

Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) inicia seu texto problematizando sobre produções acadêmicas cisgêneras sobre travestis e mulheres transexuais que têm sido produzidas até então cujas autoras reduzem à ótica da exploração sexual e reiteram visões estereotipadas sobre elas, demarcando a prostituição e a indústria da beleza como o seu local. Ela afirma, nesse mesmo texto, que a prostituição de travestis e mulheres transexuais é uma oportunidade que não questionará suas identidades, oferecerá autonomia financeira e permitirá que sejam agentes da ação, já que são as negociadoras.

Contudo, eu me pergunto: ainda temos um contexto de grande parte de elas estarem na prostituição, por quê? Era isso que desejavam desde sua infância? A elas foram negados espaços? Elas escolheram? Quando e por quê? Como é esse espaço realmente para elas? Seria um lugar de 'vitimismo' e sofrimento, ou 'empoderamento' e protagonismo, conforme Oliveira (2018) problematizou? Ou ainda: teria a prostituição para as travestis e mulheres transexuais que estão de fato na prostituição outro significado?

Então, para além das leituras acadêmicas, preferi encontrar nas entrevistadas as respostas. Assim, guardo na seção 5. *Análise das entrevistas* as respostas e reflexões partindo da visão das entrevistadas acerca da prostituição.

É direito de qualquer cidadã brasileira o acesso e permanência na escola, quer seja travesti, homem transexual, mulher transexual, negra, pobre ou qualquer outro recorte. Esse direito está garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Artigo 206 (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases – LDB

(Lei 9394/96) (BRASIL, 1996) no Artigo 3º e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990) no Artigo 53 (BRASIL, 1990). Entretanto, estariam os dispositivos legais a favor das existências de travestis e mulheres transexuais?

Sayonara Nogueira (2019) informa que é importante tanto o acesso quanto a permanência das pessoas trans a fim da manutenção social, além de que seja ofertada uma educação baseada na diversidade e na proteção delas.

Para a manutenção das pessoas trans na educação básica e seu ingresso no ensino superior, torna-se indispensável a sua permanência nesta primeira modalidade de ensino, através de uma educação para a diversidade, junto aos professores e demais trabalhadores da educação, que estimule o reconhecimento das demandas das pessoas trans e a sua proteção nas escolas (NOGUEIRA, 2019, p. 10).

E quando tais ações não são efetivadas, temos a perda desses direitos fundamentais à população trans e da democracia, dada apenas pelo fato de não estarem aos moldes da cisheteronormatividade (CANTELLI *et al*, 2019).

Cabe ao Estado e à família garantir o cumprimento. Isso quer dizer que o contexto de expulsão de travestis e mulheres transexuais é inadmissível e fere o direito delas de estarem na escola e permanecerem até a conclusão de seus estudos.

3.3. Então atiro verdades na cara de brancos normativos que nos calam²³

Com o título dessa subseção, inspirada na música da travesti negra Rosa Luz, proponho que estejamos sensíveis para refletir sobre as identidades que são negadas pelo padrão universal branco. Nossa Ciência já ficou por tempo demais na mão somente desse sujeito, como Guacira Lopes Louro (2003, p. 143) resume que

na verdade, há uma história da ciência que ganhou legitimidade e *universalidade*. Esta Ciência, escrita com maiúsculas, fala por todos e de todos, já que foi pensada, conduzida e instituída a partir dos interesses e das questões daqueles cujas vozes pretenderam (e pretendem) representar *toda* a humanidade. Mas essa Ciência

²³ Referência à música “Sanguinária” da artista trans Rosa Luz (2018).

também foi feita — é indispensável reconhecer isso — por um grupo ou uma parte da humanidade. Ela foi feita pelos homens — os homens brancos ocidentais da classe dominante — os quais, supostamente, fizeram as perguntas e deram as respostas que interessavam a todas as pessoas. Possuidores de alguma capacidade "extraordinária", eles sempre "souberam" o que era importante *em geral*.

Chega de apenas homens brancos cis apontando o que é e o que não é Ciência. Ditando o que deve e não deve ser estudado. Hora de atirar 'verdades' epistêmicas na seção que trata de grande disputa de interesse de poder: o currículo e a formação de professoras.

Para a compreensão do que é permitido ou não ser conteúdo escolar, é necessário focarmos nos currículos escolares. Guacira Lopes Louro (2000) coloca que as múltiplas identidades precisam ser entendidas por meio do contexto histórico e político. Tomaz Tadeu da Silva (2011) aponta que o que se contempla ou não em um currículo é uma questão de identidade, não só de conteúdos. Há uma seleção de quais identidades serão ou não contempladas. E tal seleção é uma operação de poder, cujo determinado tipo de conhecimento é destacados e outros apagados ou negados. "Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder" (SILVA, 2011, p. 16). Sendo assim, o poder decide por contemplar o padrão branco, cisgênero, homem, cristão etc, deixando à margem ou recusando-se a evidenciar as identidades fora do padrão. A ordem social é uma característica do espaço escolar e, para estabelecê-lo, a escola dita o que é 'normal' e segrega o 'anormal', de forma sutil escondem a segregação partindo de que suas discussões são universais e contemplam suficientemente, o que é uma falácia. "O discurso universalista só funciona quando os diferentes sujeitos de fala tem o mesmo poder, quando os privilégios são retirados. De outro modo, torna-se um recurso retórico para a manutenção de desigualdades – um 'democratismo'" (JESUS, 2015, p. 23).

Louro (2000) afirma que não podemos continuar fingindo que o que acontece *entre quatro paredes* não afeta o que acontece no público. Isso seria uma falácia, portanto, precisamos discutir sobre gênero e sexualidade. E pedir para que identidades não hegemônicas sejam discretas ou escondidas, equivale a solicitar a elas que não incomodem e são encaradas como desafiadoras da norma.

A ordem da sociedade cisnormativa é operada pelo poder político que, constantemente, intervém nos currículos para manter uma sociedade ‘higienizada’ das identidades que desestabilizam o padrão. Segundo Louro (2003, p.130), “as políticas curriculares são, então, alvo da sua atenção, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente ‘sãos’”. Ainda que a escola seja composta de pluralidades corporais e identitárias, estão silenciadas nos currículos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua versão final, aprovada em 2017, durante o governo do interino Michel Temer, suprime os termos ‘gênero’, ‘sexualidade’ e ‘orientação sexual’. Tal decisão foi tomada para atender à bancada cristã, que defende a educação dentro dos moldes dentro da norma. “As exclusões citadas explicitamente se referem a demandas político-partidárias, raciais, de gênero e de sexualidade” (SOUZA JUNIOR, 2018, p. 11).

Mas o retrocesso que o silenciamento dessas discussões provocará às estudantes LGBT precisa ser enfrentado através da academia e militância a fim de garantir os direitos fundamentais.

Como forma de enfrentamento destes fatos, há necessidade de debatermos em Congressos, Seminários e através de nosso engajamento na luta pela busca do reconhecimento como sujeitos dos integrantes do movimento LGBTTTQIs, e, por conseguinte, o fortalecimento de políticas setoriais de gênero e sexualidades destinadas aos mesmos, no âmbito escolar. Buscando, assim, a garantia dos direitos fundamentais humanos, ou seja, a garantia da diversidade e o respeito às diferenças e, por conseguinte, a não exclusão dos sujeitos do referido movimento dentro do processo educacional (SOUZA JUNIOR, 2018, p. 19).

E para concretização do currículo em sala de aula, é preciso ter profissionais que garantam que ele será cumprido a fim de contemplar o padrão e excluir qualquer manifestação identitária, para isso, a formação de professoras também é território de interesse do poder.

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio (2019) apontam que quando professoras não intervêm sobre a existência de pessoas LGBT nos espaços escolares causa silenciamento. Este silenciamento pode ser entendido como desejo de eliminá-las ou de evitar que sejam conhecidas e criar afetos. E as justificativas para não haver o trabalho em gênero e sexualidade na escola são apontadas para a ausência dessas discussões nos currículos e na formação inicial e continuada.

Entretanto, a formação de professoras para discutir essas pautas é necessária a fim de que as educandas vivam com liberdade, rompendo com a cisheteronormatividade.

Portanto, discussões acerca da homofobia/LGBTQIAfobia e diversidade sexual devem ganhar espaço formal no processo de escolarização por meio dos livros, dos conteúdos didáticos e principalmente da prática pedagógica. Defendemos a ideia de que a discussão sobre essas temáticas não devem ser pautada unicamente pela presença de alunos/as LGBTQIA no cotidiano escolar, mas porque tal conduta interfere na realidade social marcando, regulando e normatizando pessoas por meio de uma conduta moral hegemônica heteronormativa, que insistentemente se desdobra na violação de direitos e ocasionam os mais distintos prejuízos sociais, ao retirar do ato de viver o livre exercício dos distintos modos de ser e sentir-se humano (OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2019, p. 104 e 105).

No material *Gênero e diversidade na escola: formação de professores/as em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*, o Governo Federal do Brasil (2009, p. 9) afirma que a formação de profissionais para as questões de gênero e sexualidade, entre outras, são fundamentais a fim de “ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito”. Assim, a formação de professoras para exercício de tais discussões possibilita uma sociedade informada e livre de preconceitos.

Nesse material (BRASIL, 2009) ainda é apontado que educadoras têm dificuldades para lidar com situações como racismo, homofobia etc por falta de formação e de habilidade. Até porque, formar-se e formar para a educação pela diversidade cultural é confrontar-se. Buscar discussões sobre assuntos não-hegemônicos causa caos, confusão e perda da ‘autoridade’. Sendo mais cômodo adotar uma postura de negar-se a unir às diferenças, apenas tolerar - no sentido de ‘engolir’ (hooks, 2017).

Mesmo a imagem das educadoras enquanto profissional da educação carrega estereótipos que reforçam a cisheteronormatividade. Louro (2003, p. 93) explica que professoras precisam ter o corpo, a alma, o comportamento, seus desejos, sua linguagem e pensamentos disciplinados. Mais do que uma excelente formação e conhecimento, “afeição e autoridade, bom senso, firmeza e bondade, piedade e saber profissional são algumas das qualidades que lhes são exigidas”. Ou seja, importa mais suas habilidades de disciplinadora e aparência equilibrada a alguém que possua conhecimento para além do saber profissional.

A imagem que a escola intenta formar em suas professoras é de mães espirituais, dedicadas às educandas como suas próprias filhas e também a imagem de solteironas ou 'tias', o modelo de virtude assexual que vive ao trabalho. Já os professores homens, são formados para apresentarem ora como bondosos, ora como severos, ou sábios. Isso fica bem claro em filmes de Hollywood cuja imagem é de salvação de uma aluna ou aluno, sempre criando formas de lidar com o currículo escolar. Entretanto, não há uma única identidade ('a verdadeira') para tais profissionais (LOURO, 2003).

Algumas teorias pedagógicas e didáticas passaram a ter grande influência da Psicologia que tinha como função apoiar e criar um bom ambiente de aprendizagem, por meio de trocas de relações entre professoras e educanda, ou educanda e educanda. "Através de múltiplos recursos se estabelece ou se reforça uma ligação estreita entre mulheres/professoras e crianças, chegando-se, por vezes, a 'infantilizar' tanto o processo de formação de professoras quanto a atividade docente de primeiro grau" (LOURO, 2003, p.107). Assim, a formação de professoras do Ensino Infantil e Fundamental passa por um processo reducionista.

A ideia de ter profissionais mulheres que possam potencializar as meninas cai por terra quando elas mesmas não têm poder. Entretanto, há as professoras em diferentes espaços, como nas universidades e centros de pesquisa, que destoam dessa imagem da professora da educação básica sem poder e discreta. Elas são mulheres de domínio público, disputantes e debatedoras. Sem essas mulheres e professoras feministas no jogo de poder não seria possível ter produzido teorias e transformações (LOURO, 2003). Não só nas universidades, mas aos poucos as escolas brasileiras hoje têm buscado subverter as situações de desigualdade, sendo que

As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos também estão produzindo efeitos. Assim sendo, ainda que de formas talvez tímidas, vemos hoje em escolas brasileiras experiências e iniciativas que buscam subverter as situações desiguais — de classe, raça, gênero, etnia — vividas pelos sujeitos (LOURO, 2003, p. 120).

Estamos fortalecendo-nos, potencializando-nos, articulando-nos e iniciando um processo de questionamento do currículo, pois sabemos que ele não é suficiente e sua ideologia não é inclusiva. Seremos resistência na educação.

3.4. Resistência é isso: sobreviver²⁴

Sobreviver é o princípio para a resistência no país que mais mata pessoa trans. Mas é preciso ir além. Como pensar na sobrevivência e resistência trans no espaço educacional? O Instituto Brasileiro Trans de Educação tem pensado e tratado sobre o assunto. Afim de conhecermos mais sobre, Sayonara N. B. Nogueira (2019, p. 6), aborda os objetivos do Instituto:

dentro do processo de produção de conhecimento, o IBTE com todas as parcerias educacionais desenvolvidas busca organizar uma grade de monitoramento de violência contra pessoas travestis, homens e mulheres transexuais em todos os níveis dos processos de educação. A nossa grande característica é promover as discussões de pesquisa, produção de conhecimento e todas as demandas que envolvem processos de educação, bem como o monitoramento da violência contra as pessoas trans, porém tudo desenvolvido pelas próprias pessoas trans, que durante todo esse percurso histórico dos movimentos “homossexual, GLBT e LGBT” no Brasil, a população de travestis, mulheres e homens transexuais viveram na margem desse processo de produção de políticas públicas, do mercado de trabalho, da educação e demais demandas sociais cotidianas e rotineiras para todas as pessoas cisgêneras, inclusive as que tangem os processos de exclusão, que para as pessoas trans isso é algo ainda mais agravante e violento.

Então, como atingir tais metas e nós, como educadoras, podemos colaborar com a resistência trans nos espaços educacionais e outros espaços? Nogueira (2019, p.9) sugere um conjunto de ações e políticas, sendo:

A. reduzir a burocracia que prejudica pessoas com demandas particulares; B. estabelecer estímulos econômicos governamentais para empresas que incluem minorias; C. criar obrigações legais de representatividade de pessoas oriundas de grupos discriminados nos meios de comunicação e propaganda, como peças televisivas; D. o acréscimo de pontuação, em determinadas provas seletivas, para pessoas oriundas de grupos ou regiões desprivilegiadas; ou ainda, entre outras iniciativas possíveis, E. a reserva de vagas para grupos sociais específicos (cotas), em instituições das quais são historicamente apartados.

²⁴ Referência à música “Vingancinha” da artista travesti Mc Xuxu (2018).

Ela ainda acrescenta posteriormente os cursinhos preparatórios a fim de inclusão e permanência de pessoas trans, para que ocupem os espaços ainda hostis à presença delas e deles, desde a escola, na educação básica à universidade, na educação superior. Sobre as ações citadas por Nogueira (2019), o IBTE (2018) possui um mapeamento online do Brasil de algumas ações públicas e individuais que podem beneficiar a população trans. Esse mapa aponta 23 cursinhos preparatórios para pessoas trans, 16 universidades que oferecem cotas às pessoas trans e visibiliza 74 nomes e localizações de professoras e professores trans no território nacional.

Essas ações têm sua potencialidade, porém infelizmente não são suficientes. São urgentes Políticas Públicas específicas à população trans em nosso país, além de uma reforma no sistema educacional, conforme Nogueira (2019) aponta. Como lembrado por Djamila Ribeiro (2017), políticas públicas deveriam ser para todas, porém, é necessário nomear essa realidade. Por isso, pesquisas e dados levantados por organizações e institutos como o IBTE, conforme exposto na seção anterior, ou pela ANTRA são positivos para fomentar políticas públicas. Adriana Sales (2018) sugere um ambiente escolar de acolhimento e que contemple a identidade travesti no processo de educação.

Permitam estratégias que garantam a dignidade humana, a redução do sofrimento psicossocial e exclusão no ambiente escolar, bem como a ampliação dos estudos científicos que contemplem as pessoas travestis como protagonistas dos relatos dos processos de escolarização (SALES, 2018, p. 50).

Mesmo com as dificuldades para o acesso e permanência de pessoas trans, poucas Políticas Públicas nessa área são desenvolvidas para promover a tal educação para todos, garantida na lei. Há o Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017, com o assunto da normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica e a Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2017; 2018). Embora o uso do nome social seja uma demanda necessária, não é suficiente para garantir a permanência.

Não havendo Políticas Públicas suficientes, algumas iniciativas isoladas tentam dar conta de parte dessa demanda. Destacarei aqui dois projetos que foram

citados pela participante da pesquisa Carol. O primeiro é o Programa Transcidadania, com o Decreto 55.874 de 29 de Janeiro de 2015 e lançado também em 29 de janeiro de 2015 (dia da nacional da visibilidade trans), pelo prefeito da cidade de São Paulo-SP, na época Fernando Haddad.

O Projeto Reinserção Social Transcidadania tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBTTT em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS) (SÃO PAULO, 2019, s/p, grifo da autoria).

O Programa da Prefeitura de São Paulo oferece oportunidades para travestis e mulheres e homens transexuais em situação de vulnerabilidade possibilitando a autonomia financeira, para que concluam a escolaridade básica, preparando para o mundo do trabalho, formação profissional e cidadã. Possui três principais eixos de atuação: autonomia, cidadania e oportunidades. Tem parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Oferecem para cada pessoa participante do projeto o auxílio mensal de R\$1.001,70 (2018) e R\$ 1.047,90 (2019), desde que cumpram a carga horária diária de 6 horas, segundo o site da prefeitura de São Paulo (2018, 2019). Tal auxílio é dedicado como uma forma de permanência aos estudos às travestis e mulheres transexuais que, se não o recebessem, continuariam a ocupar a prostituição para seu sustento.

Além disso, segundo o material Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador, Symmy Larrat (2017) relata sobre as demais expectativas que o programa alcançou, como a capacitação das escolas de EJA para um atendimento mais humanizado e suscitar a necessidade sobre abrigo acolhedor específico, a implementação da hormonoterapia e o debate acadêmico. Há uma ação coletiva para alcançar tais objetivos entre diferentes secretarias municipais.

À Secretaria de Educação cabe a regulamentação do uso do nome social na rede municipal de ensino. Já a Secretaria de Políticas para as Mulheres presta atendimento prioritário a travestis e transexuais vítimas de violência doméstica no Centro de Referência da Mulher (CRM). A inclusão das beneficiárias do programa no mundo do trabalho é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. Compete a Secretaria de Assistência

e Desenvolvimento Social o acolhimento de travestis e transexuais em Casas Abrigo da Prefeitura de São Paulo. A Secretaria de Saúde oferta hormonoterapia (tratamento hormonal) conforme estabelecido no Art. 4º do Decreto 55874/2015 (SANTOS; PEREIRA, 2017, p. 59, 60).

Larrat (2017) narra, também, sobre os pequenos acontecimentos que lhe foram marcantes e que fazem com que ela perceba quanto o Programa Transcidadania foi impactante desde os pequenos acontecimentos, como as inscrições, até o resultado de inclusão.

Quem antes passava pela frente de uma escola com medo, agora saía de caderno na mão e pensando como iria ocupar aquele lugar. Foi ali que começou pra mim, de fato, o Transcidadania, quando pessoas começaram a conquistar o espaço que lhes foi negado (LARRAT, 2017, p. 121).

Um adendo, na cidade de Natal – RN, houve a tentativa de um Projeto de Lei para instituir o TransCidadania, semelhante a esse em São Paulo, em 2019. No entanto, foi rejeitado, por 10 votos a 9 por ser interpretada que o fornecimento da bolsa é inadequado, mesmo com a intenção de mudar esse parágrafo, ainda posicionaram-se contra (TRIBUNA DO NORTE, 2019). Acredito ser lastimável a ação de tais vereadores/as com um posicionamento transfóbico velado.

O outro projeto que Carol cita é o “Empregabilidade de Pessoas Trans – Cozinha & Voz” que oferece capacitação de assistente de cozinha para travestis, mulheres e homens transexuais em situação de vulnerabilidade, também em São Paulo - SP. Há uma ação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A coordenação é da chef de cozinha Paola Carosella e o local que se realiza é a Faculdade Hotec. A primeira edição foi em 2017 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018).

Após a realização da 1ª edição do curso no final de 2017, cerca de 70% das alunas e alunos foram encaminhados para o mercado de trabalho. O projeto possui uma rede de empresas parceiras, como Sodexo, Avon, Arturito, La Guapa, Fitó e Mangiare, que já contrataram alunas após a finalização do curso (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018, s/p).

O objetivo é promover oportunidades para ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O período do curso é em menos de dois meses, sendo nove aulas sobre as aptidões básicas

do trabalho em uma cozinha de restaurante (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018).

3.5. Nossa luta tu calou (ou tentou)²⁵

Travestis e mulheres transexuais existem e sempre existiram. Quantas vezes nas aulas de História, da Educação Básica, você teve acesso a estudar a história delas? Quando você estudou os feitos e os grandes nomes da comunidade trans na Idade Média ou mesmo na Contemporânea? As aulas de História da minha época de escola, e imagino que da sua também, retratavam apenas os feitos dos homens cis brancos, geralmente ocidentais, com raras exceções. E onde estavam as travestis e as mulheres transexuais enquanto tudo isso acontecia? Caladas e silenciadas, como o título dessa subseção, não só elas, mas todas as existências que não fosse a do homem universal.

Quero focar, aqui, um pequeno contexto histórico das travestis, o que essa dissertação mais está disposta a mostrar: histórias. E como é necessário ter uma trajetória, um percurso histórico que nos marque enquanto identidade e protagonista de uma luta.

Escrevo uma parte dessa dissertação exatamente na comemoração dos 50 anos da revolução de Stonewall, dia 28 de junho de 2019. É proposital, garanto a você. Hoje essa data é conhecida como o dia do orgulho LGBT e justamente por isso decidi contar essa história, porque, primeiramente, as paradas estão voltadas ao público GGGG²⁶, tanto há quem chame de parada gay e não é bem das viadas o protagonismo de sua origem, segundo porque eu vi um congresso no final do ano de 2019 que homenageava a data de 50 anos do Stonewall mas se quer citou sobre quem protagonizou e como aconteceu. Então vamos lembrar mais uma vez. Graças às travestis, às drags, às negras e às LGBT marginalizadas.

Nos Estados Unidos da América (EUA) era considerada crime a relação entre pessoas do mesmo sexo, deixando de ser primeiramente em 1962 no Estado de

²⁵ Referência à música “Parte 1 – Rosa Maria Codinome Rosa Luz” da artista trans Rosa Luz (2017).

²⁶ Termo utilizado com deboche que se refere à sigla LGBT com apenas as letras G dos gays, que tomam para si o foco.

Illinois e em 1980 em Nova Iorque. O bar Stonewall Inn, da cidade de Nova Iorque, tinha seu público jovens de periferia, LGBT, pessoas sem-teto expulsas de casa e *drag queens*²⁷. E, como o bar não tinha licença para funcionamento e estar irregular às normas propostas na época, havia várias batidas policiais (BBC, 2019).

Aconteceu que no dia 28 de junho de 1969, depois de duas batidas recentes, nove policiais entraram nesse bar, alegando que ali era proibida a venda de bebidas alcoólicas, prendendo pessoas que lá trabalhavam, agrediram e levaram sob custódia algumas travestis e drags que desobedeciam à lei de usar ao menos três peças de roupas que ‘correspondesse’ ao gênero (BBC, 2019).

Pois essas travestis não deixaram por menos. Começaram a provocar os policiais, fazendo caras e bocas para a multidão, o que aumentou a violência policial em tentar colocá-las no carro (BBC, 2019). Entre as protagonistas dessa luta, houve Marsha P. Johnson, *drag queen*, que odiava dizer se era homem ou mulher, e Sylvia Rivera, negra e considerada Mãe de todas as LGBT's (MÁSCOLO, 2017; 2019).

Então, a multidão começou a jogar moedas, garrafas e pedras nos policiais. Com uma espécie de barricada, os policiais tentaram se defender da manifestação que aumentava, contudo, acabaram encurralados dentro do bar. Logo, alguém atira um jornal com fogo e começa um incêndio. Usando uma mangueira para conter as chamas, também usam dela para atacar a multidão (BBC, 2019).

Sobre essas protagonistas, ambas fundaram a S.T.A.R (Street Transvestite Action Revolutionaries, traduzindo Ação das Travestis de Rua Revolucionárias), que tinha várias ações, entre elas, acolher jovens drag queens, mulheres trans e outras crianças de rua em um hotel que servia de moradias comunitárias, bailes para arrecadar fundos, conscientização sobre o HIV e AIDS, denúncias sobre o pouco acesso ao mercado de trabalho para população trans (MÁSCOLO, 2019).

Depois desses acontecimentos, a comunidade LGBT foi às ruas nos arredores do Stonewall Inn para protestar por um período de seis dias. Inspiração das paradas LGBT de hoje em dia. Nesse período, o Brasil estava em uma das piores fases da Ditadura Militar²⁸, o que atrasou a emergência do movimento LGBT

²⁷ Entendo *drag queen* tal qual Louro (2018, p. 20) como “uma personagem estranha e desordeira, uma personagem fora da ordem e da norma”. Mas pontuo que há autoras que entende *drag queen* como pessoas transexuais, como Bento (2012).

²⁸ Período compreendido entre 1964 até 1985, segundo Talita de Carvalho, que “durou 21 anos, teve 6 mandatos militares e instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepujam à constituição. Nesse período houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura” (CARVALHO, 2019, s/p).

aqui pela repressão, porém essa manifestação resultou em vários movimentos pela América Latina (BBC, 2019).

No contexto brasileiro, o professor James Green (2000) compara a diferença da presença travesti nas décadas de 1960 e na de 1970, quando começa a ocupar as ruas para a prostituição.

Enquanto na década de 1960 os (sic) travestis podiam ser vistos apenas durante o carnaval ou nos espaços fechados dos clubes gays e dos *shows* de travestis, os anos 70 assistiram a uma proliferação acelerada de travestis pelas calçadas do Rio, de São Paulo e de outras cidades grandes, vendendo o corpo em troca de dinheiro (GREEN, 2000, p. 379).

Apesar do artigo masculino para uma identidade feminina e apesar também que uma identidade feminina esteja sendo tratada dentro de uma obra sobre a homossexualidade masculina, ainda serve como um material para entendermos o deslocamento da travesti de um universo fechado para o aberto, dispostas a serem protagonistas de seu próprio negócio. Até porque, conforme Amanda Palha (2017, s/p), no período da Ditadura Militar, os gays faziam questão de se distinguirem das travestis por higienismo.

Aí láááá atrás, conforme começa a nascer uma militância “de homossexuais” e o movimento “gay”, os viados que eram só viado sentiram a necessidade de brigar pra se diferenciar das travesti, pra que não fossem mais confundidos com aquele bando de puta, de vagabunda, de gente suja que manchava a imagem dos viado e impedia que a sociedade visse os viado como iguais (na cabeça deles, pelo menos).

A partir de então, a identidade travesti vem se consolidando, sendo nitidamente distinguida da travesti e o homem gay, nos anos de 1990. E entre o fim dos anos de 1990 ao início dos anos 2000, aquece o debate sobre a transexualidade e travestilidade como categorias diferenciadas, segundo Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013).

Conforme Carvalho e Carrara (2013), a violência policial e a Aids foram as principais razões para a constituição do movimento. Carvalho e Carrara (2013) citam a fala da entrevista de Jovana Baby, relatando que os policiais as proibiam de ficar nas ruas para programa em diferentes bairros, levavam-nas com frequência para a delegacia e lá ficavam a madrugada toda, impedindo-as de ganhar seu sustento.

Em 1993, acontece o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, na cidade do Rio de Janeiro, que resultou em outras organizações, como o Grupo Esperança, em Curitiba-PR (1994), a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) (1995), o grupo Filadélfia, em Santos (1995), o grupo Igualdade, em Porto Alegre (1999) e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú (1999) (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A luta para a inclusão da letra T no Movimento Homossexual Brasileiro, nos anos 90 houve relutância. Então foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), quando o termo ‘travesti’ tornou-se parte oficialmente da sigla, em um contexto de hostilidade por parte de gays e lésbicas (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Ainda com relação à letra T, Carvalho e Carrara (2013, p. 337) narram a trajetória de seu significado na sigla, que

entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, acentua-se o impasse em relação aos termos identitários utilizados, não havendo consenso nacional no movimento sobre a forma considerada correta. A letra "T", em GLT ou GLBT, poderia designar indistintamente "travestis", "transexuais" e/ou "transgêneros", havendo grupos que utilizavam a sigla GLBTT ou GLBTTT. Facchini (2005) afirma que o termo "transgênero", assim como a sigla GLBT, começou a ser empregado a partir da relação de alguns grupos brasileiros com o movimento internacional em torno da organização das "Paradas do Orgulho GLBT", mais especificamente a InterPride, no final dos anos 1990. Nessa época, a sigla usada na América do Norte e na Europa era GLBT, sendo o "T" referente a *transgender*. Ainda afirma a autora que, apesar de uma das finalidades do uso de identidades coletivas pelas ONGs do movimento ser a possibilidade de financiamento por parte de fundações internacionais que a época utilizavam o termo *transgender*, boa parte das ativistas travestis e transexuais brasileiras não se "reconheciam" na expressão "transgênero".

A tradução do termo *transgender* para transgênero foi motivo para protesto das travestis e transexuais no II Encontro Paulista GLBT, em São Paulo, 2004, que simulavam um espirro sempre que usavam da palavra “transgênero” para se referir a travestis e transexuais, pois tal uso referia-se a um conceito, não identidade, como as demais letras da sigla, que expressavam identidades. A sigla GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) foi proposta, então, para contemplar as identidades travestis e transexuais. (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Embora o termo ‘transgênero’ pudesse ser conveniente para que unisse ideologicamente mulheres transexuais e travestis e facilitar acesso de recursos e

financiamento, foi polemizado seu uso pelo movimento por ser uma palavra de língua estrangeira e não fazer parte da cultura brasileira, ou ainda inviabilizaria cada uma das identidades (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Por ser confundível o som de ‘transgênero’ e ‘transgênico’, o movimento começou a utilizar o termo ‘trans’ no início dos anos 2000, mas sem alterar o significado do T na sigla, que, em 2008, foi aprovada na I Conferência Nacional GLBT a flutuação de seu significado entre travesti e transexual e a oficialização da sigla LGBT (CARVALHO; CARRARA, 2013).

As mulheres transexuais formaram organizações, sendo fundada a União Brasileira de Transexuais (UBT), no dia 24 de janeiro de 2005, em Curitiba, com poucos meses de duração e poucas informações sobre sua criação. Ainda no mesmo ano, acontece em Brasília o I Encontro Nacional de Transexuais com a participação, cujo Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) foi fundado por mulheres transexuais, sem a participação de gays (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Assim, as lutas de travestis e transexuais estão silenciadas não só pela hegemonia mas pela própria comunidade LGBT, como podemos acompanhar nas trajetórias mais recentes, narradas aqui. Há com certeza muito mais histórias, que estão silenciadas e por isso não temos mais acesso, mas é tempo de romper e de fazer conhecida essa trajetória.

3.6. Um novo tempo há de vencer pra que a gente possa florescer²⁹

Acredito em mudanças, acredito nas forças potentes das pessoas marginalizadas como protagonistas de mudança e acredito no novo tempo da música que Liniker canta, citada no título desta subseção.

Trago para discussão uma pedagogia pensada pela pesquisadora travesti Lua Lamberti (2019), que ela propôs a chamar de Pe-drag-ogia, mas, conforme a pesquisadora, que já tem existido antes mesmo de ela nomear. O termo em si evoca “o movimento de buscar, bricolar, pesquisar, devir, deslocar, apropriar, piratear e que

²⁹ Referência à música “Flutua” do artista Johnny Hooker (feat Liniker) (2017).

isso assumam as formas que forem necessárias, trançadas, amarradas, repicadas ou raspadas” (LAMBERTI, 2019, p. 106).

Para além de ser um manual, essa pedagogia almeja instigar profissionais da área da educação a não darem por satisfeitas aos clássicos, mas saírem da zona de conforto (LAMBERTI, 2019). Isso desafia a formação de professoras da educação básica, como discutimos na subseção 3.3., cuja formação é infantilizada e rasa. A *pe-drag-ogia* não se pretende algo revolucionário, mas o movimento de revolução (LAMBERTI, 2019). É por meio dela que podemos oferecer uma pedagogia que se importe com pessoas trans.

Podemos pensar, na prática, que o fazer da *Pe-drag-ogia* “é montar de *Drag* uma pedagogia que pode ser violenta, engessada e ceifadora de corpos que destoam dos padrões” (LAMBERTI, 2019, p. 110). Uma ‘excelente’ ferramenta para subverter a normatividade do espaço escolar formal.

A *pe-drag-ogia* pauta-se em Paulo Freire e visa educar para além da profissão, comprometendo-se com a formação e mudança social (LAMBERTI, 2019).

Uma educação que higieniza e exclui pessoas em função de uma norma ficcional que escolhe quais vidas importam, quais bocas podem ou não falar, não está em função de nenhuma emancipação. Portanto, ir à contra-mão significa que não devemos ser apenas inclusivas, mas incluídas. A pedagogia *Drag* deve buscar adaptar-se às necessidades que surgem e variam de gerações, de grupos, de pessoas para pessoas (LAMBERTI, 2019, p. 82).

Romper com cisheteronormatividade é um desafio para nós profissionais da educação que desejamos incluir, de fato, todas que estão à margem da sociedade, dos currículos e dos muros escolares. E, acima de tudo, romper com toda forma de padronização, porque o padrão gera exclusão (LAMBERTI, 2019).

Podemos pensar, também, na pedagogia dos monstros, que entende que as pessoas são produtos de seu contexto histórico e, por consequência, elas converteram-se em artifício, uma espécie de “simbiose entre máquina e organismo, no mundo contemporâneo, torna cada vez mais difícil distinguir aquilo que é puramente organismo daquilo que é puramente máquina” (SILVA, 2000, p. 18). Desse modo, as teorias pedagógicas não dão conta dessa ‘deformidade’ da humanidade.

A “pedagogia dos monstros” não desenvolve uma pedagogia dirigida à formação de monstros nem uma pedagogia que utilize os monstros

com fins formativos. A “pedagogia dos monstros” recorre aos monstros para mostrar que o processo de formação da subjetividade é muito mais complicado do que nos fazem crer os pressupostos sobre o “sujeito” que constituem o núcleo das teorias pedagógicas — críticas ou não (SILVA, 2000, p. 20).

Um robô ou um monstro podem ser mais humanos em um filme que uma pessoa proletária maquinizada e essa contradição pode despertar-nos fascínio ou perturbação, segundo James Donald (2000). Todavia, se somos tão robotizados, de onde partem os desejos transgressivos? Donald (2000, p. 98) responde que

as normas e as *proibições* instituídas no interior das tecnologias sociais e culturais são involucradas [dobradas] no inconsciente de modo que elas “emergem” não apenas como “desejos pessoais” mas em uma dinâmica complexa e imprevisível de desejo, culpa, ansiedade e deslocamento.

Desse modo, nossos desejos não são construídos por nós mesmas. Nem ao menos conseguimos compreender a nós mesmas, pois nossa humanidade é abalada pela nossa monstruosidade, que tenta mensurar seu limite (GIL, 2000, p. 174 e 175). Então, “o monstro é pensado como uma aberração da “realidade” (a monstruosidade é um excesso de realidade) a fim de induzir, por oposição, a crença na “necessidade da existência” da normalidade humana”.

Como professora, reflito em desafios propostos por Jaqueline Gomes de Jesus (2015) e viviane v. (2015) para a educação formal na formação de cidadãs para as questões de gênero e sexualidade.

O desafio que Jaqueline Gomes de Jesus (2015) lança de que nós devemos mostrar às pessoas que gênero não é o mesmo que a redução do conceito social de sexo. Desmitificar reduções das ideias de “homem é isso, mulher aquilo” etc. E levar minhas educandas à reflexão da complexidade que a categoria gênero é ou pode ser.

O desafio, conforme viviane v. (2015) alerta às pessoas cis, sobre a importância do grito que ecoa para além da academia, também que devemos cuidar para que nossos ouvidos que as escutam não patologize ou subalternize suas vozes e busquemos a descolonização dos processos que violentam pessoas trans.

Para isso acredito na importância dos constantes posicionamentos críticos de nossos corpos e gritos: mesmo que não saibamos se alguém nos escutará – quais os limites para aquilo que o sistema-mundo pode e deseja escutar, afinal -, mesmo que estas palavras

acadêmicas não sirvam para nada mais que um diploma e um currículo lattes mais 'respeitáveis', não podemos nos esquecer de que este sistema-mundo, quando nos concede a graça da vida, nos quer inferiorizadas, patologizadas, subalternizadas (v., 2015, p. 34-35).

Trabalhar na área da educação e permitir-se ser agente transformadora da sociedade é um desafio pulsante e que pode ser realidade desde já enquanto microestratégias de subversões dos currículos e dos espaços hegemônicos escolares.

4. VOU TE CONTAR A LENDA DA BICHA ESQUISITA, NÃO SEI SE VOCÊ ACREDITA³⁰

meu recado às mulheres

contem
suas histórias
descubram o poder
de milhões de vozes
que foram caladas
por séculos
(LEÃO; Ryane, 2019, p. 54).

cada vez que encontro outras mulheres
para partilhar histórias
nos tornamos terra fértil
(LEÃO; Ryane, 2019, p. 108).

Esta seção tem como função contar histórias das participantes desta pesquisa, da qual eu narro para preparar você, leitora, para o que pretendo discutir. As histórias aqui narradas são baseadas nas entrevistas feitas com elas, recontada em ordem cronológica por mim (ainda que as narrações estejam em primeira pessoa), tentando manter o máximo da sua linguagem e algumas inadequações das normas gramaticais propositais. Não sei até que ponto a gramática normativa seria adequada para essas narrações.

Estes dois relatos foram mostrados para as participantes a fim de que ficassem à vontade para fazerem alterações ou acréscimos e assim fossem publicados aqui com suas autorizações, conforme narro na subseção 3.2. *Me sinto um peixe fora do aquário, dá pra ver*. O ditado popular diz que “cada conto aumenta um ponto”, eu diria que, se você transitar pelos pontos de prostituição nas avenidas, “cada ponto aumenta um conto”. Por ora, não pretendo estender em informações. Apenas esteja pronta para entregar-se às leituras destas narrativas.

4.1. Mina de peito e pau representa no astral³¹

tem sido foda

³⁰ Referência à música “A Lenda” da artista trans Linn da Quebrada (2017).

³¹ Referência à música “Parte 1 - Rosa Maria Codinome Rosa Luz” da artista trans Rosa Luz (2017).

tem sido duro
eu sei, eu sei
então vem cá
vamos rir de bobagens
vamos de cafuné
copos cheios
e doçura
para amenizar
o amanhã
(LEÃO, Ryane. 2019, p. 53).

Meu nome é Carol Melo, tenho 25 anos e sou de Barbosa Ferraz - PR. Na minha infância, quando chegava a época de ganhar presente, era sempre igual. Toda vez eu esperava ganhar uma boneca, igual das minhas primas, mas não! Era novamente um carrinho. Isso me deixava irritada. Eu era o único menino entre quatro primas, todas da mesma idade e nos divertíamos no sítio que vivíamos.

Apesar de ser presenteada não com o que eu desejava, eu corria pela roça, roubando os milhos para fazer boneca com eles. Como era divertido brincar com as outras meninas e fazer casinha na árvore! Foi uma infância maravilhosa!

Quando eu crescesse, queria ser professora. A inspiração não era à toa. Minha professora do Ensino Fundamental I (da antiga 1ª série até a 4ª série) do sítio era a razão para este desejo. Ela era uma pessoa que eu admirava! Ela morava ao lado do sítio de seu avô. Então, era muito divertido quando ela organizava festinhas na casa dela em datas especiais, como dia das crianças, dia das mães etc. Tornava a convivência entre toda a vizinhança muito próxima, o que era muito agradável.

Os anos foram passando, o Ensino Fundamental I terminou e não tinham as séries seguintes na região do sítio em que eu vivia. Então, fui para a cidade estudar. Era um clima gostoso, embora não tanto quanto o do sítio. Havia colegas que faziam piadas e deboches, mas eu buscava sempre um bom relacionamento com todo mundo, assim as poucas violências que eu passei não foram tão agressivas.

Gostava muito de estudar, ainda que as notas não fossem tão boas quanto eu desejava. Principalmente nas aulas de Educação Física! Era a pior nota! Acontece que o professor dividia a turma entre meninos e meninas, daí cada colega ia para um lado. Isso me batia uma revolta! Então, eu fingia que me perdia pelo caminho e fugia da aula. O professor perguntou se eu queria fazer aula com as meninas, algumas vezes. Mas eu já tinha pegado birra dele e me recusava a participar. E segui nessa escola até o fim do Ensino Fundamental II (antigo, da 5ª até a 8ª série).

Por problemas familiares, minha mãe decidiu mudar-se do sítio para a cidade de Barbosa Ferraz-PR. E lá, estudei em uma escola um pouco maior que a anterior, onde fiz o Ensino Médio, do primeiro ano ao segundo ano. Mantendo o astral positivo e a boa convivência entre colegas. Até brincávamos fazendo disputas de líder e algumas vezes ganhei essas competições. Foi uma época de descobertas. Por volta dos 16 anos comecei a fazer as unhas, maquiar-me e usar calças apertadas, para ressaltar minha feminilidade.

O desejo de vir para Maringá-PR, onde eu tinha umas amigas morando começou a falar mais alto. Na cidade que eu morava havia uma fábrica que demandava trabalhos manuais de crochê. Pagavam uma porcentagem para pessoas fazerem o crochê. E as vizinhas, amigas da minha mãe, vendiam seu trabalho para esta empresa. Aprendi com elas a fazer esse trabalho e ganhava meu dinheiro. E entre os 17 ou 18 anos, consegui juntar o suficiente para vir para Maringá.

O meu primeiro emprego na cidade foi em um supermercado. Depois trabalhei em uma loja de roupa de um shopping como horista, suprimindo a falta de funcionárias em determinados horários e dias. Porém, a loja faliu e fechou.

Minha mãe tinha um novo namorado cujo filho era gay. Nós ficamos bem amigas. Ele trabalhava em uma lanchonete de outro shopping de Maringá e conseguiu um trabalho para mim nesse local. Um dia, atendi no caixa uma mulher que trabalhava em uma perfumaria e me achou muito simpática. Sugeriu que seria muito interessante ter eu na equipe e pediu meu currículo. No dia seguinte, entreguei o currículo e posteriormente fui chamada para conversar com a gerente da loja sendo, então, contratada para trabalhar lá, além das lojas filiais.

Junto com uma amiga, começamos o processo de transição. Decidi começar a trabalhar na rua com a prostituição acreditando que seria mais fácil. Mas não foi. Com certeza se pudesse voltar atrás, não largaria meu emprego novamente. Acredito que voltar hoje ao mercado de trabalho formal faria com que passasse por preconceitos.

Decidi ir para a cidade de São Paulo – SP em 2017. Lá, tive acesso ao projeto Transcidadania, que pagava um valor para pessoas trans que estivessem estudando de acordo com a carga horária proposta. Fiquei nele por quatro meses, tempo que foi suficiente para terminar o terceiro ano do Ensino Médio e fazer um curso de culinária que o projeto oferecia. Este curso era com a Paola Carosella, uma chefe de cozinha e jurada no programa de televisão MasterChef, que é transmitido pela Rede

de Televisão Bandeirantes. Era divertido pois não era simplesmente ensinar receitas, mas usava uniformes de chefe de cozinha, bancadas e aprendia cozinhar na prática. Nesse projeto eu era a única mulher transexual da sala. E encontrei em minha turma um garoto trans e fiquei melhor amiga dele, dei a dica sobre o projeto para ele.

Em São Paulo apresentei com algumas peças de teatro no Teatro Oficina com um amigo de lá para ajudar na renda. Também participei da 'Gay Pride' com atividade artística, organizada pelo parque de diversões Hopi Hari, que foi uma data para celebrar o orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

De volta a Maringá, em outubro de 2018, um fato que recordo é quando, durante a transição, ao ser colocado silicone industrial no bumbum pela segunda vez, acabou atingindo o pulmão, causando embolia pulmonar. A garota que morava comigo me socorreu levando ao médico e ele me recomendou apenas um xarope. No dia seguinte estava pior e apenas me lembro que acordei 20 dias depois em um hospital porque fiquei em coma. Minha mãe veio de Curitiba, onde mora até hoje, para Maringá para cuidar de mim.

4.2. Levante a cabeça, aconteça o que aconteça, continue a navegar³²

parece que sou uma planta
e me arrancaram da terra
com força violenta
e me apalparam e tatearam
sem consentimento

esqueceram que tenho raízes
(LEÃO; Ryane, 2019, p. 50)

Meu nome é Anne, tenho 50 anos e sou nascida em Uruguaiana-RS, em 1969, uma época bem complicada pois as questão de sexualidade e gênero eram tratadas como uma coisa que só se resolvia com a morte, você matando alguém ou espancando a pessoa, até você moldar a pessoa para ela entrar dentro da condição cisgênera e heterossexual.

³² Referência à música "Serei A" da artista trans Linn da Quebrada (2017).

Eu passei uma parte bem perturbada na primeira fase da infância. Meus pais vieram de uma história também bem pesada, minha mãe era uma mulher da roça, daqui do Paraná. Mulher não, uma criança daqui da roça do Paraná, que de 16 para 17 anos foi obrigada a casar com um cara estrangeiro que não falava nem português direito, velho, que já tinha experiência sexual com um monte de outras mulheres, em situações de violência, provavelmente, então a relação dele foi de estupro com a minha mãe porque ela era uma mulher virgem da roça e ele era um cara já vivido, com toda aquela coisa de poder machista. Ela já foi criada por um pai violento, depois casada com um cara violento e aí a vida dela foi toda dentro desse processo e eu vivi uma parte da minha infância com os meus avós e a minha mãe ficava brigando com meu pai, fugindo um do outro.

No meu caso, eu não tinha nenhuma questão de sexualidade, eu só tinha a questão do gênero. Eu sempre me via como menina e eu só me choquei com essa realidade de diferença de corpos quando eu vi pela primeira vez uma menina pelada na minha frente, com sete anos, porque para mim eu era uma menina igual a qualquer outra menina e todas as meninas tinham pinto e eu fiquei em choque! Então, eu descobri que eu não era uma menina normal do padrão da sociedade, entendi que eu era uma coisa diferente, mas mesmo assim eu ainda continuava me entendendo como menina que veio com defeito de fábrica. E isso me atormentava e me atormenta até hoje. Na minha cabeça, só tinha que tirar isso, só tinha que resolver isso.

Quando eu fui para escola, eu tive outros problemas. Eu não me identificava com os meninos e eu não queria ficar com os meninos, mas eu não podia ficar com as meninas, as meninas não ficavam comigo, eu não entrava na brincadeira das meninas e não entrava na brincadeira dos meninos. Eu brincava com os brinquedos que eu fazia, das coisas que eram o meu mundo. Até um pouco da criatividade que desenvolvi foi por isso, porque eu fazia as minhas coisas, eu fazia os meus brinquedos, as minhas calcinhas fui eu que costurei. Porque eu queria ter e não podia, não tinha dinheiro, não tinha acesso às coisas. A necessidade obriga você a ser criativa, a aprender a mexer com ferramentas.

Eu fui para a escola mais tarde um pouco, porque estava nesse processo de separação dos meus pais, da minha mãe. Eu entrei com oito ou nove anos, não lembro direito, e foi muito complicado para mim porque eu não me identificava com ninguém e eu não conseguia conviver com as crianças. No começo não foi tão ruim.

Depois da segunda para a terceira série, virou uma tortura absoluta. Eu era o alvo! Eu era o alvo porque eu era afeminada, eu era o alvo porque eu era diferente, eu era o alvo porque eu não participava das coisas, eu era o alvo porque não tinha amigos.

Senti que faltava eu fazer só uma coisa para deixar de ser uma menina defeituosa. Então, com 10 anos eu tentei cortar... Foi o horror, porque eu aguentei só passar o primeiro corte, depois sangrou e fiquei gritando! A minha família nem viu nada, nem ficaram sabendo. E eu tenho a cicatriz até hoje, mas saber, ninguém ficou sabendo nada.

Eu era muito introspectiva, eu tinha uma vida muito fechada, então eu ficava trancada sozinha, eu brincava sozinha, eu comia às vezes nos lugares sozinha, eu tive uma vida bastante isolada do resto das pessoas, então eu me isolava para manter minha integridade, porque era uma forma de autodefesa, era um jeito de eu me defender, porque quanto menos contato com as pessoas eu tivesse, menos eu ia confrontar, menos pessoas me julgando, do tipo, 'ah, mas você tem jeito afeminado.', 'Ah, mas você fala assim.', 'Por que você é desse jeito?', 'você é menina ou menino?', eu vivi bastante na minha infância.

Eu tive uma professora só que me tratou bem na escola. Teve uma situação, uma vez, na aula de Educação Física e era para os meninos por uma roupa diferente, para competir com o outro time. E eu não podia trocar de roupa na frente dos meninos, porque eu estava de calcinha e sutiã e eu insisti que eu não ia tirar a roupa dentro do banheiro, aí criou todo aquele inferno em volta 'não, agora você vai. Por que você não vai? Você está com medo do quê? Está com vergonha do quê? Você roubou alguma coisa de alguém?'. E começaram a criar todo aquele terror ali em volta de mim, me tiraram da aula, me colocaram de castigo, chamaram diretor e não sei o quê, até que essa professora me chamou para uma sala separada e falou assim: 'você tem alguma coisa? O que está acontecendo? Fala para mim porque mais ou menos eu já sei o que é'. E falou: 'você está vestindo alguma coisa diferente? Você quer dar para mim e eu guardo para você?'. Ela foi a pessoa mais doce da minha infância inteirinha! Aí eu falei 'estou, eu estou com um sutiã aqui'. Aí ela falou 'não, então tira e eu guardo na minha bolsa e daí no final da minha aula eu te dou'.

Foi a única pessoa doce da minha infância, porque nas outras situações era só agressão. Eu apanhava do meu irmão mais velho, que era extremamente violento comigo, a vida inteira ele foi violento comigo, ele me agrediu em milhões de

situações, até um pouco de tempo atrás ele ainda tinha essas situações de agressão comigo, com a minha família e tal.

Eu estudei em umas três escolas diferentes. Minha família era agressiva e naquela época, ser agressiva com tudo isso era absolutamente normal, e, mesmo trocando de escola, nenhum lugar, nenhuma situação alguém ia questionar essa violência. Já apanhei de professor, de diretor, do meu padrasto, da minha mãe, do meu irmão, praticamente um na frente dos outros, sem nenhuma condição de parar para interpretar minha situação, minha história, de entender. Eu só estava entendendo aquilo como uma agressão e não como uma correção. A desculpa que se dá, que eu não aceito isso é: 'ah, não, porque a pessoa era só ignorante e a violência era por culpa da ignorância da pessoa'. Não! É maldade, você não é mais ou menos ruim com alguém. Se você está agredindo a pessoa, é fato, é concreto!

Naquela época era tudo desse jeito, então, eu tinha muita, mas muita dificuldade de ir para a escola porque era dos ambientes que me causava dor e medo, porque eu sabia que na escola alguém ia bater em mim, alguém ia vir me atacar, alguém ia querer me comer no banheiro. Como disse, entrei tarde na escola, e não desenvolvi nada, nunca consegui desenvolver coisa nenhuma, do mesmo jeito que eu entrei na escola, eu saí. Eu entrei analfabeta e saí analfabeta. Eu não tinha condições psicológicas, eu não tinha espaço para desenvolver nada, eu não tinha um contato para aprender e querer fazer alguma coisa, dentro de uma situação de um trabalho pedagógico. O foco da escola era sempre me moldar, o foco era sempre me colocar dentro do sistema, da situação, e como não conseguiam, sempre aumentavam mais a violência.

Eu fui estuprada com 12 anos e meu pai, meu irmão e o cara que me estuprou tentaram me matar. Me amarraram com um saco de arroz a minha cabeça, amarraram as minhas mãos e me colocaram em um porta-malas. Eu fiquei oito horas lá presa. Aí minha mãe ficou preocupada com o fato de eu ter fugido (não de ter acontecido alguma coisa comigo) e falou que ia chamar a polícia. Aí eles foram lá onde eu estava e eu já estava desacordada.

Com 12 para 13 anos, os meninos tentaram me comer no banheiro à marra, me prenderam, chegaram a arrancar minha roupa, o outro chegou a tirar o pinto para fora, e eu gritei, eu briguei, corri, fiz um escândalo! Me levaram para diretoria, brigaram comigo, falaram um monte de coisa: 'ó, você sabe que você não pode fazer isso...', etc. E eu falei: 'mas eles foram me atacar!'. E disseram: 'mas a culpa é sua,

é esse seu jeito que faz o menino fazer isso, a culpa é sua!'. E eu fui expulsa da escola. Aí nunca mais voltei a estudar. A minha passagem na escola é curta, eu não tenho um histórico escolar.

Eu só não sou analfabeta no sentido literal da palavra, porque eu coloquei na minha cabeça que, para eu sobreviver, eu tinha que fazer algo. Eu tinha que me virar para sobreviver, como falei, a necessidade sempre me obrigou a ser muito criativa e a desenvolver coisas e eu sempre fui muito boa nisso, eu me viro sozinha em qualquer situação, em qualquer coisa eu me acerto. Em todas as situações da minha vida que eu fui submetida, eu entrei e saí.

Antes mesmo de ter 14 anos, me tiraram três dentes da boca com socos. Eu saí de casa com 15 anos. Fui morar num cortiço, com outras meninas trans e todas eram analfabetas. Todas. Eu não queria ser, eu queria pelo menos saber o nome do ônibus. Então eu comecei a querer ver coisas que davam para aprender, conversava com pessoas que sabiam fazer as coisas. Aí fui aprendendo. Praticamente eu aprendi a escrever e a ler sozinha. Quando eu falo que sou autodidata, não falo de brincadeira. O que eu aprendi na escola não foi suficiente para eu fazer nada. Eu li muita coisa e ainda tenho necessidade de muita coisa, eu gosto de ler muito, eu leio muita coisa, eu estudo muita coisa.

Nesse tempo, fui desenvolvendo a disforia de gênero. Eu comecei a me hormonizar nessa época, com 15 anos, então, algumas coisas, por exemplo, da puberdade masculina, não desenvolveram em mim. Hoje me ataca, naquela época não me atacava tanto, hoje que eu tenho uma disforia mais pesada do que antigamente. Também foi nesse tempo que minha sexualidade desabrochou, apesar de transar com homens, nunca tive exatamente afeto por eles. E me abri para ter relação com uma guria, se chamava Maria, filha de nordestinos, e que também sofria um monte de preconceitos, ela era mais velha que eu uns 5 anos, e foi a primeira pessoa a me chamar a atenção para a bissexualidade. Namoramos por quase um ano, mas não tivemos uma relação com sexo, era tudo muito amor, muito carinho e um exagerado senso de cuidado de uma com a outra.

A minha adolescência foi uma loucura que você não faz ideia. Foi um período que precisei viver da prostituição. E vivi em um cortiço com outras meninas trans, onde aconteceu um monte de situações horrorosas. O final dessa fase foi quando mataram uma das meninas. Nós duas fomos abordadas pela polícia militar na rua onde trabalhávamos, eu fui estuprada na rua enquanto a minha amiga estava com o

cano da arma do policial dentro da sua boca e dizendo que ia matar nós duas se nos vissem na rua de novo. Eu não tive coragem de sair de casa, mas a minha amiga saiu e a polícia a matou. Então, eu fugi.

Fui morar na quebrada, na favela, e eu vivi no meio do crime. Então, eu trabalhava para o crime. A gente montava arma, corria, dirigia, fazia tudo, então, nesse período, eu tive que desenvolver mais ainda outras habilidades. E assimilando toda a violência que eu já tinha passado para também poder produzir violência, porque era o linguajar, a situação daquele momento era a violência. Se eu não fosse violenta também, eu seria a fraca no meio dos outros e eu seria uma pessoa que não era necessária nesse meio, você tem que ser forte. Fiquei dos 17 até os 20 anos mais ou menos nessa situação. Não foi muito tempo, mas foi muito pesado. Vi matar muita gente, vi morrer gente, é pesado.

Mas não me pesa nada na consciência porque, além de ser uma situação absurda, de necessidade absurda, extrema, não existiam outras opções. A outra opção era viver como trans, e como trans eu era o alvo de todo mundo. Eu era o alvo da facada, do tiro, da cacetada, do xingamento, então, eu sabia que aquilo ali, me colocava em uma situação de fraqueza muito grande, de risco muito grande e eu tentei fazer tudo para eu não viver isso. Até que aconteceu de eu conhecer Simone, que era uma menina que eu conheci em São Paulo, 10 anos mais velha que eu, fomos morar juntas, ficamos casadas quase 7 anos. Aí brigamos, saí de São Paulo e fui para o Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro tinha um casal de amigos que eu conheci quando morava em São Paulo, e que estavam construindo uma casa na Serra da Mantiqueira. E eu fui trabalhar para eles, porque eu trabalho com madeira também e eles estavam fazendo a parte de alvenaria da casa, e era uma casa toda temática, toda bonita. Aí eu fui fazer essas partes mais trabalhosas da casa porque tinha que ser alguém que sabia mexer com as mãos, porque lá na Serra não tinha luz elétrica. Então, não dava para levar furadeira nem máquina, tinha que fazer na mão as peças. Aí eu fui para lá e conheci o Paulo e vivi com ele um ano e alguma coisa, e, lá eu voltei à minha transição. Fiquei quase dois anos lá e voltei a minha transição como trans porque eu vivia num lugar isolado, fechado. Era no meio da montanha, no interior de lá, e eu não tinha relação com ninguém. Quando terminou essa minha relação com ele, eu fiquei muito derrubada porque eu não tinha para onde ir, eu não tinha condições de me manter, eu não tinha dinheiro para fazer nada e eu sabia que eu como trans não

ia fazer nada. Se eu quisesse trabalhar normal, eu ia ter que me vestir de menino. Se eu quisesse viver como trans, eu teria que ser puta.

Com 24 para 25 anos, eu vim para Paranavaí-PR, onde moro até hoje, inicialmente ia apenas no casamento do meu irmão, mas acabei ficando por aqui na casa de uma amiga. Então, eu conheci a Sônia e começamos a namorar. Ela salvou a minha vida porque eu estava em uma fase autodestrutiva.

Quando eu e a Sônia começamos a viver juntas, a vida da gente era tão complicada, tão difícil, que a única opção que existia era fazer tudo que tivesse na reta para fazer. Então, se aparecesse alguém que precisasse de uma médica para fazer cirurgia, eu era! (risos). Então, eu ia estudar, eu ia ler, aprender, eu ia saber pelo menos um pouco. Então, eu peguei trabalhos que eu nunca na minha vida fiz a menor ideia do que era. Eu já dei aula de desenho técnico, que eu fui aprendendo no mesmo momento que eu estava ensinando e era porque eu tinha muita necessidade, eu precisava ganhar esse dinheiro. Hoje que a gente está um pouco melhor, temos uma estabilidade baixa, mas a gente tem.

Sônia ficou grávida da nossa primeira filha, que nasceu prematura e infelizmente teve uma infecção hospitalar e quatro paradas cardíacas. E ela ficou em estado grave e precisamos ir para Curitiba-PR para tratamento. Ficamos três meses, mas ela acabou falecendo. Essa dor fez a Sônia e eu ficarmos mais unidas. Tivemos muitos gastos com esse tratamento e voltamos sem dinheiro, sem saber se iríamos comer.

Trabalhamos muito para sobreviver, fiz todo tipo de trabalho. Não tenho orgulho, sabe, mas eu tive que fazer tudo, são coisas que se não fosse pela necessidade, eu não faria nunca, e eu fico com raiva de ter tido toda essa necessidade, ter sido sujeitada a toda essa necessidade, porque não precisava.

Como a gente estava muito apertada de dinheiro, o Ricardo, nosso filho, já tinha nascido, nós não tínhamos dinheiro para pagar aluguel numa casa, nós fomos morar em Nova Aliança do Ivaí-PR, em uma casa de madeira podre, estragada, que ninguém queria porque era uma casa como de filme de terror, a gente pagava uns 50 reais nela. E eu vinha e voltava todo dia de bicicleta para trabalhar em Paranavaí, davam uns 20 km.

Nessas questões de estudo, de escola, por exemplo, depois disso, eu nunca mais tive tempo, a vida da gente era uma correria danada, continua sendo, hoje talvez seja menos um pouco, a gente tem um pouco mais de tempo, mas no alto do

tempo que seria válido eu estar estudando, era impossível. Ela trabalhava, eu trabalhava o dia inteiro, tínhamos as crianças, eu dormia e acordava com as crianças no colo, ia trabalhar com as crianças junto. Eu fui instrutora de marcenaria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e eu levava o Ricardo para a oficina.

Todo tempo que eu podia ter livre, eu ia para a biblioteca da cidade e estudava. Até ganhei um certificado, um dia, por ser a maior frequentadora lá. Nunca tive preguiça de estudar, sempre gostei, única coisa que atrapalhou eu ter uma vida acadêmica foi a transfobia que eu passava na escola.

Quando meus filhos ainda eram pequenos, eu achava importante eles manterem contato com a família. Hoje, que eles já estão adultos, não tenho necessidade nenhuma de fazer com que eles tenham acesso com ninguém, até porque eles conhecem, eles sabem quem são as pessoas, eles que se distanciaram. A vida inteira eu quis ser imparcial nessas coisas, para não dizer que eu estava influenciando.

Desde minha chegada em Paranavaí, eu fui tratada como uma pessoa marginal. Sempre chamei a atenção das pessoas mesmo vivendo como menino. O meu jeito desagradava o povo da cidade. E me sentia constantemente vigiada ou sob perseguição. Por isso não gostava e até mesmo tinha medo de me expor como mulher, porém não é algo tão fácil de evitar, então saía algumas vezes à noite, principalmente quando bebia muito e ficava querendo me divertir com outras coisas. Eu era uma das criaturas da noite na cidade. E isso incomodava os homens que me conheciam como menino, mas que frequentavam as ruas atrás de sexo com travestis. Muitos deles eram policiais.

No dia do meu aniversário em 2007, eu fiquei bem chapada e me deu vontade de encontrar as outras travestis e fazer um fervo. Troquei de roupas na rua mesmo, e fui de moto procurar por elas. Rodei por uns minutos e não achei ninguém na rua. Mas cruzei com uma viatura do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) no caminho antes de ir para minha casa. E um pouco antes do amanhecer, fui acordada pela Sônia dizendo que uma viatura da polícia estava na frente de casa e os policiais queriam falar comigo. Me vesti e fui atender os policiais, que me pediram para acompanhá-los até a delegacia para ajudar em uma denúncia, que possivelmente eu podia ter visto algo. Fui com eles na boa. Mas quando entrei na delegacia, começaram a gritar comigo, cuspidando na minha cara e falando que era

para eu assumir que tinha matado um cara a facadas, sendo que eu não tinha feito isso. Acusavam a mim porque não gostavam do meu jeito subversivo. Então, fui algemada e presa.

No outro dia fui mandada para o presídio masculino, e lá permaneci presa por 3 meses. Raspavam os meus cabelos, tive que jogar minhas roupas no lixo e usar as roupas que me deram, iguais as dos outros presos. Fui proibida de compartilhar as coisas da cela, de usar o banheiro quando os presos estavam acordados, de usar qualquer coisa feminina. Quem comandava a galeria era o crime, e por causa da ligação com organizações evangélicas, pessoas LGBT eram obrigadas a se comportarem como eles mandavam. No meu caso, como se fosse uma pessoa cis e hétero. Eu obedeci para manter minha segurança naquele lugar. Saí por ordem de um grupo de desembargadores de Curitiba, por falta de provas, de testemunhas e de justificativas. Depois disso, os únicos espaços que eu conseguia trabalhar não me aceitavam mais. E passei a me sustentar com tudo o que eu pudesse fazer. E pouco de tempo depois, parei de esconder que sou trans.

Quando aconteceu de uma amiga trans minha ser atropelada propositalmente na rua, na frente de um monte de gente e ninguém quis ser testemunha, eu percebi que era hora de fazer algo, então eu comecei minha militância, na rua, dando apoio às pessoas LGBT. Lendo na internet fui aprendendo a fazer militância. Então juntamos com o grupo de estudo da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e fizemos um canal de denúncia, com apoio do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). E então o Coletivo tomou corpo por termos acesso a essas instituições e diálogos para reivindicar Políticas Públicas. O fato de a universidade abrir as portas foi uma ação maravilhosa para a militância LGBT aqui.

5. RESISTE, IRMÃ, ENTÃO VAI À LUTA, MESMO QUE TE CHAMEM DE ETERNA PROSTITUTA³³

Entre os processos de escrita e leituras, a rua me foi convidativa para olhar de modo afetivo e transgressor os corpos e vidas que por lá andavam. Em um dos muitos encontros e desencontros, Carol me trouxe ao conflituoso mundo de urgências que não atravessavam minha realidade: os corpos construídos.

Paul Preciado (2018b) narra como aconteceu o seu projeto de experimentação do corpo com a autoadministração da testosterona, ou seja, ele negou o sistema médico que regula o acesso, e apenas o utiliza controladamente para fim da transexualização, desde que haja declaração de disforia de gênero, chamando seu processo de ‘protocolo de intoxicação voluntária’.

Com Louro (2003) afirmei anteriormente que as identidades de gênero e sexual são construída. E, neste momento, com Preciado (2018a, p. 4) repensaremos juntas que tais identidades podem desconstruir, reconstruir, ser manipuladas, transformadas etc.

(...) porque uma das ideias com que trabalharei aqui é que as identidades sexual e de gênero são construídas. Não se trata de dizer simplesmente que são construídas, já vimos que são. A questão não é se são construídas, mas se é possível intervir nesse processo de construção: é necessário abrir a caixa preta dos processos de construção do gênero e da sexualidade que, se são construídos, podem ser desconstruídos, reconstruídos, manipulados, transformados, etc. Creio que esse seja o trabalho do feminismo.

Acontece que nem sempre temos a noção de como essas construções acontecem porque, pensar somente em identidades, não dá conta desse debate. E para o rebuliço das identidades, o hormônio funciona como um objeto cultural a partir a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a produção dos corpos passa a ser controlada por um novo regime, a farmacopornografia (PRECIADO, 2018a).

Em *Testo Junkie*, Paul Preciado (2008b) aborda sobre a farmacopornografia por meio de seu próprio corpo que foi submetido à autoadministração de testosterona durante a escrita desse livro, desafiando as normas de procedimento

³³ Referência à música “Liberdade” da artista travesti Mc Xuxu (2018).

com relação à hormonização de pessoas trans. Essa atitude culminou em um debate complexo sobre sexo e gênero e sobre as experimentações bioquímicas.

Por meio de substâncias, as pessoas podem desejar produzir mais rapidamente seus corpos, invadindo seus metabolismos, sendo consumidoras em expansão de uma existência no sistema capitalista que regulam a liberdade, para adequação do corpo ao que poderia ser seus próprios desejos, entretanto, acabam rendendo-se ao consumo heteronormativo (PRECIADO, 2008a).

Trato sobre regulação de corpos e de liberdade, então agora retomo a questão do poder e controle que discuti em Foucault (1979). Até século XIX, eram estes os cenários de disciplina: a prisão, o hospital psiquiátrico, o hospital, a fábrica e o espaço doméstico familiar, onde os corpos eram controlados exteriormente. A partir do regime farmacopornográfico, os corpos também são controlados e produzidos, “que não são mais exteriores, mas biológicas. Se trata de moléculas, de fluidos que pela primeira vez entram a fazer parte do corpo e modificam a estrutura do vivente” (PRECIADO, 2018a, p. 16). O exemplo que Preciado (2018a) traz é a pílula anticoncepcional, uma tecnologia de gênero.

O autor ainda retoma o contexto histórico que a pílula inicialmente, nos anos 1940 e 1950 não tinha a função principal de conter ou limitar a reprodução, mas de purificar a raça, pois foi testada em mulheres negras para que não houvesse a expansão da raça negra nos Estados Unidos. Nesse mesmo período também foi testada nos hospitais psiquiátricos e nas prisões para ‘heterossexualizar’ mulheres lésbicas. São bizarros, são racistas, são colonialistas, são lesbofóbicos, são machistas e são sexistas tais contextos.

O IBTE (2018) expõe sobre a administração do hormônio sintético. Por travestis e mulheres transexuais não terem acesso suficiente aos serviços públicos de saúde, elas administram por si mesma, geralmente de forma inadequada, medicamentos com progesterona e/ou estrogênio, podendo resultar em doenças coronarianas, acidente vascular cerebral (AVC) e fenômenos tromboembólicos.

Além desse recurso, há o uso comum do silicone industrial por elas. O instituto anuncia que é geralmente usado aquele que é destinado para lustrar e lubrificar peças de automóveis, o que é imensamente nocivo ao corpo, resultando em problemas de saúde para elas, como necrose das células, embolia, reações alérgicas e deformações corporais por motivo do deslocamento do silicone e, até mesmo, o óbito. Apesar dos riscos e a falta de higiene e de preparo do mercado

clandestino da aplicação do silicone industrial, é o recurso mais utilizado por ser mais barato. (IBTE, 2018).

Carol conta-nos como foi seu período de transição e ela destaca o momento em que colocou o silicone industrial e as consequências. Ela teve sucesso na primeira aplicação. Contudo, na segunda, ela foi diagnosticada com embolia pulmonar e relata o descaso oferecido a ela na aplicação, além do despreparo do médico que a diagnosticou com pneumonia, indicando apenas um xarope, o que resultou em 20 dias de coma.

Carol: (...) Acho que a parte que mais marcou, assim, foi durante a minha transição, porque eu tive um problema (sic) com um negócio de silicone. Acho que foi o... foi uma parte que marcou.

Lua: Entendi. Bom, você quer conversar, contar pra gente como foi?

Carol: Não, é que assim, sabe, eu fui, fiz todos os negócios, que eles, foi quando eu coloquei silicone no bumbum, coloquei duas vezes, a primeira vez tudo bem. Deu ok. Ficou tudo certo. A segunda vez que eu coloquei me deu embolia pulmonar, porque a menina socou o negócio, não tinha visto se tinha pegado veia, sei lá o quê, aí ele foi subindo e parou no pulmão.

Eu: Caraca...

Carol: Aí eu lembro que, aí eu lembro que cheguei em casa, depois, né, que eu fiz o negócio, e eu tô passando muito mal, porque eu morava com uma amiga minha, ela era mulher também, mas não mulher trans, mulher cis mesmo, aí ela me levou pro médico, chegou lá o médico falou que era pneumonia e tal, "pode ir embora", me deu um xarope. Cheguei em casa, no outro dia, eu piorei mais ainda.

Eu: Uau

Carol: Aí depois só lembro que eu acordei vinte dias depois que eu tava em coma lá naquele shopping... 'naquele shopping', óia, [corrige:] naquele hospital municipal, lá em cima. Aí eu lembro que eu acordei, tipo, e eu achei legal da parte da minha mãe, que tipo, ela saiu da cidade dela, ela veio pra cá pra cuidar de mim, e tipo, no mesmo dia que eu comecei a passar mal, que ligaram falou, ela veio da cidade dela, me acompanho tudo dentro da ambulância, o SAMU me levando aqui nesse UPA que tem aqui, pra lá, todo esse trajeto, ela tava junto, junto comigo. Eu achei, acho legal isso, uma parte que marcou...

Retomo aqui meu contato com Tiffany, que narrei na subseção '3.2. Me sinto um peixe fora do aquário, dá pra ver'. Ela não pode participar dessa pesquisa porque teve complicações com a aplicação do silicone industrial no bumbum, que resultou na inflamação de um dos lados, necessitando fazer drenagem.

Em seu livro *E se eu fosse puta*, Amara Moira (2016) narra-nos sobre suas vivências na prostituição, que usarei trechos para entrelaçar as entrevistas com a teoria ao longo desta análise. Amara Moira (2016, p. 99 e 24) expõe sobre sua decisão de iniciar a hormonização e a sua ansiedade no processo.

Mas tendo já um nome a zelar e o respeito na universidade onde estudo, aí junto a isso a minha independência financeira, foi muito mais fácil negociar os termos da minha transição (é isso o que muita pessoa trans vem descobrindo, a importância de transicionar depois de ingressar na universidade, longe de certos olhos, mas contando com a estima deles). O plano inicial era, antes, virar professora universitária concursada, passar o período probatório e então cabum! travesti, mas não houve como... bastou a primeira insinuação de bonança e me joguei de cabeça.

Mas cá estou eu, dois anos atrás, enfim travesti. Sabe-se lá o que me deu, de onde veio a coragem, uns mesezinhos de hormônio, corpo nem lá nem cá, meio a meio, solidão corroendo por dentro, eu ardendo por um toque íntimo, um “como você tá linda”, “olha só você” e nada.

O fato é que essas tecnologias de gênero são vantajosas ao capitalismo a partir da masturbação, ao contrário do século XIX, que a via como perda de energia para o trabalho. “Nesse capitalismo farmacopornográfico a produção do prazer, a produção da sexualidade, a produção dos afetos é transformada em um a força de produção de capital” (PRECIADO, 2018a, p. 22).

No entanto, hormonizar-se nem sempre é para fins apenas estéticos, mas de serem aceitas e sobreviverem nos espaços sociais urbanos. A pesquisadora travesti Maria Léo Fontes Borges Araruna (2018) expõe que as modificações corporais com hormônios são recursos necessários por vezes até pelo fato de que possam transitar em diferentes espaços sem sofrerem violências, como o banheiro feminino, para que a leitura desse corpo seja lido conforme sua identidade de gênero.

Anne: Eu sempre me via como menina e eu só me choquei com essa realidade de diferença de corpos quando eu vi pela primeira vez uma menina pelada na minha frente, porque pra mim eu era uma menina igual a qualquer outra menina e todas as meninas tinham pinto, porque eu nunca tinha visto nenhuma, eu não conhecia, era a primeira vez que eu via, eu fiquei em choque! Tipo, meu mundo caiu. (risos)

Eu: E com quantos anos foi isso?

Anne: Foi com sete anos. Entendeu? Daí que eu descobri né que eu era, tipo, quer dizer, que eu era assim, que eu não era uma menina

normal da... a menina, sabe, da sociedade, do padrão, da forma, sabe, que é, da forma que é, assim, que é visto e entendido. [interrompe com a chegada de alguém.] Então, foi assim, um choque, uma coisa bem pesada pra mim, tipo, porque daí em me entendi que eu era uma coisa diferente, mas mesmo assim eu ainda continuava me entendendo como menina.

Eu: Aham

[...]

Anne: Tá, aí foi quando assim, sabe, foi quando me deparei com essa questão da diferença dos corpos, entendeu? Que até então não entendia nada, eu não sabia nada. Mas mesmo depois que eu, sabe, que eu, que eu vi que tinha essa diferença, eu ainda assim me entendia como menina, pra mim eu só era uma menina com defeito. Eu vim com defeito de fábrica, eu tinha alguma coisa que, sabe, que me atormentava e que, sabe, me atormenta até hoje, isso é pra vida inteira e foi assim. Tipo, a minha identidade nunca ficou assim, sabe, numa questão de dúvida, tipo, em relação a... a genital sabe? Pelo contrário, sempre foi aquilo ali, era só aquilo que falta, me incomoda. Não é, tipo assim, ah, eu nasci no corpo errado, sou a pessoa errada, nunca foi nada tipo assim, sabe. Você entendeu?

Além de não se compreender fixada no binarismo de gênero e sentir-se inadequada em seu corpo desde sua infância, melhorando na adolescência porque estava hormonizando-se, evitando os conflitos da puberdade, contudo, hoje não se hormona mais e vê-se enfrentando uma disforia que classifica como mais intensa.

Anne: [...] é tipo assim, na minha cabeça é assim, só faltava isso. Eu só tenho que tirar isso, só tenho que resolver isso. Lógico que com o tempo, tipo, você vai crescendo e tal e você acaba desenvolvendo outras loucuras né, tipo, que é a disforia de gênero. Não sei se você conhece. Entendeu? As questões de disforia de gênero, você vai crescendo, tipo assim, aí tem que a puberdade vai assim, eu comecei me hormonizar com 15 anos, então, algumas coisas, por exemplo, da puberdade masculina, tipo, sabe, por eu ter começado tomar hormônio aquela época matou em mim só que não todas né. Tipo, você viu, hoje me ataca, naquela época não me atacava, não chegava, porque eu não tinha tão desenvolvido isso, então assim, hoje que eu tenho uma disforia mais pesada do que antigamente entendeu e... então, assim, eu nessa virada assim dos sete anos sabia que era menina, eu só me entendia como uma menina defeituosa. Algum problema, sabe, igual alguém que tem seis dedos, tipo...

Eu: Ah, sim

A disforia de gênero foi o termo que fez a transexualidade ser patologizada em 1977 (BENTO, 2012). A transexualidade, até o ano de 2018, era considerada uma doença e recebia até Classificação Internacional de Doenças (CID) 10 F.64.0. Mas, como Guilherme Almeida (2012, p. 518) explica, ainda quando era patologia, a

transexualidade pode significar vivências, para além de um saber médico sob ótica cis.

O discurso médico não é único e não é o único a disputar o investimento de significados a termos como transexualidade, e, a exemplo do que ocorreu com o próprio termo “homossexualidade”, penso que, entre alguns homens com os quais dialogo, há uma reabilitação semântica do termo “transexualidade”, apreendido como descritor de vivências singulares, e não como uma patologia.

Sentia-se tão inadequada com seu corpo na infância que, aos 10 anos, Anne tentou cortar seu pênis com uma faca. Até hoje carrega a cicatriz. O que me impressiona nesse relato é a ausência de uma pessoa que a acolha e medie sua dor, tanto física quanto emocional.

Anne: [...] Inclusive com 10 anos eu tentei cortar.

Eu: Caramba! E como foi isso?

Anne: Foi o horror, né, porque eu aguentei só passar o primeiro corte, depois sangrou tudo, fiquei gritando, morrendo. (risos)

Eu: E como sua família reagiu?

Anne: Então, a minha família, na realidade, nem viu nada, né.

Eu: Nem ficaram sabendo?

Anne: Não, nem ficaram sabendo. E eu tenho a cicatriz até hoje, mas de saber, ninguém ficou sabendo nada. Entendeu?

Os corpos se (des)constróem de acordo com suas identidades e subjetividades. Assim, não cabe aqui definir o corpo ou a identidade da travesti e da mulher transexual como uma categoria única, mas entender que travestis e mulheres transexuais (des)constróem-se de maneiras diversas. Há marcadores que diferenciam uma das outras: estético (como já discuti), acadêmico, social, geracional etc. Quero focar agora no acadêmico e social.

Minha amiga e companheira de campo Lua é uma travesti que recebeu o demarcador ‘estudada’ pela Carol, conforme relatei na subseção 3.2. *Me sinto um peixe fora do aquário, dá pra ver*. Poderia ter sido por diversos outros marcadores, como por exemplo a (des)construção do corpo, já que Lua não se hormoniza nem busca uma estética de estereótipos femininos. Poderia ser o social, já que Lua ocupa um lugar de privilégio em relação a elas. Assim, Lua foi apontada como a

travesti diferente das travestis e mulheres transexuais que estão na prostituição. Por meio da fala “essa é estudada. Não é como a gente não” que capturei nos nossos encontros, permitiu-me entender que a academia e a prostituição são marcadores que precisam ser significados.

A academia é branca e construída sobre pilares euro-estadunidenses. Esses pilares científicos exportados deslegitimam outros saberes, outras vidas, outras subjetividades que fogem e estão à margem das sociedades patriarcais brancas, binárias e cis.

Sendo a academia baseada em uma sociedade normativa, os corpos das entrevistadas para esta pesquisa não são bem-vindos em seus espaços, na universidade, nas dissertações e teses. Quando o ‘objeto’ de pesquisa são pessoas, sugerem-nos que a gente passe por avaliação através do Comitê de Ética. Eu submeti e esta pesquisa foi aprovada. Entretanto, não obtive qualquer parecer ou questionamento dos meus critérios quanto aos cuidados que deveria oferecer às mulheres transexuais, como por exemplo, o uso do nome social, tanto nas abordagens quanto na assinatura do TCLE. Então eu questiono, se não fosse meu conhecimento e minha intenção em uma abordagem ética, o que garantiria a elas respeito? E se fosse alguma outra pesquisa que não tivesse este devido cuidado? Quem garante o respeito e a ética dentro de um comitê de ética da academia para as mulheres transexuais, para as travestis e para os homens transexuais se a própria academia exclui essas existências e desvalidam seus saberes?

Carol questiona a mim e a Lua sobre haver ocupações de pessoas trans na Universidade Estadual de Maringá. Ela fica impressionada com a quantidade de pessoas que começamos a nomear e numerar.

Carol: Têm muita trans na UEM?

Lua: Agora, acho que a gente está com umas 11 pessoas trans na UEM. Que parece que é muito, mas a UEM tem mais de 18 mil alunos, então é pouquíssimo. Mas... a gente tem entre transhomens e transmulheres quase 20... quase 20 pessoas. A maioria é do curso de Artes Cênicas, que é o curso que eu fiz. Doutrinando tudo as travestis lá! - risos. - Tem um monte, mas têm alguns meninos trans que são de outras áreas, tem um menino trans da filosofia... tem um da pedagogia...

Eu: O Dan, da Pedagogia.

Lua: Tem um... que era da Comunicação, tem uma menina trans que se formou em biomedicina, ou, ou biotecnologia, nem sei qual o nome do curso, mas a gata fez uma coisa bem difícil, quando eu ouvi, eu fiquei: "quê?" Acho que é bioquímica. Tem um trans não binário na música, têm acho que cinco pessoas trans nas Artes Cênicas, tem... se eu não me engano tinha uma na Educa também, mas eu acho que ela saiu.

Carol: Passada, têm várias, então.

Eu: Tem a menina da Pedagogia...

Lua: Ah, é, tem uma menina nova, na Pedagogia, do primeiro ano. Acho que é Gabriela o nome dela?

Eu: Gabriela.

Carol: Passada. Que legal.

Lua: Têm várias, bem legal! Tem uma galera que saiu da UEM e se assumiu trans logo em seguida, tem uma menina do Design, uma menina da moda...

Eu: Têm umas já formadas também.

Lua: Tem um menino trans que já se formou da Cênicas também, enfim. Vários, várias. E é legal porque a gente tá tudo num grupo, se você quiser eu posso te colocar lá também, a gente conversa, se apresenta...

Carol: Ai, que tudo! Ia ser tudo! Ai, ia ser tudo, tô precisando dessas coisas novas.

Talvez algumas pessoas se reconheçam citadas aqui, se algum dia tiver contato com este trabalho. E dentro de mim pulsa a satisfação de ter essas pessoas ocupando a universidade e sendo referência de ocupação à Carol e às demais mulheres transexuais e travestis.

A academia para Anne tem uma significação de poder, local que se tem aberto a ela para oferecer local de fala. Tal iniciativa da universidade precisa ser apresentada aqui porque, além de oferecer auxílio à população LGBT, empodera pessoas que se veem à margem.

Anne: Onde que entra pra você discutir uma coisa com a outra? então sabe é muito difícil assim sabe? Sempre quando eu tô nessas palestras quando eu tô no espaço acadêmico, quando me chama para falar sobre isso eu falo sempre nesse sentido, do peso que essas coisas tem. Tipo assim, hoje o espaço que a gente tem na academia de abrir espaço para pessoas que nem eu, poder falar, isso aí é uma coisa monstruosa, maravilhosa. Isso na época em que a gente não tinha espaço nem, mas nem que fosse na faca, para

querer fazer alguma coisa, entendeu? E hoje em dia as pessoas chamam a gente para falar sobre a nossa vida, sobre as nossas vivências para contar o que que é a vida da gente, entendeu? então quer dizer sabe é tão foda isso. É tão importante isso. Tava até falando no dia do orgulho LGBT disso, eu quanto que isso aí tipo sabe, vem evoluindo a mentalidade da sociedade, vem fazendo uma mudança de verdade nas coisas. Porque é muito diferente você lê sobre LGBT nos livros, você estudar, você falar sobre teorias entendeu? sobre gênero e sexualidade. E agora vai falar com a pessoa cara a cara, frente a frente, ali.

Eu: Ahh.. To me segurando aqui, mas eu tô ohh

Anne: Mas não é verdade?

Eu: Sim

Anne: A coisa mais foda que tem, pô, que é puta, você não tá falando teoria você tá falando comigo caralho, que sou uma travesti, ex-presidiária, entendeu? sabe com todo o inferno de vivência, com um monte de orgulho também, que eu desenvolvi com longo do tempo entendeu? Porque eu tenho direito de não me odiar.

Quero também acrescentar um trecho da fala de Anne sobre um projeto da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) que me deixou maravilhada a potência que ações acadêmicas podem ter no empoderamento de grupos excluídos da academia a partir do momento que ela decide abrir suas portas.

Anne: Aí veio tipo assim, eu já juntei as pessoas que já era grupo de estudos lá da UNESPAR, se juntamo e organizamos para fazer, e falei, ó... vamos fazer então uma ação de denúncia das violências, entendeu? então esse primeiro grupo que a gente se juntou lá para fazer esse canal de denúncia entendeu? que é que nem eu te falei, a gente conseguiu ter apoio do Ministério Público, apoio da OAB, e da Universidade, da UNESPAR, isso aí que já gerou um, foi um, como diria? Foi o ventre do coletivo, foi daí que já nasceu todo princípio do coletivo, o coletivo já existia sem existir, porque a gente já tava fazendo o trabalho do coletivo sem ele ser o coletivo, ah entendeu? [...] aí tipo assim aí começou a funcionar, tipo assim, deu legal, e a gente conseguiu ter acesso a essas instituições e ter espaço para falar, e discutir, e meter o dedo na cara dos outros também, então eu falei assim, agora tá na hora da gente começar a fazer alguma coisa maior, para organizar a unidade LGBT aqui, o grupo LGBT aqui, e vamos começar agora discutir e lutar por políticas públicas no município.

Eu: Uau! Show! E como que é lá o grupo de pesquisa lá, tipo, como que você começou a frequentar lá, como que surgiu esse início?

Anne: Igual te falei né, o dessa caralhada maravilhosa que é academia abriu espaço para ouvir a vivência das pessoas sabe? para ouvir a vivência das pessoas, tipo, de largar o sabe? De sair da

teoria, largar o Lattes, querer conversar com as pessoas na rua, querer interagir com as pessoas, querer a representatividade das pessoas nesses espaços. Porra! não vai falar sobre gente negra? Então tem que ter lá, alguém negro. 'Ah mas não tem gente negra na universidade', então vamos arrumar, vamo arrumar um e colocar aqui, 'ah não tem trans na universidade', então vamos chamar uma para falar, tem que ter uma representatividade, nem que não seja da Universidade mas que venha. Então tipo, essa coisa que é do caralho, entendeu? Que abriu espaço, entendeu? abrir um espaço para a gente fazer tudo que se passa. Pra gente falar, para a gente estruturar a coisa, pra gente ter conhecimento, sabe de questões judiciais, de conversar com gente que entende de direito, que entende de administração, de lei, de um monte de coisa, e isso estrutura a gente para a gente poder se organizar melhor, entendeu? Que eu falo que esse foi o papel mais foda que eles fizeram aqui até hoje, acho que não caiu a ficha, ainda, porque acho que se cair a ficha, vocês nem dormem, vocês vão ficar gozando se olhando no espelho. Porque assim sabe? Porque salvou muita militância isso, salvou toda militância, porque a militância nossa era muito carente desse dessa estrutura, desse apoio.

Eu: Ai que legal!

Anne: entendeu? Porque eu não tinha esse apoio, é muito fácil eu juntar um monte de travesti querer ficar lá na frente da prefeitura batendo boca, que que eu vou conseguir com isso? A partir do momento que a gente tem acesso as leis e sabe como discutir, sabe o que é direito, que... que é lei, e sabe quais são as prerrogativas para bater boca com alguém, os argumentos que a gente deve usar, entendeu? Para discutir constituições, tipo, porra, tipo não tem nem o que falar, isso aí foi assim sabe? tipo salvou a militância do Brasil todo. Não sei de onde tiraram isso, se foi de algum exemplo de fora, que fizeram isso, se foi só uma abertura de consciência do nada que veio, sabe? Mas puta que pariu, foi uma ação do caralho isso, porque não só na militância LGBT, eu falo que todas as outras militâncias, indígena, na negra, nas de mulheres trabalhadoras rurais entendeu? Que são as que eu tenho bastante contato, que eu vejo que, tipo, é gente que tava muito distante da academia, que não tem... não tem trabalhadora rural na academia, é raro você ver, entendeu? Não tem indígena na academia, é muito raro. Você tem um por cento, zero... zero por cento, não tem voz na academia para existir espaço nenhum. Ai quando a própria academia abriu espaço para essa voz, aí fodeu tudo! Quer dizer, foi o negócio muito foda, entendeu? Então tipo assim, todo o processo de militância ele evoluiu tipo uns 100 anos entendeu?

Dessa fala, destaco 'largar o Lattes', porque a academia tem rendido-se ao pensamento capitalista de produção e, às vezes, não retorna à sociedade uma contribuição. Destaco também que Anne reconhece que não há a representação de pessoas de grupos minoritários nesse espaço, mas que essa abertura possibilitou a troca de mão dupla, do conhecimento do universo acadêmico com a vivência. Ela

vibra tanto com essa ação da UNESPAR que é possível afirmar que a academia pode ajudar nas diversas militâncias, quando se dispõe, e colaborar com o empoderamento desses grupos.

Tais iniciativas são interessantes, como vimos. Mas também questiono, por que as manas trans prostitutas não estão aqui como acadêmicas na universidade produzindo e significando academicamente a prostituição ou o que mais quiser? Moira (2016) registra suas vivências, oferecendo um material que nos permite compreender o ser puta e acadêmica.

“Destino Amargo”, Amara Moira: eis o que és, eis o que significa. Um nome, o meu nome, mas ninguém o diz. Sonoro, alegre talvez, como a cara que faço ao receber proposta de um oral por dez, completo vinte. Atender na rua é o que dá, coisa que aprendi de cara. Travesti rondando os trinta, mas se dizendo vinte, militante LGBT, feminista, escritora, doutoranda em teoria literária pela Unicamp nas horas vagas: e puta. “E puta”, mas como?! Mas por quê?! Sem “mas”. Puta porque puta, puta porque quem sabe um dia. Já viu travesti professora, advogada, cientista, médica? Querem que eu seja a primeira, querem que um canudo de doutora me abra as portas do mundo, a única, diferentona: “venha, Amarinha, trabalhar conosco, te queremos tanto!”. E o telemarketing, salão de beleza? Antes puta, puta pelo menos me forço a escrever. Prefiro isso a ouvir desaforo oito horas por dia no telefone ou fazer unha e cabelo de madame com rei na barriga (MOIRA, 2016, p. 23-24).

O engraçado foi justamente eu, que tinha horror à ideia de me prostituir, eu, que retardei minha transição ao máximo pra tentar me livrar desse caminho, mal me assumi e já fui quase de cara fazer a rua. E não só, pois, além de ir fazer programa, ainda me meti a relatar tintim por tintim tudo num blog, dois níveis de foda-se. Razões? Oras. É como se a palavra puta estivesse tatuada em minha testa, e muito antes de eu fazer rua a primeira vez. Me veem como travesti e já me imaginam puta, e qual seu preço, se sou ativa, assédio como nunca vi antes, coisa de enlouquecer (MOIRA, 2016, p. 99).

Esses marcadores ‘prostituta’ e ‘acadêmica’ que soam tão dicotômicos, mas nem sempre são, fez-me refletir quando encerrava este trabalho, mas ainda a tempo acrescento que a estatística de 90% de travestis e mulheres transexuais estarem em profissões sexuais (ANTRA, 2018b; 2019b) é um ciclo cujas entrevistadas foram capturadas.

Anne: [...] eu sabia que eu como trans não ia fazer nada, e a única chance que eu ia ter, era tipo assim, se eu quiser trabalhar normal eu ia ter que me vestir de menino, se eu for viver como trans eu tenho que ser puta, entendeu?

Anne prefere em momentos da vida estar 'vestida' como menino à assumir sua identidade de mulher transexual porque acreditava que a única forma de existência das mulheres transexuais era a prostituição. Carol opta pela prostituição porque observava que lá era o espaço para as mulheres como ela e o que ela acreditou o que seria mais fácil.

Carol: Aí tá, aí a gente começou a fazer a transição juntas, entendeu? Só que aí depois, aí eu fui me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, conheci as menina, comecei a querer descer pra rua pra trabalhar, fazer programa, porque né, passava, via as meninas lá, pensava "Ai, coragem, vou pra lá também" - risos.

Lua: Mas você veio fazer programa por vontade própria?

Carol: Sim. Por vontade própria. Ah, eu falei, eu achei que seria uma vida mais fácil, mas realmente não é uma vida mais fácil do que você tá ali todo dia pegando busão indo trabalhar e voltar, não é uma vida mais fácil.

Tanto Carol quanto Anne reconheceram que a prostituição era a forma de existência para travestis e mulheres transexuais e se assim elas assumissem essas identidades, conseqüentemente teriam que ser putas. Para compreender sobre a prostituição, questionei diretamente às entrevistadas sobre. Carol, Lua e eu conversamos sobre o que a academia tem produzido e o que ela, enquanto mulher transexual na prostituição pensa.

Eu: Como que pra você, assim, no espaço da prostituição, porque, eu não vivenciei isso, é, eu vejo que, dentro da universidade seria aquela coisa cada um fala uma coisa, mas eu queria saber você, que tá ali dentro... Que tá ali fora, literalmente, né?

Carol: Rola esse papo lá?

Eu: Ai, rola...

Lua: Mas é que assim, gata, a gente tem um problema muito sério, que isso que a Clara fala é muito importante, porque assim, muitas pessoas querem pesquisar sobre travestis, e muitas pessoas querem falar o que elas querem sobre a gente, entende? Então tem uma galera fazendo uns trabalhos sobre a gente, que a gente lê e não concorda muito. Então a gente tá fazendo esse tipo de pesquisa pra gente saber o que que as gata travesti tem pra falar.

Eu: Sim!

Lua: Sabe? É um pouco por aí, assim. Então tem uma galera que fala que a prostituição é, tipo assim, o lugar da coitadinha, ninguém quis ela no mundo, então ela foi pra prostituição.

Eu: Exato!

Lua: E a gente ouve muita gente falando “não, não é bem assim que funciona”. Algumas pessoas falam “Não, realmente, é foda”, ou então, tipo, fala “Não, foi um bagulho que rolou na minha vida e é isso, tamo aí”. Tem uma galera que fala “Ah, eu não gosto, mas tamo aí”, mas assim, eu nunca vi ninguém concordar em peso com o que está escrito lá, nessas pesquisas, sabe?

Eu: E eu nunca vi alguém que está na prostituição falar: “É tal coisa”.

Lua: É.

Carol: Tá, mas aí... Ah, eu acho que é isso, eu acho que não, acho que tem pra todo mundo. Se é trans, tem trans aí trabalhando como vendedora, trabalhando no shopping, trabalhando como modelo, trabalhando como isso e aquilo, e eu acho que a prostituição, a prostituição está aí pra quem quer, entendeu? Eu quero tá aqui nesse momento. Futuramente eu não vou querer tá. Né? Então eu acho que... Faz da sua vida quem... o que quiser, não é? Eu acho que não.

Lua: Entendi.

Carol: Não é porque eu sou coitadinha que eu mereço tá aqui.

Eu: Exato.

Lua: Eu não vejo muito por esse lado.

Carol: Eu não, também não vejo não.

Eu: É.

Lua: Mas eu concordo que também não é o rolê mais fácil, que nem cê falou, esse negócio de pegar busão também é sofrido, mas é...

Carol: Ah, mas eu preferia... Eu preferia.

Lua: Com certeza.

Carol: Tipo, não tenho mais essa coragem, mas eu até preferia. - risos.

Lua: Sim.

Carol: Quem sabe, futuramente?

A maneira como a prostituição tem sido retratada por alguns trabalhos acadêmicos espantou Carol, que vê este contexto como acessível a qualquer

pessoa, é uma possibilidade entre outras que uma pessoa trans possa escolher, que ela escolheu no momento estar na prostituição, porém não pretende ficar por toda a vida e preferia estar no mercado formal, que, apesar de sentir a necessidade de se 'disfarçar' para conseguir e permanecer em seus trabalhos formais anteriores à prostituição, eram os que ofereciam estabilidades.

Carol: É. Sim. Aí eu consegui meu primeiro emprego, que foi no Cidade Canção, era caixa do mercado, aquele Cidade Canção lá de frente da Somaco.

[...]

Carol: Mas lógico que eu dei uma maneirada né, porque o objetivo naquele momento era arranjar um emprego, dei uma maneirada né, vamo com uma calça justa mas não vamo com tanta maquiagem na cara, né?

Lua: Entendi.

Carol: Tudo esse disfarce.

Logo iniciou o processo de transição corporal com a sua amiga e decidiu iniciar na prostituição por vontade própria observando as outras meninas que também faziam. Hoje ela sente arrependimento por ter deixado seu último emprego formal porque oferecia estabilidades.

Carol: Aí tá, aí a gente começou a fazer a transição juntas, entendeu? Só que aí depois, aí eu fui me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, conheci as menina, comecei a querer descer pra rua pra trabalhar, fazer programa, porque né, passava, via as meninas lá, pensava "Ai, coragem, vou pra lá também" - risos.

Lua: Mas você veio fazer programa por vontade própria?

Carol: Sim. Por vontade própria. Ah, eu falei, eu achei que seria uma vida mais fácil, mas realmente não é uma vida mais fácil do que você tá ali todo dia pegando busão indo trabalhar e voltar, não é uma vida mais fácil. Hoje, se eu pudesse voltar atrás, tipo, e mudar totalmente, nossa, jamais eu teria deixado aquilo pra tá nisso hoje. Aí comecei...

Lua: gata, não rola tentar recuperar o emprego, ir lá, conversar...

Carol: Gente, mas como? É, sabe, por mais que as pessoas falem que não tem preconceito, na hora desses negócio tem sim. Rola, acho que rola.

Lua: Mas cê chegou a tentar ir?

Carol: Não, não cheguei. Comecei a fazer bem a doida mesmo. Mas o babado é que eu já perco a paciência, não tenho mais aquela paciência de, né, esperar pra...

Lua: Faz sentido.

Carol: Sim... já não rola. Tem que ser uma coisa partido de mim, entendeu?

Eu: Aham.

Lua: Com certeza.

Carol: Não é? Pronto, ó, tem isso pra mim, vou lá fazer isso, de repente já, já conheço outras coisas, já, né? Já vou...

Eu: Porque pelo que eu entendi, na época que você tava trabalhando então você não tinha esse padrão, transição, talvez que te... impedir que as pessoas fossem menos preconceituosas...

Carol: Não, jamais, jamais eu tinha colocado silicone na bunda, entendeu? Peito, essas coisas...

Por meio do relato de Carol, nessa parte, percebi que não há possibilidades de retornar ao mercado formal no momento por preconceito que ela acredita que sofrerá por ter seu corpo modificado, o 'corpo monstro' para o mercado formal, contudo, ideal para atrair seus os clientes na rua. Anne, por sua vez, escancara que a sociedade quer que elas estejam nas ruas e não no mercado formal.

Anne: É... o consumo é muito grande a sociedade consome muito, eles são muito consumidores da prostituição, aqui entendeu? E é o que mantém as trans na marginalidade, porque se tirar eles perdem o produto de consumo deles que é a prostituta, se eles oferecerem em outra condição de trabalho, eles vão tirar, e a outra situação é que eles não querem a gente na sociedade, eles não querem a gente junto nos mesmos espaços.

Moira (2016) revela na primeira citação suas inquietações vividas na primeira vez como puta na rua e na segunda sobre o prazer e desprazer em um de seus programas.

O começo, ah, o começo. Primeiro dia na rua, carros e carros passando, eu toda sem jeito buscando o olhar do cliente, tentando atirá-los com uma palavra, um gesto, dedo nos lábios, piscadinha (que, no meu caso, era quase careta), eu transpirando desengonçamento... sério, uma hora, uma amiga, vendo meu desespero em não conseguir ninguém, me levou no quarto pra eu pegar emprestada uma roupa mais a cara do ofício. Não dá pra imaginar a vergonha que senti naquele vestido que, só a custo, mantinha escondida a calcinha! Voltei pra rua e tudo continuou igual,

pois nesse trabalho confiança é tudo, justo o que eu tinha de menos: cliente tem que bater o olho em você e sentir que é você, sentir que vai gozar horrores, senão ele corre atrás de outra. Daí a importância de fazer a atriz, saber atizar desejo mesmo depressiva, mesmo querendo trucidar o lixo. Roupa é o que menos importa, quem é do ramo sabe, mas minha amiga insistiu que eu trocasse pra ver se me vinha axé. Veio não. Penei, isso sim (MOIRA, 2016, p. 28).

Nada de beijo, nem vem cá me abraça ou gostei de você: dessa vez fui só boca, ce-u, corpo e olhe lá. Usada como sonhei, não gostei tanto assim. Oral por dez, faz? Noite uó, frio medonho, vontade de entrar naquele carro o quanto antes (estar no carro já era bem)... e aí, faz? Olha, até faço, sim, mas aguenta o cu doce, tá ok? Começa o programa, tiro calça e cueca dele, empunho a piroca, o cheirão de nem tão limpa assim, abocanho, deixo ela em pé, faço o que faço melhor, e aí sinto a mão dele subir minha espinha e pegar um chumaco dos meus cachos. Carinho será? Não era: agarra firme a cabeça minha e soca sem dó o pirulito lá fundo. Engasguei, deu ânsia, seguro a mão dele pra não vomitar, do jeito que eu costumo gostar, mas ali não gostei nadinha... e sei lá por quê (MOIRA, 2016, p. 36).

Anne teve uma trajetória de vida hostil e por isso não teve uma participação no mercado de trabalho formal inicialmente. Ela tinha que ser autodidata para conseguir dinheiro para a sobrevivência e sustento da família dela e, ainda que desejasse voltar aos estudos no espaço educacional formal, não conseguia porque o trabalho ocupava todo o tempo.

Anne: Então, tipo assim, eu ia estudar, eu ia ler, aprender, eu ia saber, pelo menos um pouco da coisa eu ia saber, eu não era tão falsa assim, sabe, não chegava a ser uma mentira. Então, tipo assim, eu peguei trabalhos, eu fui fazer coisas, que eu nunca na minha vida fui fazer a menor ideia do que era, entendeu. Então, tipo, eu já dei aula de desenho técnico, que eu fui aprender o que era desenho técnico estudando desenho técnico enquanto eu dava aula para os outros, entendeu, aprendendo no mesmo momento que eu tava ensinando e, tipo assim, era porque eu tinha muita necessidade, eu precisava ganhar essa, esse dinheiro, assim, entendeu, e a gente passou muito apuro.

[...]

eu trabalhando com toda caralhada de coisas que aparecesse na minha frente desde cavar poço até sabe derrubar árvore. Fiz tudo, fiz tudo, entendeu? não tenho orgulho, sabe, mas eu tive que fazer tudo, tipo, sabe o que é, são coisas que, assim, se não fosse pela necessidade, eu não faria nunca, entendeu, e eu fico com raiva de ter tido toda essa necessidade pra ter que fazer isso, sabe, ter sido sujeitada a toda essa necessidade, entendeu, porque não precisava, entendeu, não precisava toda essa necessidade, então até, cê vê, é nessas questões de estudo, de escola, por exemplo, depois disso eu nunca mais, não teve tempo, a vida da gente era uma correria danada, continua sendo,

Como estratégia de sobrevivência, Anne diz que teve que fazer muita coisa que não teve orgulho. À medida que ela estuda sendo autodidata na biblioteca, entra aos poucos ao mercado formal. Entretanto, reconhece que não foi a escola que ofereceu esse conhecimento, apenas ofereceu hostilidade. E faz questão de deixar explícito que não foi por preguiça ou problemas de aprendizagem que não tenha aprendido, mas a escola.

Anne: Entendeu? então tipo assim todo tempinho que eu tinha eu ia ler, eu não tinha livro, então eu ia para a biblioteca, entendeu? Eu lia tudo, qualquer coisa, desde guia para fazer, para montar cerca, até como desmontar um motor de avião, [risos das duas] então tipo assim, sabe? isso é o que me ajudou muito sabe porque tipo né, eu nunca tive desinteresse de estudar, eu nunca tive sabe assim como fala preguiça de estudar, eu sempre quis, sempre gostei, entendeu? O que me atrapalhou nessa passagem toda, nesse processo foi o lance da escola ter sido um ambiente de tortura para mim, então quer dizer sabe, então eu só não desenvolvi uma vida acadêmica por conta disso, entendeu? Só isso queria deixar bem claro, eu só não tenho não é por falta de capacidade de interpretar, Não é porque eu sou burra, não é que eu sou lerda pra compreender as coisas, muito pelo contrário. Não tem nada disso, qualquer pessoa que me conhece sabe que eu consigo, sou muito ligeira para conversar com as pessoas, para entender as coisas, pra ... sei me expressar, apesar de tudo, entendeu? Sei muito bem me colocar nos lugares e sair, o que me colocou, que me atrapalhou, o que me atrapalhou nessa minha vida com a escola foi a transfobia.

Assim, a escola enquanto espaço formal não foi o lugar em que Annie teve de capacitação para o trabalho, mas sim o autodidatismo na biblioteca, que foi uma possibilidade de educação não formal que serviu de estratégia para preparar-se para trabalhos e ter sua subsistência.

Sua adolescência foi marcada por violências e participação no crime para que conseguisse sobreviver. E a vida dela inserida nesse ambiente influenciou sobre a decisão de assumir ou não sua identidade de gênero. Era questão de vida ou morte.

Anne: Vi matar muita gente, vi morrer gente... (risos) não é, não é coisa delicada não, é pesado, entendeu. Mas assim, sabe, mas não me pesa nada na consciência porque, além de ser uma situação absurda, de necessidade absurda, extrema, entendeu, não existia outras opções. A outra opção era viver como trans, e como trans eu era o alvo de todo mundo. Eu era o alvo da facada, do tiro, da cacetada, do... sabe... do xingamento, entendeu, então, tipo, eu sabia que aquilo ali, que aquilo ali me colocava em uma situação de fraqueza muito grande, de risco muito grande, entendeu, então, eu tentei fazer tudo pra eu não viver isso aí, entendeu.

A expulsão da mulher transexual e da travesti pode acontecer na família, no mercado de trabalho, na escola, como discutimos anteriormente com Bento (2012), porque é um processo de uma sociedade transfóbica. Travestis e mulheres transexuais andam em uma corda bamba nos espaços de educação formal. São alvos de um ambiente hostil por parte de professoras e colegas. O preconceito já está institucionalizado no espaço escolar e a evasão/expulsão advém da transfobia que pessoas trans sofrem, o que corrobora em poucas pessoas trans conseguindo formar-se. (SALES, 2018).

Foi o que Carol compartilhou acerca de seu professor de Educação Física, que sua relação com ele afetava desde suas notas ao desejo de não participar das aulas, por motivos de divisão por gêneros binários nas atividades. Ainda que o professor admitisse ela fazer com as meninas, ela já havia desenvolvido um bloqueio em relação a ele.

Lua: Tirava notas boas?

Carol: Não. - risos.

Lua: Gata, eu te entendo!

Carol: Não!

Lua: Eu também nunca fui muito de nota boa...

Carol: Educação Física era a pior nota que eu tirava...

Lua: Por quê?!

Carol: O professor de Educação Física ele era o cão! Ele fala "os menino desse lado, as menina do"... Mulher... - risos.

Lua: A gente sabe que pesadelo que é isso.

Carol: Ô, mulher... eu ficava revoltada!

Eu: E o que cê fazia?

Carol: Ou eu fugia ó, era assim pra descer, a gente tinha tudo que descer pra quadra na aula dele, né, ele não ia nem na sala, a gente já tinha que, ele já ficava na quadra esperando né. Eu me perdia no meio do caminho, ficava coisada em algum lugar - risos

Lua: Espertíssima

Eu: Que esperta!

Carol: Ou eu, nossa, eu de qualquer forma eu tentava dar um jeito, porque não dava, eu, já era a pior parte, era essa, entendeu, então sempre tirava nota ruim nas aulas dele.

Lua: Olha só... E ele nunca perguntou se você preferia fazer com as meninas, nada assim?

Carol: Já, já, mas aí, mesmo assim, não!

Lua: Entendi.

Carol: Aí depois eu peguei birra da cara dele, aí não ia, mulher! Não ia, não adiantava

Eu: Aí não ia mais?

Lua: Não, mas tá certa. Ai, eu passei por isso uma vez, eu tive uma treta com um professor de Educação Física bem parecida, por coisas como essa, assim... Maaaas, eles nunca têm muita noção, né?

Carol: Não.

Lua: Eles acham que é porque você tá com preguiça... eles acham que é porque você é manhosa... porque você é birrenta.

Carol: É.

Já Anne aponta que a única lembrança boa partiu justamente de uma professora de Educação Física, que foi compreensiva em relação à Anne estar usando um sutiã e sugerir a ela guardar esse segredo, tratando-a com muito respeito. Por essa atitude, ela guardou muito carinho por essa professora.

Anne: Eu, pra você ter noção, eu tive uma professora só que me tratou bem na escola, naquele, nesse período assim, entendeu. É... teve uma situação uma vez que ia ter uma aula de, como é que é? Física? Educação Física!

Eu: Ah sim...

Anne: ... e era pros meninos por uma roupa diferente, entendeu, pra competir com o outro time. E eu não podia trocar de roupa na frente dos meninos, porque de lingerie, eu tava de calcinha e sutiã e eu falei que eu não ia, que eu não ia tirar a roupa dentro do banheiro, e eu falei que não, que não, criou todo aquele inferno em volta 'não, agora você vai. Por que você não vai? Você tá com medo do que? Tá com vergonha do quê? Você roubou alguma coisa de alguém? Por que você tá fazendo não sei o que, não sei o que...'. E começaram a criar todo aquele terror ali em volta de mim, entendeu, me tiraram da aula, me colocaram de castigo, chamaram diretor e não sei o quê, até que essa professora, entendeu, pegou e me chamou pra uma sala separada e falou assim: 'você tem alguma coisa? O que tá acontecendo? Fala pra mim porque mais ou menos

eu já, mais ou menos eu já sei o que é.', ela falou assim pra mim. E falou: 'você tá vestindo alguma coisa diferente? Você quer dar pra mim e eu guardo pra você?'. Aí foi assim, ela foi a pessoa mais doce da minha infância que, da minha infância inteirinha, foi ela! Que aí, eu peguei e falei "tô, eu tô com um sutiã aqui". Aí ela pegou e falou 'não, então tira e eu guardo na minha bolsa e daí no final da minha aula eu te dou'.

Eu: Que legal...

Anne: Entendeu, então, tipo assim, foi a única pessoa doce da minha infância foi ela, porque, entendeu, porque nas outras situações era só agressão, entendeu

[...]

Anne: Entendeu, então, ela, tipo assim, ela foi a única pessoa, acho, que, dessa minha passagem na escola, foi a única pessoa que eu guardo carinho, a única pessoa que teve o mínimo de... de... sabe... sei lá... de carinho, de bom-senso, de humanidade, de... porque eu era uma pessoa massacrada na escola...

A respeito de colegas, Anne conta que não conseguia fazer amizade nem com meninos nem com meninas. Ela também se definiu como o alvo porque era afeminada, diferente e não participativa.

Anne: Quando eu fui para escola, por exemplo, eu tive todos esses outros problemas. Por exemplo, eu não me identificava com os meninos e eu não queria ficar com as meninas, mas eu não podia ficar com as meninas, as meninas não ficavam comigo, eu não entrava na brincadeira das meninas e não entrava na brincadeira dos meninos, então, tipo, sabe, coisas que as pessoas tem muito comum de contar da infância, 'ah, de jogar amarelinha, de fazer isso, fazer aquilo', por exemplo, eu não tive, porque eu não brincava com as crianças, entendeu, eu, tipo, brincava comigo, entendeu?

[...]

sabe, eu era o alvo, né? De um monte de coi... de um monte de questão da escola, tipo eu era o alvo porque eu era afeminada, eu era o alvo porque eu era diferente, eu era o alvo porque eu não participava das coisa, eu era porque não tinha amigos, entendeu, então, tipo, tudo, sabe, sabe, me cercava ali, me colocava em situações, assim, de... de, sabe, de confronto com todo mundo na escola.

Anne relata, também, que a violência era cada vez maior. Por volta dos 12 ou 13 anos, alguns meninos a estupraram no banheiro da escola. Ela reagiu gritando até conseguir fugir e relatar para a equipe pedagógica, que, este próximo excerto, é o auge da justificativa desta pesquisa.

Anne: Eu entrei analfabeta e saí analfabeta, entendeu, sem saber nada, sem saber ler, escrever, nada, entendeu, porque eu não tinha condições psicológicas, eu não tinha espaço pra desenvolver nada,

eu não tinha, assim, sabe, um contato de pegar, aprender e querer fazer alguma coisa, entendeu, então o foco era sempre me moldar, o foco era sempre me colocar dentro da... do sistema, da situação, entendeu, e como não conseguiam, entendeu, então sempre aumentavam mais a violência, sempre a coisa era aumentada. Tipo, com 12 pra 13 anos, os meninos tentou me comer no banheiro à marra, me prendeu, chegaram a arrancar minha roupa, entendeu, o outro chegou a tirar o pinto pra fora, sabe, tipo assim, e eu gritei, eu briguei, corri, fiz um escândalo, não sei o que, me pegaram, me pararam, me levaram pra diretoria, entendeu, brigaram comigo, falaram um monte de coisa 'ó, você sabe que você não pode fazer isso, não sei o que, não sei o que, e tal...'

Eu: Colocaram a culpa em você!

Anne: Sim, entendeu, e é o seguinte, eu falei 'mas eles foram me atacar!', 'mas a culpa é sua, é esse seu jeito que faz o menino fazer isso, a culpa é sua e não sei o que...' e eu fui expulsa da escola.

Eu: E você foi expulsa!

Anne: aí nunca mais voltei a estudar.

Eu: Aí, em que ano foi isso, mais ou menos?

Anne: Da terceira para a quarta série

Eu: Da terceira pra quarta... Aí você nunca mais voltou?

Anne: Nunca mais

[...]

Eu: Hum... caramba, que situação...

Anne: Então, tipo assim, a minha passagem, que nem eu te falei, é curta, tipo, eu não tenho um histórico assim, sabe. Eu, quando alguém me pergunta, eu falo, se for falar, eu nem tenho histórico escolar, eu nem estudei, porque essas situações toda que eu passei, tipo, nenhuma delas me colocou, entendeu, dentro de uma situação, tipo, de um trabalho pedagógico...

Eu: Aham

Anne:... de um... nada!

Eu: Mas eu acho que isso já é um dado muito interessante, nossa...

Anne: Entendeu, mas, tipo assim, mas o pior de tudo, é que quando você vai, se você for conversar com a maior parte das trans, travestis da minha idade, todas elas passaram pela minha situação, tipo, muitas delas têm a quarta, quinta série, terceira série...

Essa fala da Anne é potente que gostaria de destacar alguns pontos que, primeiro: como a violência transfóbica não for cessada, tomou dimensões cada vez

mais preocupantes e que poderiam ter sido evitadas; segundo, a escola culpabilizou a vítima e não buscou ouvir nem punir os verdadeiros culpados; terceiro, quem recebeu a expulsão não foram os agressores, mas a mulher transexual, a vítima, o 'corpo monstro'; quarto, Anne declara que não houve nenhum trabalho pedagógico sobre as violências vividas no espaço pedagógico e quinto, em seu ciclo social de travestis e mulheres transexuais com sua faixa etária não há uma trajetória escolar adequada para a formação dessas mulheres.

Carol narra como foi sua trajetória com colegas de forma sucinta, mas já é possível perceber que houve um período de tensão escolar, como as provocações, mas que foi apaziguado a partir do momento que se entende como mulher transexual. Prossegue sendo agradável ao estar fazendo parte do Transcidadania, o que deixa evidente a nós a importância de programas como esse para a escolarização de pessoas trans.

Lua: E como foi seu período de escola?

Carol: Olha, foi um pouco conturbado. Teve essa parte boa da infância assim lá no sítio tal, aí depois quando eu fui subindo que eu já tive que estudar numa escola tipo, da cidade e tal, então foi um período meio, meio conturbado, mas aí depois logo eu já me descobri realmente, porque acho, eu tava naquela fase de não saber, de não me entender, "poxa, quem sou eu", né?

Lua: Sim, sim.

Carol: Aí cê fica naquela, tipo, ah, um zoa daqui, outro zoa dali, cê fica naquela, perdida, né. Então eu acho que depois que eu me descobri realmente quem eu era, aí acho que foi o melhor momento que eu tive da, é... da parte de escola. Aí eu fui terminar agora recentemente, em São Paulo. Dessa vez que eu tava lá em São Paulo, e eu participei de um projeto que chamava Transcidadania, que tem lá no, lá no governo.

[...]

Carol: E foi uma fase super legal, né, porque quando eu cheguei pra terminar, pra terminar, eu era a única da sala que participava desse projeto, e tinha um menino que era homem trans né, e realmente ele parecia homem, nossa, ele era lindo, e a gente virou tipo, melhores amigos da turma, né...

[...]

Lua: E foi aí que começou a ter bullying, briga, essas coisas? [sobre a escola da cidade, que era maior]

Carol: Foi, é, sim! Mas não chegava a ser aquelas coisas muito assim, né, porque eu não sei, eu sempre, todos, eu sempre tenho boa relação com as pessoas, a não ser aquelas piadinhas, mas aquelas piadinhas que são as mais... desagradáveis, eu acho.

Lua: Não quer dizer que não é violento, né, mas não é uma agressão.

Carol: É, é, entendeu? E é isso.

Lua e eu: Entendi.

[...]

Lua: [...] Mas e o seus colegas de sala, eles eram de boa?

Carol: Ai, era! Eu sempre tinha aquele negócio lá, né, pra ser líder, ser essas coisas né, aí sempre eu entrava na disputa - risos - e ganhava algumas vezes, sabia? Era legal!

Lua: Olha só!

Carol: Ganhava algumas vezes, era legal.

Lua: Mas você se assumiu trans durante esse processo, as pessoas te liam como uma menina, como era?

Carol: Ai, eu acho que sim. Que eu já ia, aquela coisa, eu já ia com esmalte na unha, já ia pra escola, tipo, já ia com umas calça bem mais femininas, já fazia maquiagem e ia pra escola e tal. Eu acho que sim, desde esse início, sim. Não aquela coisa assim, meio evoluída e tal, mas acho que aquele início, né?

Lua: Sim.

Eu: Aham. Com quantos anos assim, de série?

Carol: Que série?

Eu: É.

Lua: Quantos anos você tinha, ou que época...

Carol: Ai, acho que eu deveria ter uns... 16, 17.

Então, percebo com Carol que sua trajetória escolar foi de violências verbais, mas buscava um bom convívio. Ter conhecimento sobre si e sua identidade transexual na adolescência possibilitou aceitar-se a si e firmar-se no espaço escolar. Além do grande benefício do programa de reinserção aos estudos específicos para pessoas trans, como o Transcidadania, que possibilitou a ela concluir o terceiro ano do ensino médio, ou seja, a última série da educação básica. Tanto que, antes de ir para São Paulo, ela veio para Maringá com o objetivo de estudar, mas acabou envolvendo-se com outras coisas, que não especificou na entrevista.

Lua: Vir pra Maringá. Por que cê quis sair da sua cidade, da escola, e vir pra cá. Cê não pensou em terminar os estudos aqui?

Carol: Olha, eu vim com esse objetivo, só que aqui eu já comecei a, a conviver em outras coisas e isso ficou meio de, de fora, entendeu?

Lua: Entendi.

Carol: Uma segunda opção.

Eu: É que aqui também não tem aqueles programas que oferecem dinheiro pra você estudar, como o Transcidadania

Carol: Só que deveria ter, né? Seria super legal...

Lua: É, o ideal seria se todo lugar tivesse, né? E como que foi esse período do Transcidadania?

Carol: Nossa, foi maravilhoso. Aprendi tanta coisa...

Lua: Que gostoso, gata...

[...]

Lua: Que legal... E na época que você tava em São Paulo, você fazia o Transcidadania e trabalhava também, ou não?

Carol: Não.

A expulsão escolar nos reflete diversos modos como as travestis e mulheres transexuais se comportam, o ato de excluí-las da escola, da sociedade e dos círculos de relações, provoca modos de pensar e agir que garantam a elas caminhos distintos para sobreviver. É nesse sentido que Carol de 25 anos de idade e Anne de 50 anos de idade compartilharam comigo suas expectativas e desafios que as mantêm vivas nesse CISTema.

Tal qual gênero, sexualidade, classe social, raça etc, Fernando Pocahy (2011) aponta que a idade precisa ser entendida como uma categoria política e histórica. Desse modo, a diferença etária entre as duas entrevistadas evidenciam diferenças em suas estilísticas de vida.

Discutir sobre longevidade de vida de travestis e mulheres transexuais é constatar que não há contribuições historiográficas suficiente no Brasil. E quando pesquisadoras tratam sobre, partem de um ponto de vista heterossexista, segundo Fábio Henrique Lopes (2015). Até porque a expectativa, de acordo com a Agência Senado (2017, s/p), a “expectativa de vida das travestis e das mulheres trans é de 35 anos. A média nacional, segundo dados do IBGE é de 75,5 anos”. Como trazer foco à velhice de pessoas trans, sendo que sua expectativa de vida é tão baixa?

As concepções sobre a velhice, na nossa sociedade contemporânea, mostram o interesse no investimento em recursos que retardam pessoas idosas ao

ponto de negarem a velhice e hierarquizar quem tem acesso ou não a essas atividades, como viagens, bailes, passeios etc. Pessoas LGBTs idosas sofrem as rejeições nas hierarquias, o que resulta em silenciamento e invisibilidade (LOPES, 2015).

O contexto das travestis e mulheres transexuais da geração de Anne envelheceram sem figuras na academia, por exemplo, que servisse como referência. E as que alcançaram esses espaços hoje, tiveram que esconder e assumir suas identidades mais velhas, assumindo uma forma de estilística de existência diferente da força atual.

Anne: Então quer dizer, é como eu te falei, é uma experiência que é comum, pra gente da minha idade, entendeu? É muito raro. Tem uma parte até de discussões que a gente tem, entre nós na militância trans, que nem tem mulheres trans hoje que são doutoras, por exemplo, sabe? Tem a Megg e tal assim, só que muita desse pessoal que já é mais velho um pouquinho, e teve acesso a academia e tal estudou e se graduou e mostrou, essa caralhada toda, tipo, eles não fizeram isso porque eles tiveram todo o histórico escolar direto. Então não como pessoa trans. Entendeu? [...] Não porque ela viveu a vida dela inteira de trans, então ela não passou esse perrengue na escola entendeu? Então quer dizer, ela se assumiu trans com 30, 40 anos,.

Rodrigo Pedro Casteleira (2014) discute que os corpos de travestis e mulheres transexuais estão certos de passar pelo processo de envelhecimento desde o momento do nascimento. Para disfarçar o envelhecimento, elas usam de recursos para aparentar juventude, como por exemplo, os cosméticos. Para Moira (2016, p. 16), a juventude e ser a 'carne nova', inexperiente, a 'virgem' confere status à prostituta e resulta em atenções dos clientes. "Bem bicho do mato mesmo, meu charme talvez, porque em menos de meia hora já pararam vários e, dessa vez, mesmo gaguejando, acabei fisingando fácil o primeiro. Carne nova atrai atenção, me disseram...".

Pedro Paulo Antunes (2010) discorre sobre o papel protetor que travestis idosas podem assumir com o objetivo de proteger a travesti mais nova como se fosse uma filha. Isso resulta na resignificação do processo de reprodução social de novas travestis.

A questão geracional priva esses corpos de coexistirem com a norma. Norma esta que as fazem sempre andarem planejando seus passos mais simples, como ir ao supermercado à luz do dia. Araruna (2018, p. 139) relata a violação de seu direito

a transitar pela cidade enquanto travesti, ainda que possua o privilégio de ser branca, more em um espaço de elite e possua carro. Ela denuncia que os constrangimentos que sofre são devidos à transfobia. “Pois a interrupção e os constrangimentos de minha mobilidade nos espaços urbanos estão diretamente ligados à não-normatividade do meu corpo e às interpelações que recebo”. A norma não descansa e criminaliza a existência dessas vidas, de aprisioná-las nos sentidos subjetivos e de emancipação (educação, saúde e qualidade de vida), bem como as subjuga no sentido criminal.

Segundo Guilherme Gomes Ferreira (2015), as travestis sofrem discriminação e violência nas prisões tanto por policiais quanto pelos outros presos. O contexto prisional já é por si só hostil e violento para a população carcerária, porém para as travestis e mulheres transexuais a violência é mais complexa, mas que é possível de ser entendida se for compreendida através da interseccionalidade.

as prisões no caso latino-americano funcionam para e através da violência, e para isso selecionam determinados sujeitos em ação de categorias que os diferenciam e também os subalternizam historicamente: quer dizer, através de categorias de interseccionalidades (FERREIRA, 2015, p. 124).

Anne conta sobre quando questiona uma pessoa gay que foi prepotente com ela e narra brevemente algumas violências que aconteceram no sistema prisional e outras situações da vida em que teve que resistir.

Anne: Eu falei, cara, olha só o que aconteceu cara, você se assumiu gay depois de 30 anos você tem uma situação financeira estável, você estudou, Você tem uma graduação Universitária e você quer comparar com alguém que a vida inteira teve que dar a bunda para comer? Que nunca pode frequentar uma escola? Que teve que enfrentar e cadeia e ser estuprada? apanhar polícia?

Tais opressões interseccionais não são somatórias, mas um novo tipo de opressão muito mais grave em diferentes dimensões. A exemplo, Ferreira (2015) cita sobre o controle que se tem sobre o corpo das travestis e mulheres transexuais, pois as impede de expressarem-se ou transformarem de acordo com seu desejo é diferente que o controle sobre os corpos de outros presos.

As violências transfóbicas que elas vivenciam com os outros presos advêm tanto de o que eles entendem pelas travestis, ou seja, inadequadas, promíscuas, naturalmente criminosas, quanto também por sua identidade de gênero,

desqualificando-as por essa razão, como se qualquer problema, violência, infortúnio etc fosse por ser travesti ou mulher transexual (FERREIRA, 2015). O motivo pelo qual Anne foi presa foi perseguição por parte de pessoas que não aceitavam as estilísticas de vida dela.

Anne foi denunciada por assassinar uma pessoa que não matou, apenas por não ser um corpo bem-vindo na sua cidade. Conforme a música de Linn da Quebrada (2017, s/p), “No morro, na marra quem morre sou eu? Ou sou eu quem mata? Quem mata, quem multa, quem mata sou eu? Ou sou eu quem mata?”. Desse modo, ela é acusada por produzir violência, sendo que, na verdade, ela é vítima disso.

Sobre as violências institucionais, Ferreira (2015) aponta que elas não são reconhecidas conforme sua identidade de gênero, através dos usos dos pronomes adequados e a não utilização de seus nomes sociais ao se tratar a elas.

Para Rodrigo Pedro Casteleira (2018), não importa patologizar o desvio que leva travestis ao sistema prisional, mas extrair as estratégias de resistências que ele aponta como ‘educação menor’ ou ‘estética de resistência travesti’. Desse modo, mesmo que haja uma educação penitenciária, há também a resistência.

Existe, assim, uma educação penitenciária que dita, interdita, enuncia, anuncia, apaga ou promove a existência das pessoas que nela habitam. Em contrapartida, existe uma educação que alimenta os monstros a ponto de permitir uma espécie de elixir da resistência dentro desses espaços, um tônico que as travestis repassam umas às outras a fim de demarcar suas expressões de travestilidades nesses espaços dispositivos-sufocantes. Impera pensar em suas (r)existências tornadas dispositivos de si, tal qual uma estrutura que fracture, crie táticas, ou melhor, possa hackear os espaços e corpos, como discuto a seguir (CASTELEIRA, 2018, p. 75)

Por fim, apesar das diferenças que existem entre os contextos de Carol e Anne, percebi que há muitas semelhanças pois ambas perpassam por estilísticas de existências para resistir nessa sociedade que nega suas existências e que deslegitimam suas formas de existir.

6. CONSIDERAÇÕES (FINAIS): BATO PALMA PARA AS TRAVESTIS QUE LUTAM PARA EXISTIR E A CADA DIA CONQUISTA O SEU DIREITO DE VIVER E BRILHAR³⁴

Nesta seção final do trabalho, quero falar da primeira decisão que tomei quando estava no processo de iniciação da dissertação: a epígrafe. Quando ouvi pela primeira vez a música Mulher/BlasFêmea, da Linn da Quebrada, talvez em 2017, eu me apaixonei pela artista e já pensei que essa música teria grande chances de estar na minha dissertação, caso eu entrasse no mestrado e permanecesse com esse tema e objetivo. E foi o que aconteceu. Então, também encerro com a mesma música que iniciei, objetivando minhas considerações finais, sabendo que não é o fim, mas apenas mais um degrau da discussão acerca das travestis e mulheres transexuais.

Nasci, vivi e iniciei o mestrado em Maringá. Mas a cartografia da vida levou-me a encerrar essa fase em Londrina. A cartografia possibilitou-me ouvir a história de minha amiga Anne que topou ser entrevistada e narrar sobre si. Permitiu-me também que eu conhecesse Carol e fosse contagiada pela sua energia deliciosa. Levou-me às pequenas trocas nos contatos recusados ou impossibilitados.

Essas são as sereias do asfalto desta pesquisa. Há muitas sereias ainda nesses mares de concreto, resistindo a uma sociedade que não é capaz de lidar com suas estilísticas de vida e as marginalizam dos espaços sociais por ódio de suas existências, assim é a transfobia.

A prostituição, para as entrevistadas, foi a maneira de possibilitar autonomia financeira, já que o mercado de trabalho estava de porta fechada para Anne e para Carol poder iniciar seu processo de hormonização sem sofrer preconceito transfóbico por parte das pessoas do local de trabalho.

As substâncias farmacopornográficas, como o hormônio sintético e o silicone industrial, constroem os corpos de Carol e das outras travestis e mulheres transexuais que tive contato mas não participaram desta pesquisa, ainda que o uso pudesse representar risco à saúde.

³⁴ Referência à música “Mulher/BlasFêmea” da artista travesti Linn da Quebrada (2017).

A academia pode representar ponte e visibilidade para novas formas de existir trans ou pode ser o espaço fechado e inacessível que nega a oportunidade e o direito ao conhecimento a todas as pessoas que não são pertencentes aos padrões normativos da nossa sociedade. Para Anne, significa poder e local de fala com portas abertas a ela. Para Carol, um espaço desconhecido. Assim, quando a universidade aproxima-se das travestis e mulheres transexuais, preocupa-se com suas histórias e em modificar suas realidades, é um início de pensarmos no ciclo de prostituição como única forma de existência para elas e se reconhecerem em diferentes espaços.

Assim como a academia, as escolas de educação básica podem representar essa ponte ou perpetuar a cultura de expulsão das pessoas trans. É preciso uma escola preparada para lidar com as diferentes formas de violências transfóbicas através de formações adequadas às professoras, questionamento do currículo escolar, entre outras ações que possibilitem o seu acesso e permanência.

A diferença geracional revela que a história das mulheres transexuais e travestis está se desdobrando e visibilizando novos espaços de ocupação, ainda que a prostituição ainda tenha 'gritado' enquanto única forma de existência a elas ou que o sistema prisional tenha tentado conter seus corpos.

Por fim, eu bato palmas para Adriana Sales, Amara Moira Rodovalho, Amanda Palha, Andreia Lais Cantelli, Andy, Bernardo Lucas, Bruna Beatrice, Caio Oliveira, Daniela Andrade, Daniele Oliveira, Daniel Henrique Domene, Esther Hall, Fernanda Fontinelly Batista, Francine Abdalla, Frida Pascio Monteiro, Gabriel Fernandes, Gabriel Jacob, Gabriel Mello, Gisella Lima, Guilherme Almeida, Gustavo Soares, Jam Garcia, Jaqueline Gomes de Jesus, Jéssica Magno, Johnny Lopes, Karol Vieira (Mc Xuxu), Laerte Coutinho, Laverne Cox, Laysa Carolina Machado, Letícia Lanz, Linn da Quebrada, Lorenzo Oliveira, Lua Lamberti, Luma Nogueira de Andrade, Maria Joaquina Cavalcanti Reikdal, Maria Léo Araruna, Mariana Franco, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Mel Campus, Melissa Nascimento, Morgana Santos Oliveira, Naomi Neri, Paula Warmling, Paul Preciado, Ramona Campos, Renata Borges, Roberta Close, Rose Annie MacFergus, Simone Ávila, Sophia (da antiga página Travesti Reflexiva do Facebook), Thais Lisbeth Gelchak, Thammy Gretchen, Thaylla Galdino, viviane v.

Merecem todas as palmas essas e outras travestis, mulheres transexuais, homens transexuais e não-bináries citades, citadas e citados e também quem não

foi. Tenho nessa lista pessoas que são amigas, colegas, que eu admiro academicamente, da mídia, da política e que são nomes que faço questão de pontuar aqui.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AGÊNCIA SENADO. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

ALMEIDA, Guilherme. **'Homens trans'**: novos matizes na aquarela das masculinidades? Estudos Feministas. Florianópolis, 20(2): 513-523, maio-agosto, 2012.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lílina da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 131-149.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travesti**: a negação da escola e da vida. 2014. Disponível em: <http://www.2014.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405337469_ARQ_UIVO_Artigo-Luma.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola**: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa. 279f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANTRA. **Mapa de Assassinatos de Pessoas Trans 2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1yMKNg31SYjDAS0N-ZwH1jJ0apFQ&ll=-13.072303542292511%2C-42.23556529999996&z=5>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

ANTRA. **Mapa de Assassinatos de Pessoas Trans 2018**. 2018a. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1O4mvhh3OTAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-12.817286845466201%2C-47.43337159999999&z=5>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. 2018b. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

ANTRA. **Assassinatos de Pessoas Trans 2019**. 2019a. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1FzwwQghwym_DzFydXGj6onWYfFky1NKy&ll=-9.765147591767388%2C-52.260645753125004&z=3>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ANTRA. **Dossiê**: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. 2019b. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. **O direito à cidade em uma perspectiva travesti**: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23942/15522>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BBC. **50 anos de Stonewall**: saiba o que foi a revolta que deu origem ao dia do orgulho LGBT. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48432563>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL/MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. v.1, versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos que falam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. São Paulo: Autêntica, 2016. p. 151-172.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANTELLI, Andreia Laís. **Palavras Finais**, um diálogo sobre as fronteiras da educação. In: CANTELLI, Andreia Laís; PEREIRA, Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Julia Jorge de; TOZO, Nicholas Lopes; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **As fronteiras da educação**: a realidade dxs estudantes trans no Brasil. Brasil: Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019, p. 45-47.

CANTELLI, Andreia Laís; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. A realidade das/os estudantes trans no Brasil. In: CANTELLI, Andreia Laís; PEREIRA, Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Julia Jorge de; TOZO, Nicholas Lopes; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil**. Brasil: Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019, p. 27-44.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 339f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n.14, Dossiê n.2, agosto, 2013, p. 319-351.

CARVALHO, Talita de. **Ditadura militar no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **As sereias também envelhecem: memória, corpo e travestilidade**. 104f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Maringá, 2014.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências**. 111f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, 2018.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil**. 379f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

DONALD, James. Cheios de si, cheios de medo: os cidadãos como ciborgues. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Pedagogia dos monstros: Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2010, p. 89-104.

ERCOLES, Clara Hanke. Existir, Afirmar e Reafirmar a identidade Trans no meio acadêmico: um desafio triplo! In: MAIO, Eliane Rose (Org.). **Gênero e Sexualidade: Interfaces Educativas**. Curitiba: Appris, 2018, p. 183-199.

FERREIRA, Guilherme Gomes. A prisão sobre o corpo trans: gênero esignificados sociais. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 121-137.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, Neil. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 27, n. 65/1, maio/ago. 2018, p. 469-486.

GIL, José. Metafenomenologia da monstruosidade: o devir-monstro. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Pedagogia dos monstros: Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2010, p. 65-84.

GREEN, James. 2000. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP. 541 p.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Maringá**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Paranavaí**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/panorama>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

IBTE – Instituto brasileiro Trans de Educação. **Mapa de Professorxs Trans**. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?ll=4.174901964406661,-72.92278009999995&z=3&mid=1BuyfeMcMu3NSUjUlE1b79nPqA6NtmZEF>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

JESUS, Camila Moreira de. **Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco**. 2012. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 17-32.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Nascimentos em livro. In: MOIRA, Amara; NERY, João W.; ROCHA, Márcia; T., Brant (Orgs.). **Vida trans**: a coragem de existir. Bauru/SP. Astral Cultural, 2017, p.10-11.

JESUS, Jaqueline Gomes de. 2012. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2.ed. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

LAMBERTI. Lua de Abreu. **Pe-drag-ogia como modo de tensionar/inventar territórios educacionais heterotópicos**. 122f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de pós-graduação em Educação, Maringá, 2019.

LARRAT, Symmy. Da esquina à Escola: o Transcidadania e seus impactos nas vidas e na política. In: CONCILIO, Isabela Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. (Orgs.). **Trans cidadania**: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. São Paulo: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2017, p. 117-122.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**: poemas de luta e amor. 14. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

LOPES, Fábio Henrique. Agora as mulheres são outras. Travestilidade e Envelhecimento. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 171-194.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Portugal/Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estanho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. rev. amp. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2018.

MÁSCOLO, Tomás. **Marsha P. Johnson**: a mãe travesti. 2017. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Marsha-P-Johnson-a-mae-travesti?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MÁSCOLO, Tomás. **Sylvia Rivera: a primeira estrela travesti**. 2019. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Sylvia-Rivera-a-primeira-estrela-travesti>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MEC. 2017. **Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07/07/2019.

MEC. 2018. **Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07/07/2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. 2018. **Ministério dos Direitos Humanos apresenta Pacto de Combate à LGBTfobia nesta quarta-feira**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/ministerio-dos-direitos-humanos-apresenta-pacto-de-combate-a-lgbtfobia-nesta-quarta-feira>>. Acesso em 07 jul. 2019.

MOIRA, Amara. **E se eu puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016

NERY, João W. A viagem solidária. In: MOIRA, Amara; NERY, João W.; ROCHA, Márcia; T., Brant (Orgs.). **Vida trans: a coragem de existir**. Bauru/SP. Astral Cultural, 2017, p.61-104.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Monitoramento. In: CANTELLI, Andreia Laís; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. A realidade das/os estudantes trans no Brasil. (Orgs.). **As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil**. Brasil, Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019, p. 6-13.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. A história do movimento trans no Brasil. In: NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso. **A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação dos direitos humanos da população trans no Brasil**. Uberlândia/MG. Observatório Trans, 2018, p.7-15.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O Diabo em forma de Gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 1ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências Negras: o lugar de Travestis e Mulheres Transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: RIBEIRO, Paula... et al. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 2018, p. 69-88.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. **Não veja, ouça ou fale: zarus presentes nos discursos docentes sobre diversidade sexual e homofobia**. 2019. Disponível

em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/view/29906>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 2018. **MPT e OIT se unem em projeto pela empregabilidade trans com chef Paola Carosella**. Disponível em:<https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_629064/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019.

PALHA, Amanda. **Travesti x mulher transexual** — afinal, qual a diferença? 2017. Disponível em: < <https://medium.com/@amanda.palha/travesti-x-mulher-transexual-afinal-qual-a-diferen%C3%A7a-1167c8507e06>>. Acesso em: 11 out. 2019.

PERES, William Siqueira. **Travestis Brasileiras: dos estigmas à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2015.

POCAHY, Fernando. **Entre Vapores e Dublagens: Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento**. 167f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo**. Série Pandemia, N-1 edições, São Paulo, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo no Regime Farmaco-pornográfico**. Tradução de Thiago Coacci. São Paulo: n-1 Edições, 2018a.

PRECIADO, Paul. **Testo junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

REDTUBE. **Trans Porn in Brazil**. 2016. Disponível em:<<http://blog.redtube.com/2016/06/trans-porn-in-brazil/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODOVALHO, Amara Moira. **O cis pelo trans**. Estudos Feministas. Florianópolis/SC, 25(1): 422, janeiro-abril, 2017, p. 365-373.

ROSA, Rogério Machado. **A cartografia como estratégia de pesquisa: agenciamento de afetos**. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/rizoma/article/viewFile/3266/m%C3%A9todo>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SALES, Adriana. **Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades**. 305f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

SANTOS, Émerson Silva; PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Políticas públicas LGBT: uma análise do programa Transcidadania da prefeitura de São Paulo**. 2017. Disponível em: < <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/9444-Texto%20do%20artigo-26915-1-10-20180630.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SÃO PAULO. 2019. **Projeto Reinserção Social Transcidadania**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430>. Acesso em: 09 jul.2019.

SÃO PAULO. 2018. **Transcidadania**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php>. Acesso em: 09 jul.2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da Pedagogia Crítica. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Pedagogia dos monstros**: Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2010, p. 11-22.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto. **Questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual base nacional comum curricular (bncc) e o movimento LGBTTQIS**. 2018. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/3924/pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

TGEU. 2016. **Nota de Imprensa, Dia Internacional da Visibilidade Trans**. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/03/TvT_TMM_TDoV2016_PR_PT.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. 2019. **Programa de inclusão para travestis e transexuais é rejeitado na Câmara**. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/programa-de-inclusao-para-travestis-e-transexuais-a-rejeitado-na-ca-mara/447539>>. Acesso em: 09/07/2019

UEM. **Resolução 030/2013** – CEP/UEM. Universidade Estadual de Maringá, 2013.

v., viviane. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: JESUS, Jaqueline Gomes de; colaboradores. **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 17-32.

REFERÊNCIAS MÚSICAIS

AS Bahias; COZINHA Mineira. **Apologia Às Virgens Mães**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SJTbYNCbkRg>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

AS Bahias; COZINHA Mineira. **Dama da Night**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xToWF3Dsmr0>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

HOOKER, Johnny; LINIKER. **Flutua**. 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=zw5IHx81wH4>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

LINIKER. **Sem nome, mas com endereço**. 2016. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=3ivpWVi79tc&list=RD3ivpWVi79tc&start_radio=1>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

LINIKER. **Zero**. 2016. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=M4s3yTJCcml>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

LUZ, Rosa. **Parte 1 - Rosa Maria Codinome Rosa Luz**. 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=AkJaNXbvrsY>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

LUZ, Rosa. **Sanguinária**. 2018. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=cYMwnjqw7g4>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

MC XUXU. **Desabafo**. 2014. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=gS4QG499nc4>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

MC XUXU. **Liberdade**. 2018. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=UQWVtK46Wcg>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

MC XUXU. **Um Beijo**. 2016. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=TZbyVY9sIRo>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

MC XUXU. **Vingancinha**. 2018. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=6dmJLhxkbPY>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

QUEBRADA, Linn da. **A Lenda**. 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=k4DpkHftQJg>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

QUEBRADA, Linn da. **BlasFêmea/Mulher**. 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=-50hUUG1Ppo>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

QUEBRADA, Linn da. **Bomba Pra Caralho**. 2017. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=ZYOlVMyZ_GU>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

QUEBRADA, Linn da. **Pirigoza**. 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=7kZ4Xh0mhik>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

QUEBRADA, Linn da; LINIKER. **Serei A**. 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=6KUD5CJrgVE>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa intitulada “Travestis e transmulheres na prostituição que lutam para existir: histórias orais de suas experiências escolares”, que faz parte do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e é orientada pela professora Dra. Eliane Rose Maio, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O objetivo da pesquisa é investigar o contexto de travestis e transmulheres na prostituição acerca de vivências escolares. Para isto a sua participação é muito importante, e acontecerá por meio de uma conversa, em forma de entrevista semiestruturada, sobre sua história e vivências escolares. Nós nos encontraríamos novamente após um tempo, aproximadamente depois de três semanas, para eu levar sua história por escrito, com as informações dadas durante a entrevista anterior. Neste momento, você pode modificar o texto de sua história, omitindo ou acrescentando fatos, para que seja publicado no trabalho conforme você se sinta à vontade. **Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir:** trata-se de riscos mínimos, existentes em atividades rotineiras, salientando que por se tratar de questões em torno da sexualidade humana, os/as participantes podem se sentir desconfortáveis ou constrangidos/as, porém, afirma-se que o teor das perguntas preza pelo respeito, havendo ainda a garantia de que se não quiser responder por sentir-se desconfortável, poderá desistir de respondê-las. Informamos também que os/as participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação, têm direito à indenização, por parte da pesquisadora e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os benefícios esperados desta pesquisa são: tornar visível o contexto escolar de travestis e transmulheres para pessoas acadêmicas que se interessem sobre o assunto, como também para aqueles e aquelas que ignoram; romper com a “bolha” elitizada, trazendo histórias da margem para a elite acadêmica e, por fim, oferecer um espaço para que você pontue o que achar necessário em uma pesquisa na área da educação, que educadoras e educadores terão acesso, sobre o espaço escolar. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pela pesquisadora e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambas (pela pesquisadora e por você) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,....., declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Professora Dra. Eliane Rose Maio.

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Eliane Rose Maio, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura da pesquisadora

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com as pesquisadoras, conforme os endereços abaixo:

Coordenadora e pesquisadora responsável: Eliane Rose Maio

Endereço: Avenida Colombo, 5790 – Maringá-Paraná

(44) 3011-4887 – elianerosemaio@yahoo.com.br

Nome: Clara Hanke Ercoles

Endereço: Rua Santos Dumont, 1049 – Maringá - PR

(44) 99927 2373/ claraercoles@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala 4.

CEP 87020-900. Maringá-PR. Tel: (44) 3011-4444

E-mail: copep@uem.br

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Professora Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio
Discente: Clara Hanke Ercoles

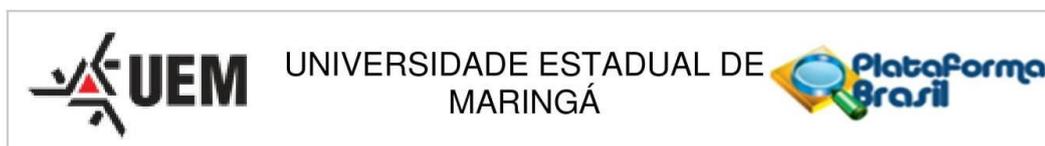


“Travestis e transmulheres na prostituição que lutam para existir: histórias orais de suas experiências escolares”

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- O que você queria ser quando crescesse?
- Conforme você foi crescendo, qual foi sua percepção sobre ser trans?
- Como foi a primeira vez na escola? Quantos anos? Série? Que tipo de escola? E quais foram suas impressões?
- Quais os momentos mais marcantes na escola?
- Qual era sua relação com professores e professoras? E com os/as colegas?
- Como a escola lidava com você (enquanto pessoa trans)?
- Qual série que interrompeu os estudos? Por quê?
- Como a família reagiu a essa interrupção? E a escola?
- O que você pode apontar como motivos de sua desistência?
- Após desistir da escola, onde conseguiu suporte? O que ocorreu?
- Você escolheu a prostituição por que?
- Você tentou retornar aos estudos posteriormente?
- Você gostaria de retornar aos estudos se houvesse oportunidade?
- Como você acredita que a escola possa ser um ambiente melhor para pessoas trans? O que deveria ser mudado? O que deveria permanecer?
- O que você gostaria de ser, caso houvesse oportunidade de escolha?
- O que você pensa sobre eu como pesquisadora estar aqui para fazer essas perguntas/pesquisa?

ANEXO I – PARECER DO COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRAVESTIS E TRANSMULHERES NA PROSTITUIÇÃO QUE LUTAM PARA EXISTIR: HISTÓRIAS ORAIS DE SUAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES

Pesquisador: Eliane Rose Maio

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 10313219.9.0000.0104

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Maringá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.266.241

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá. A presente pesquisa não comporta intervenção direta no corpo humano, caracterizando-se pela adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, preponderando a aplicação do contido na Resolução 510/2016-CNS.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário: Investigar o contexto de travestis e transmulheres na prostituição, acerca de vivências escolares. Objetivos secundários: Compreender o cotidiano escolar das pesquisadas; Conhecer a possibilidade dos avanços escolares; Investigar os motivos de evasão escolar; Analisar o ambiente escolar como forma de repulsa a essa população.

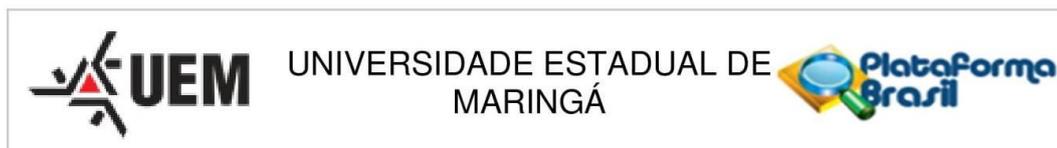
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. Desenho/Metodologia: Trata-se de pesquisa social e qualitativa, com a utilização da técnica da história oral, visando a investigação do contexto escolar de prostitutas transexuais e travestis. Antes de iniciar a pesquisa em campo, será elaborado um roteiro para servir como base para responder às perguntas e aos objetivos da pesquisa, tais como: O quanto avançaram nos estudos?

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 3.266.241

Quais eram seus obstáculos? Quais as possíveis causas de suas desistências? Como era a relação delas com a escola? Já sofreram situações homo/transfóbicas? Por ser uma população periférica, que sofre hostilidade com frequência, será necessário um tempo para a aproximação destas pessoas, para que haja confiança e uma relação próxima entre pesquisadora e entrevistadas, não se sentindo como meros 'objetos de pesquisa', mas sim participantes de um processo de pesquisa. Para que isso aconteça, estima-se um tempo de três meses. O contato e as entrevistas com os participantes ocorrerá fora do período de trabalho. Há dois espaços de maior concentração de mulheres transexuais e travestis em condição de prostituição em Maringá: a avenida Brasil (região central) e a avenida Colombo (uma rodovia dentro da cidade). A preferência será por aquelas que ocupam a avenida Colombo, porque geralmente são profissionais independentes e têm mais liberdade quanto ao seu trabalho. As entrevistas semiestruturadas para as narrativas das experiências pessoais e escolares serão marcadas individualmente, com 10 participantes, em horários e espaços convenientes e serão conduzidas por meio de uma conversa informal, sem tempo limite, mas suficiente para responder às perguntas previstas, visando sempre um diálogo amistoso e produtivo. Os dados coletados serão separados em itens de análise conforme os resultados obtidos. A fundamentação será baseada nas teorias de gênero e transgeneridade. As histórias orais serão analisadas a partir da proposta de Bardin (1977). 2. O cronograma de execução é compatível com a proposta apresentada. 3. Informa gastos sob responsabilidade do pesquisador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto assinada pelo responsável institucional em 20/03/2019. O TCLE é apresentado em forma de convite e contem as garantias e informações mínimas recomendadas, mas não há informação sobre o destino dos dados coletados após o término da pesquisa. Apresenta o roteiro da entrevista semiestruturada e os demais documentos necessários.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 3.266.241

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1313494.pdf	20/03/2019 19:33:30		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	20/03/2019 19:31:38	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	questionario.pdf	12/03/2019 20:22:43	Eliane Rose Maio	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	12/03/2019 20:22:01	Eliane Rose Maio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	12/03/2019 20:21:12	Eliane Rose Maio	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 15 de Abril de 2019

Assinado por:
Ricardo Cesar Gardiolo
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br